



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PRODEMA - Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente  
Sub-Área: Ecologia e Organização do Espaço**

**Jefferson Souza da Silva**

**A “Extensão Pesqueira” no Desenvolvimento das Comunidades  
Litorâneas no Estado do Ceará**

**Fortaleza – Ce  
2003**

**Universidade Federal do Ceará**

**Jefferson Souza da Silva**

**A “Extensão Pesqueira” no Desenvolvimento das Comunidades  
Litorâneas no Estado do Ceará**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade  
Federal do Ceará, como requisito para obtenção do  
grau de mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.  
Sub-Área: Ecologia e Organização do Espaço  
Orientador: Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio

**Fortaleza/Ce  
2003**

S58e

Silva, Jefferson Souza da  
A "extensão pesqueira" no Desenvolvimento das  
Comunidades Litorâneas no Estado do Ceará/Jefferson  
Souza da Silva. – Fortaleza: 2003.  
133f. :il.-

Orientador: Jose Levi Furtado Sampaio  
Dissertação (Mestrado) Desenvolvimento e Meio  
Ambiente.

1. Comunidades litorâneas 2. Pesca 3. Desenvolvimento  
4. Extensão Pesqueira 5. Política  
I. Universidade Federal do Ceará

C.D.D 363.7  
C.D.U 351.823.1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PRODEMA - Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente**

**Título do trabalho:** A “Extensão Pesqueira” no Desenvolvimento das  
Comunidades Litorâneas no Estado do Ceará

**Autor:** Jefferson Souza da Silva

Defesa em: / /2003

**Banca Examinadora:**

---

Jose Levi Furtado Sampaio, Prof. Dr.  
Orientador

---

Maria do Céu de Lima, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.

---

Dárlcio Inácio Alves Teixeira, Prof. Dr.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao escrever essa dissertação contei com a colaboração de várias pessoas e instituições. Desta forma, agradeço:

Às pessoas que me concederam entrevistas, em especial, às lideranças comunitárias que me dedicaram horas de seu tempo, em conversas e reflexões sobre a temática em tela.

Ao Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio, orientador dessa dissertação, pela atenção e reflexão depositadas neste trabalho.

Aos/às companheiros/as do Instituto Terramar Soraya, Henrique Cezar, Moreira, Mirian, Rogéria, Dário, Toivi, Cláudio, René, Paulo, Rosinha, Geórgia, Guiomar, que, de diferentes formas, contribuíram para a minha formação profissional, alimentando a reflexão aqui apresentada. À Esther, agradeço pela tradução do resumo para o inglês e pelo companheirismo no trabalho. À Gigi, agradeço o cuidado na correção do texto.

Ao Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP por ter se constituído no espaço que possibilitou minha inserção na reflexão sobre as comunidades litorâneas.

Aos/às companheiros/as do Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, com quem tenho compartilhado reflexões e ações nestes últimos anos, destacando os/as amigos/as Henrique Luis, Malu e Josael Jairo.

Aos/às companheiros/as do PRODEMA, Rogério, Edilene, Edenilo, Beth, (...) pelo compartilhar de momentos ricos em reflexões e amizade.

Aos/às professores/as do PRODEMA/UFC, sobretudo a Profa. Dra. Mônica Dias Martins e ao Prof. Dr. José da Silva Borzachiello, cujas disciplinas constituíram-se em importantes momentos de reflexão.

Aos/às funcionários/as do PRODEMA pela atenção e apoio dispensados ao longo de minha permanência no curso.

À Profa. Dra. Maria do Céu de Lima, parceira no trabalho que realizamos no litoral, pela colaboração na qualificação e defesa, materializada em algumas das reflexões construídas nesta dissertação.

À Profa. Dra. Dolores Mota que se juntou a nós na qualificação, suscitando questionamentos importantes na construção do texto final.

À Sheila pela leitura crítica e sugestões dadas nos vários esboços construídos. Mesmo estando em fase de “parto” de sua própria dissertação foi extremamente solidária e companheira.

Ao Raul, ao Renan e ao Felipe, meus sobrinhos, por terem me devolvido a alegria nos momentos mais difíceis.

Ao meu pai, Sr. Palmeira; aos/a irmãos/ã Tam, Rose, Alessandro e Thiago e em especial a minha mãe, Francisca, pelo estímulo dado ao estudo e pelo amor a mim dedicado.

## RESUMO

O trabalho trata da relação, entre a “**extensão pesqueira**”, que nos parece, não pode ser mais, só “pesqueira”..., e as comunidades litorâneas no processo de desenvolvimento. Partindo do questionamento — Qual o sentido que se pode se dar a noção de “extensão pesqueira” frente à complexidade, em que hoje, estão inseridas as comunidades litorâneas? — empreendemos uma incursão nas políticas públicas para pesca, evidenciando que estas não têm contribuído para o desenvolvimento da pesca artesanal, privilegiando, sobretudo o setor empresarial/industrial. Visto serem permeadas pela ausência de integração entre elas; pela falta de participação efetiva e qualificada das populações litorâneas na definição desta e pela pouca relevância dada as questões ambientais. A degradação ambiental, a disputa pela posse e uso da terra e a exploração predatória dos recursos naturais, aumentam as dificuldades na construção da sustentabilidade sócio-ambiental das comunidades litorâneas. As comunidades ficam com o desafio de aumentar sua capacidade crítica e propositiva, para influir nas políticas públicas, bem como, construir formas eficientes de produzir e se organizar coletivamente. Ressaltamos que um serviço público de *extensão*, poderia cumprir um papel importante neste processo. No entanto, diante da ausência e/ou equívocos anteriores, este serviço necessitaria ser ajustado aos novos arranjos sócio-espaciais do *novo mundo litoral*. Superar o cunho tecnicista e difusionista, balizado na modernização conservadora e na mercantilização dos recursos naturais, da proposta vigente constitui condição fundamental para a construção deste *novo modelo*, que tenha em seu norte referencial o desenvolvimento local e a sustentabilidade “sócio-espacial”.

Palavras-chave: Comunidades litorâneas, pesca, *desenvolvimento*, *extensão pesqueira*, política.

## ABSTRACT

The work focuses on the relationship between the "**fishing extension**" that seems to us cannot be only "fishing" any more ..., and the coastal communities in the development process. Starting from the question - which sense can be given to the expression "fishing extension" considering the complexity in which the coastal communities are today inserted? - we first analyze public policies for fishing, proving that these have not been contributing to the development of the artisanal fishing, privileging, above all, the business and industrial sectors. The policies are characterized by the lack of integration; the lack of effective and qualified participation of the coastal populations in their definition and by the little importance given to environmental matters. The degradation of the environment, the dispute for ownership and use of the land and the predatory exploration of the natural resources increase the difficulties to achieve socio-environmental sustainability for the coastal communities. The communities face the challenge to increase their critical and propositive capacity, to influence in public policies, as well as to build efficient forms to produce and organize collectively. We point out that a public *extension* service could accomplish an important role in this process. However, considering the non-existence and/or previous errors, this service should be adjusted to the new socio-environmental framework of the *new coastal world*. To overcome the technician and expansion order, based on conservative modernization and the mercantilization of the natural resources, of the current framework constitutes a fundamental condition for the construction of this *new model* that will be guided by local development and social and spatial sustainability.

Key words: Coastal communities, fishing, development, fishing extension, policies.



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>Capítulo I - ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EXTENSÃO PESQUEIRA</b>	23
1.1. Raízes da extensão rural no mundo	23
1.2. Raízes da extensão rural no Brasil	26
1.3. Sobre extensão e desenvolvimento: conceitos balizadores	31
1.4. Raízes da extensão pesqueira no Brasil	39
1.5. A formação profissional na perspectiva da extensão pesqueira	41
<b>Capítulo II - O ESTADO E A PESCA: ESTRATÉGIAS E CONCEPÇÕES DOS GOVERNOS NA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PESCA</b>	45
2.1 - Políticas para pesca no Brasil	45
2.2. A política pesqueira no Ceará	50
<b>Capítulo III - OS ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE PESCA NO CEARÁ</b>	60
<b>Capítulo IV - DE COMUNIDADES PESQUEIRAS A COMUNIDADES LITORÂNEAS: VELHAS E NOVAS DEMANDAS PARA A EXTENSÃO PESQUEIRA</b>	80
4.1. A pesca artesanal	81
4.2. Gestão dos espaços e das políticas	87
4.3. Sobre os conflitos	92
4.3.1. A pesca predatória e a sobre-exploração dos estoques como entraves a sustentabilidade da atividade pesqueira artesanal	92
4.3.2. A carcinicultura	99
4.3.3. A disputa pela terra	102
4.3.4. A privatização dos espaços públicos e de uso comunitário	104
4.4. Construindo a sustentabilidade socioambiental: modos de fazer e resistir	105
4.4.1. Os cultivos como alternativa a crise da produção na pesca	106
4.4.2. Da organização comunitária a organização da produção comunitária	109
4.4.3. Gestão comunitária dos espaços e dos recursos	113
4.4.4. O turismo comunitário	117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	122
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	128

## LISTA DE FIGURAS

<i>FIGURA</i>		<i>PÁGINA</i>
1	Demonstração gráfica do modelo clássico de extensão	31
2	Gráfico representativo da percentagem das embarcações artesanais e empresariais	82
3	Gráfico demonstrativo da produção de pescado da pesca artesanal e empresarial / industrial	83
4	Gráfico demonstrativo da produção pesqueira marítima cearense entre 1991 a 2000.	86

## LISTA DE QUADROS

<i>QUADRO</i>		<i>PÁGINA</i>
1	Divisão dos períodos da extensão rural no Brasil e suas principais características	27
2	Decretos e Leis que dirigiam as formas de organização e produção dos pescadores (1845 – 1998)	66
3	Síntese dos principais instrumentos aplicáveis ao GERCO/CE	89
4	Manifesto contra a exclusão dos pescadores artesanais da pesca da lagosta	98

## LISTA DE TABELAS

<i>TABELA</i>		<i>PÁGINA</i>
I	Crescimento da Carcinicultura Brasileira - 997/2001	100

## LISTA DE SIGLAS

- ABCAR** – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- ABCC** – Associação Brasileira de Criadores de Camarão
- ACAR** – Associação de Crédito e Assistência Rural
- ADCF** – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Flecheiras
- ANCAR** – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural.
- ASBRAER** – Associação Brasileira de Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ASCAR** – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
- BEC** – Banco do Estado do Ceará
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD** – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
- BM** – Banco Mundial (BIRD)
- BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
- BR** – Sigla de Brasil
- CBTS** – Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
- CDPDH** – Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza
- CE** – Sigla do Estado do CEARÁ
- CEDAP** – Companhia Estadual de Desenvolvimento Agrário e da Pesca
- CEPAL** – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
- CEPESCA** – Companhia Estadual de Pesca
- CMDS** – Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
- CNBB** – Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil
- CNPT** – Conselho Nacional de Populações Tradicionais
- COEMA** – Conselho Estadual do Meio Ambiente do Ceará
- COMPESCE** – Comitê de Pesca do Estado do Ceará
- CONTAG** – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
- CPP** – Conselho Pastoral dos Pescadores
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra

**DATER** – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

**DPA** – Departamento de Pesca e Aqüicultura

**EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

**EMATER/Ce** – Empresa de assistência Técnica e Extensão Rural /Ceará

**EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**EMBRATER** – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

**ETA** – Oficina Técnica de Agricultura, Brasil – Estados Unidos.

**EUA** – Estados Unidos da América

**FAO** – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

**FIEC** – Federação das Industrias do Estado o Ceará

**FINOR** – Fundo de Investimentos do Nordeste

**FISSET/PESCA** – Fundo de Investimento Setorial para a Pesca

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**GERCO** – Programa de Gerenciamento Costeiro

**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBDF** – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

**IBGE** – Instituto Brasileira de Geografia e Estatística.

**ICMS** – Imposto sobre circulação de mercadoria

**IICA** – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**ISEC** – Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, España

**MA** – Ministério da Agricultura

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**MONAPE** – Movimento Nacional de Pescadores

**MOPECE** – Movimento dos Pescadores do Ceará

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**MSTR** – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

**NEA/IBAMA** – Núcleo de Educação Ambiental

**ONG** – Organização Não Governamental

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PAE** – Plano de Ajuste Estrutural

**PDP** – Plano de Desenvolvimento da Pesca

**PEA** – População Economicamente Ativa.

**PESCART** – Plano de Assistência a Pesca Artesanal

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PNUMA** – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

**PRODETUR/CE** – Programa de Desenvolvimento Turístico do Ceará

**PRONAF** – Programa Nacional de Agricultura Familiar

**RS** – Sigla do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

**SC** – Sigla do Estado de Santa Catarina, Brasil

**SEMA** – Secretaria do Meio Ambiente

**SINDIFRIO** – Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca

**SINDPESCA** – Sindicato dos Pequenos e Médios Armadores de Pesca

**SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

**SUDAM** – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia.

**SUDEPE** – Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca

**UFC** – Universidade Federal do Ceará

**WWF** – Fundo Mundial para Natureza

## INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o desenvolvimento das comunidades pesqueiras litorâneas está historicamente relacionada ao desenvolvimento da atividade da pesca e das atividades a esta vinculadas. Para as comunidades, a pesca atinge duas dimensões: a primeira, no âmbito econômico — posto que esta figura como uma das principais atividades geradora de renda; a segunda, no âmbito da cultura — onde a pesca constitui um elemento importante na construção das relações socioculturais.

A faixa litorânea do Brasil tem, aproximadamente, 8.000 Km de extensão. Desses, 573 km estão localizados no Ceará, onde existem aproximadamente 110 portos de embarque e desembarque de pescado, em torno dos quais estão várias comunidades litorâneas distribuídas ao longo de 20 municípios. Estas ocupam uma área de 1.424 Km<sup>2</sup>, ou seja, 10% de todo o território do Ceará — possuindo uma população de 3.257.966 habitantes, o que representa 44% da população cearense (IBGE: 2000).

Organizadas em um espaço que a partir da década de 1970 vem passando por um acelerado processo de transformação — impulsionado, este, pela “descoberta do litoral” pelo grande capital —, estas comunidades vêm a cada dia aumentarem os desafios para construírem a sua sustentabilidade espacial. *Sustentabilidade espacial* é, aqui, entendida a partir do que defende Tupinambá:

No caso das comunidades litorâneas, (...) a *sustentabilidade espacial* estaria fundamentalmente voltada para garantir a articulação do binômio *terra-mar*, que passa pela obtenção da segurança da posse e usufruto da terra, pensando essa posse e usufruto sobre o aspecto da produção e reprodução social. Passa também por uma adequada gestão das pescarias desenvolvidas a nível local e regional. [Desta forma] a *sustentabilidade espacial* em uma comunidade litorânea envereda por garantir estratégias de conservação de ecossistemas frágeis (manguezais, campos de dunas, falésias, recifes de corais) através da incorporação da população local na gestão desses ecossistemas. Teria ainda que se debruçar sobre uma atualização do modo de produção, por meio de tecnologias apropriadas e apropriáveis, promovendo a diversificação de atividades econômicas. [Tal] perspectiva visa gerar um

padrão de *sustentabilidade* em níveis de exploração mais baixos dos ecossistemas, onde o efeito sinérgico das várias atividades a serem combinadas é fator decisivo para a elevação do nível de renda e de melhoria da qualidade de vida. (TUPINAMBÁ, 1999:76)

A reflexão sobre qualidade de vida e a sustentabilidade espacial destas comunidades deve, pois, ser incluída quando da formulação de políticas públicas destinadas à atividade da pesca, à gestão costeira ou ao uso e ocupação dos espaços litorâneos. Para essa análise, temos como referencial os conceitos de nível e qualidade de vida definido por Rodriguez<sup>1</sup>.

Outra discussão, dentro desta perspectiva da qualidade de vida, é a que diz respeito à cidadania. Ao tomarmos este conceito não o restringimos a um “conjunto de direitos e deveres”, mas o entendemos como meio de construção da autonomia dos indivíduos através da intervenção destes na construção de uma sociedade justa. Conforme nos aponta Chico de Oliveira:

“Um caminho seria a gente tentar fazer uma definição que não é de ausência, nem de carências, mas é uma definição de plenitude. Cidadania seria uma espécie de estado de espírito em que o cidadão fosse alguém dentro da sociedade — evidentemente não haveria cidadão fora dela —, fosse alguém que estivesse em pleno gozo de sua autonomia, e esse gozo de sua autonomia não fosse um gozo passivo, mas sim um gozo ativo, de plena capacidade de intervir nos negócios da sociedade, e através de outras mediações, intervir também nos negócios do Estado que regula a sociedade da qual ele faz parte. Isso na concepção ativa de cidadania, não apenas de quem recebe, mas na verdade de um ator que usa seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar no espaço público. No fundo, a cidadania, a meu modo de ver, pode ser definida em forma sintética como o estado pleno de autonomia, quer dizer, saber escolher, poder escolher e efetivar as escolhas. E isto no Estado moderno, na sociedade moderna, significa dizer um cidadão pleno, consciente e ativo dos seus direitos, dos direitos individuais e dos direitos coletivos”. (OLIVEIRA, 2000:01)

---

<sup>1</sup> “O nível de vida identifica-se com o TER — a relação do acesso da população ao consumo de determinados bens e serviços. A qualidade de vida identifica-se com o SER — é um conceito de ordem qualitativa que implica uma série de subjetividades e especificidades, dificilmente medidas de maneira objetiva. Dirige-se a satisfazer as necessidades humanas, por parte dos próprios grupos humanos. Considera as necessidades de subsistência, proteção, participação, identidade, criação, ócio, entendimento, liberdade e afeto”. (RODRIGUEZ, 1997:56)

Desta forma os pescadores e suas famílias só se tornarão sujeitos e participarão na construção de uma sociedade justa — onde figure uma relação mais equilibrada ou sustentável da sociedade com a natureza, melhorando assim seu nível e qualidade de vida — através da construção de uma “cidadania plena”. Onde se percebam enquanto sujeitos sociais individuais e coletivos interferindo e redefinindo seus espaços.

Durante os dez anos de trabalho junto ao Instituto Terramar<sup>2</sup>, tivemos a oportunidade de assessorar vários encontros — para reflexões sobre políticas e técnicas — das organizações sociais dos pescadores do Estado do Ceará nas suas variadas manifestações: colônias, associações, cooperativas etc. Uma das bandeiras de luta mais presentes nas pautas de reivindicações sempre foi a da capacitação e/ou da assistência técnica. Analisando esta reivindicação, não identificamos apenas a vontade ou a necessidade de compreender as novas técnicas de captura ou processamentos do pescado para o mercado: sentimos, também, a ansiedade destes sujeitos em tentar (se) compreender e se inserir de forma a protagonizar as transformações ocorridas no mundo do trabalho e nas relações sociopolíticas que permeiam as mudanças do espaço em que estão inseridos.

A política governamental que se propunha a assessorar as comunidades pesqueiras no seu processo de desenvolvimento deveria ser a política de extensão pesqueira. Os vários nomes — assistência técnica, extensão pesqueira, assessoria técnica, só para citar alguns — que possamos dar a essa “ação” estão intimamente ligados à sua concepção metodológica. Sentindo a ausência de bibliografia que trate do tema — e preocupados com os desafios colocados para estas populações litorâneas, reconhecendo ainda a necessidade de uma intervenção técnico-educadora que facilite e promova a inserção das comunidades pesqueiras como sujeitos nestas

---

<sup>2</sup> Instituto Terramar é uma Organização Não Governamental que realiza pesquisa e assessoria em comunidades litorâneas do Ceará, na perspectiva de contribuir para construção da autonomia política e da auto-gestão, visando uma melhor qualidade de vida e uma equação mais equilibrada na relação sociedade-natureza.



transformações — é que nos debruçamos para analisar a “*extensão pesqueira*”, tendo como recorte espacial as comunidades do litoral cearense.

O nosso primeiro contato com a temática se deu em 1987. Ainda estudante — membro do Centro Acadêmico do Curso de Engenharia de Pesca da Universidade Federal do Ceará<sup>3</sup> —, contribuía com o Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP nos encontros ecológicos e assembléias do Movimento dos Pescadores do Ceará — MOPECE, alimentado pelas orientações e conversas com o Prof. Carlos Geminiano<sup>4</sup> — naquele momento, um dos poucos professores a promover a reflexão sobre a problemática da sustentabilidade da pesca artesanal, diferenciando-se de outros cujos estudos estavam voltadas para a produção técnica na perspectiva de atender as demandas da indústria pesqueira. A participação nos encontros promovidos pelo CPP nos permitiram entrar em contato com a realidade que não percebíamos, posto que a praia, naquele período, se configurava apenas como o espaço do lazer: jogar *frescobol*, conversar, nadar ou comer peixe frito.

Sentir e conhecer de perto os desafios dos pescadores e de suas famílias na busca de uma melhor condição de vida e fazer a ligação com o que estudávamos na Universidade configurou o passo primeiro na construção da monografia apresentada como parte das exigências para a obtenção do título de Engenheiro de Pesca. Esta monografia enfocou as mudanças socioespaciais decorrentes do turismo em uma comunidade pesqueira — no caso, a comunidade de Paracuru, localizada no litoral oeste do estado do Ceará. Tal abordagem apontava para uma orientação diferente da disseminada no curso de Engenharia de Pesca da UFC, contribuindo para que durante o percurso de estudo e produção da monografia refletíssemos de forma complexa sobre as comunidades litorâneas e não apenas sobre os aspectos ligados diretamente à atividade pesqueira. Nesse percurso, as discussões com o orientador, professor Carlos Geminiano, e o professor Adauto Fontelles — conceituado cientista, possuidor de um olhar crítico e reflexivo sobre os problemas da pesca artesanal —, bem como aquelas

---

<sup>3</sup> A discussão sobre o Curso de Engenharia de Pesca da Universidade Federal do Ceará será retomada no Capítulo I, no item 1.5: A Formação Profissional Brasileira na perspectiva da Extensão Pesqueira.

com os/as colegas de Curso e Centro Acadêmico — Soraya, Socorro, Cláudio, Carlos Décimo, entre outros/as — foram fundamentais na construção do perfil político-profissional que viemos a construir e de nossa forma de olhar e encarar o mundo.

Quando saímos da Universidade, alimentados pelas reflexões construídas dentro do “movimento estudantil”<sup>5</sup>, envolvemo-nos em uma nova empreitada: a construção de um espaço que pudesse canalizar as energias de todo um grupo de pessoas — colegas do curso de Engenharia de Pesca, professores do Curso, ambientalistas, entre outros/as — que tinha um profundo respeito pela luta dos pescadores artesanais e por suas famílias, e possuíam, também, além de um olhar crítico, a disposição de lutar junto a essa categoria por melhores condições de vida e trabalho. Nessa perspectiva foi que nasceu o Instituto Terramar<sup>6</sup> de Pesquisa e Assessoria à Pesca Artesanal.

Foi no Instituto Terramar que as curiosidades, inquietações e indignações da fase de estudante transformaram-se em desafios e responsabilidades concretas. Entrar no mundo da pesca artesanal e das comunidades litorâneas na perspectiva de apoiá-las e assessorá-las nos seus processos de desenvolvimento é um desafio que a cada dia vai adquirindo uma maior complexidade. Dentro da perspectiva que busca melhor entender a realidade para poder, de forma organizada e qualificada, nela interferir, se faz necessário ser, ao mesmo tempo, pesquisador, técnico e militante — construindo, concomitantemente: ações e análises sobre a realidade vivida pelas comunidades, a

---

<sup>4</sup> Professor do Departamento de Engenharia de Pesca da Universidade Federal do Ceará – UFC.

<sup>5</sup> Enquanto estudantes, participamos ativamente do movimento estudantil — o que nos colocou diante de reflexões constantes e sistemáticas referentes a temas que iam desde do papel da Universidade na formação profissional e de sua relação com a sociedade, até discussões sobre conjuntura nacional e internacional.

<sup>6</sup> O Instituto Terramar surgiu em julho de 1993 como uma sociedade civil sem fins lucrativos, dispendo de um quadro de associados/as formado por técnicos/as, professores/as universitários/as e estudantes, estando filiado à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais desde 1994. O Terramar foi concebido a partir do projeto *SOS Sobrevivência*, que se constituiu em uma viagem-protesto que denunciava problemas como a pesca predatória, especulação imobiliária etc. A viagem durou 74 dias e foi empreendida por quatro jangadeiros, tendo sido acompanhada por alguns/mas daqueles/as que integram atualmente a entidade — e que, na época, sentiram o desejo de constituir uma maneira de dar continuidade à defesa dos pescadores artesanais e das comunidades litorâneas (SILVA et al, 1997:161). A ação desta instituição será abordada no Capítulo III: Os Movimentos Sociais na Construção das Políticas de Pesca no Ceará.

compreensão sobre a atuação dos atores sociais na construção das relações socioambientais, a elaboração do conhecimento tecnológico existente (incluindo as tecnologias sociais), bem como contribuindo com as metodologias para se comunicar e promover reflexões coletivas sobre os desafios e as perspectivas a serem trabalhadas. Outro desafio que se faz presente no trabalho do Instituto Terramar é o de atuar como interlocutor, não só junto às comunidades litorâneas, mas com as várias organizações governamentais e não governamentais que são atores importantes na construção das políticas relacionadas ao espaço litorâneo.

Este desafio cotidiano nos remetia, então, a pensar sobre o que significava “assessorar” comunidades. Em que medida este trabalho contribuía, de fato, para o desenvolvimento das comunidades litorâneas. E, se contribuía, por que, na maior parte das vezes, constituía-se num contraponto às ações desempenhadas pelo Estado — em especial no que toca à atividade pesqueira. Neste sentido, nossa curiosidade se voltou para entender tais ações ou, melhor dizendo, para compreender como a “extensão”, voltada para a atividade pesqueira, é construída e realizada.

Foi em busca deste entendimento que ingressamos no Mestrado do Programa Regional em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará – PRODEMA/UFC. Busca essa que foi norteadada pela seguinte indagação: qual o sentido que se pode dar à noção de “extensão pesqueira” frente à complexidade em que hoje estão inseridas as comunidades litorâneas? — questionamento que viria a dar forma ao nosso objeto de pesquisa.

O “objeto de pesquisa” foi ganhando forma na medida em que o contato com a temática começou a ser construído — tanto através da revisão da bibliografia pertinente ao tema, como através da recuperação da “história da extensão pesqueira” no Ceará. Vale, nesse sentido, citar alguns dos vários momentos que se constituíram em importantes passos na construção de nossa aproximação com a temática, alimentando nossa reflexão:

- Reuniões com as comunidades nas quais trabalhamos — como Prainha do Canto Verde (Beberibe), Flecheiras (Trairi), Tatajuba (Camocim), entre outras.
- Análise de documentos de alguns Programas/Projetos de governo que propõem e analisam políticas públicas para o espaço das comunidades litorâneas (a exemplo do PRODETUR, do Complexo Industrial Portuário do Pecém e das Políticas de Pesca do Governo Federal).
- Participação como representante do Instituto Terramar em instâncias de reflexão e deliberações de políticas públicas, a exemplo do Fórum em Defesa da Zona Costeira Cearense, do Diálogo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID – Sociedade Civil, do Comitê de Pesca do Estado do Ceará – COMPEECE, entre outros.
- Participação, também como representante do Instituto Terramar, em seminários de reflexões e proposições de políticas públicas — como a de pesca, de turismo e de gestão costeira —, a exemplo do Seminário Nacional Extensão e o Novo Espaço Rural no Nordeste Brasileiro, 2002, Recife-PE.
- Participação como assessor em encontros de pescadores e comunidades litorâneas para debater e encaminhar proposições e reivindicações para a superação das dificuldades que enfrentam na vida cotidiana.
- Observação *in loco*, em vários momentos, da realidade vivida pelas comunidades litorâneas por onde estivemos.

Desta forma, o “aproximar-se da temática” para nós constituiu-se no próprio fazer da pesquisa, na medida em que lançamos mão da experiência com o tema através do trabalho que realizamos no Instituto Terramar. No entanto, no decorrer da pesquisa surgiram outras questões, que só a experiência no Terramar não daria conta de elucidar. Necessário, então, se fez o ir em busca de elementos, que por vezes não

eram percebidos, mas que eram fundamentais para desvendarmos o que estava por trás de muitas das relações sociais que permeiam a construção do espaço nas comunidades litorâneas. Dentro desta perspectiva é que foram muitas as horas investidas nas bibliotecas, das mais variadas instituições: IBGE, IBAMA, UFC (em seus vários núcleos), FIEC, BIBLIOTECA PÚBLICA. Isto contribuiu para construirmos uma extensa pesquisa bibliográfica sobre os referenciais teóricos e metodológicos referentes à temática, bem como dados históricos sobre os governos e suas políticas de pesca e, ainda, sobre as intervenções dos atores sociais na defesa de seus interesses.

Além da bibliografia, descobrimos nos jornais uma importante fonte de informações para a reconstituição da história de algumas políticas públicas — como é o caso da pesca e da extensão pesqueira, já que a memória desta atividade não está devidamente registrada nas instituições que fizeram ou fazem a gestão destas políticas. A exploração do acervo jornalístico<sup>7</sup> revela que a discussão sobre a política pesqueira estava, na maior parte das reportagens, vinculada à pesca industrial. Só a partir de 1993 é que a pesca artesanal entra na pauta de forma mais constante — sendo tal fato decorrente das pressões dos movimentos sociais, mais do que pela inclusão da pesca artesanal nas políticas de pesca desenhadas pelos governos, tanto a nível estadual como federal. A análise de documentos produzidos pelas entidades estudadas e de algumas fitas de vídeos que documentaram seminários e reuniões também foram de grande relevância.

Outros recursos fundamentais foram as conversas e as entrevistas semi-estruturadas que realizamos com vários atores sociais envolvidos com a política de pesca e com a extensão pesqueira. Quanto à escolha dos entrevistados, priorizamos aqueles em que identificamos uma maior capacidade de fazer o relato e de expressar a opinião sobre a política de pesca e de extensão pesqueira no Ceará. Neste sentido, entrevistamos os principais representantes das categorias profissionais e dos atores sociais coletivos neste processo: presidentes de entidades que representam as

---

<sup>7</sup> Este acervo jornalístico compreende as publicações dos jornais O POVO, Diário do Nordeste e Tribuna do Ceará durante o período que vai da década de setenta (século XX) até os dias atuais.

categorias, representantes de governo, lideranças comunitárias, membros de ONGs, professores universitários etc.

Assim, na perspectiva de contribuir com a reflexão sobre o papel da extensão na busca da “sustentabilidade socioambiental”<sup>8</sup> das comunidades litorâneas, discutimos nesta dissertação — sem ter a pretensão de esgotar o assunto — as transformações ocorridas nas comunidades litorâneas, os aspectos históricos e conceituais da extensão, as políticas públicas aplicadas à pesca e ao espaço costeiro litorâneo e, em particular, as políticas públicas de “extensão pesqueira” — bem como a atuação dos atores sociais na definição destas políticas.

Tal discussão encontra-se estruturada em quatro capítulos — além da introdução, que diz o percurso da pesquisa, e das reflexões finais. O Capítulo I apresenta uma reflexão sobre a extensão pesqueira enfocando os seus aspectos históricos e conceituais, na perspectiva de identificar os vários nomes e sobrenomes que a extensão possui, buscando desvelar a concepção que está por trás de cada um deles. A relação da extensão pesqueira com o desenvolvimento, com a sustentabilidade das comunidades litorâneas e com a formação profissional na perspectiva da extensão pesqueira foram aspectos considerados, dada a relevância para o estudo proposto.

O Capítulo II constitui um breve histórico das políticas públicas de pesca, tanto a nível federal como estadual, permeado por uma análise crítica que pretendeu identificar os impactos e limites destas políticas no *desenvolvimento* das comunidades litorâneas.

---

<sup>8</sup> Segundo Rodriguez (1997:55), um aspecto fundamental na teoria do Desenvolvimento Sustentável é a definição do conceito de sustentabilidade. Neste sentido, pode-se conceber a sustentabilidade ambiental como uma noção de gênero que deve abranger outras categorias, tais como sustentabilidade geocológica, econômica e social. Assim, sustentabilidade ambiental é um atributo de uma entidade espaço-temporal em que se incorpora a relação Sociedade-Natureza. Implica na coexistência harmônica do ser humano com seu meio ambiente; mediante o equilíbrio de sistemas transformados e criados através da eliminação de detritos, pressupõe-se a incorporação de conceitos temporais, tecnológicos e financeiros, refletindo um processo dinâmico e aleatório de transações de fluxos de EMI (Energia, Matéria e Informação) entre todos os componentes espaciais.

O Capítulo III aborda a intervenção dos movimentos sociais na construção das políticas de pesca no Ceará, tomando esta construção enquanto espaço de disputa e de afirmação de concepções relacionadas à atividade pesqueira.

No Capítulo IV refletimos sobre as mudanças socioespaciais nas comunidades litorâneas, no sentido de identificar como se apresentam essas novas demandas de “extensão” frente a tais mudanças — levando em consideração, sobretudo, a complexidade das relações entre sociedade e natureza.

Por fim, encerramos nossa discussão através do entrelaçamento das questões fundamentais aportadas no decorrer dos capítulos, na perspectiva de resposta ao que foi nossa grande inquietação durante a realização da pesquisa: qual o sentido que se pode dar à noção de “extensão pesqueira” frente à complexidade em que hoje estão inseridas as comunidades litorâneas?

## **CAPÍTULO I – ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EXTENSÃO PESQUEIRA**

Para refletir sobre extensão pesqueira no Ceará se faz necessário compreender os processos e conceitos que balizaram a história da extensão no Brasil e no mundo. São várias as interpretações e conceituações sobre os atos e fatos das relações do “técnico–educador–facilitador” com as comunidades ou “público alvo–clientes–parceiros”. Os elementos norteadores da extensão pesqueira foram construídos na extensão rural (dirigida a agricultores e pecuaristas) — portanto, para refletir sobre extensão pesqueira é de fundamental importância compreender os elementos norteadores dos conceitos e interpretações da extensão rural. Nesta empreitada, está lançado o desafio de responder perguntas que nos são fundamentais, a citar: quais são as raízes da extensão rural no Brasil e no mundo? Quais as raízes da extensão pesqueira no Brasil? Quais os conceitos balizadores do extensionismo brasileiro? Quais as perspectivas para formação profissional do extensionista pesqueiro? Quais os marcos conceituais históricos da extensão rural e extensão pesqueira? Tais questionamentos norteiam as reflexões construídas neste capítulo.

### **1.1. Raízes da extensão rural no mundo**

Na literatura disponível, as raízes da extensão estão intimamente ligadas à necessidade dos produtores rurais em trocar experiências sobre suas técnicas e modos de produzir, na perspectiva de aumentar a produção e produtividade. Com o desenvolvimento das técnicas agrícolas, amplia-se a necessidade de troca de informações entre as comunidades para expandir sua capacidade de produção no campo. Caporal<sup>1</sup>, em sua tese de doutorado, faz referência às trocas de experiências no período neolítico, como sendo possivelmente as primeiras ações dentro deste

---

<sup>1</sup> CAPORAL, Francisco Roberto. *La Extensión Agraria Del Sector Público Ante Los Desafíos Del Desarrollo Sostenible: El Caso De Rio Grande Do Sul, Brasil*. (Una Aproximación Histórico-Crítica a la Evolución y Enfoques Teóricos del Extensionismo Rural y Contribuciones Para el Paso del Paradigma



campo, mesmo sem ser nomeadas como tal. Com a evolução dos modos de produção, estas trocas se tornaram cada vez mais diferentes e profundas, apontando para a necessidade de institucionalização.

Dentro desta perspectiva de análise, Caporal baseado em Jones, identifica na Irlanda uma das primeiras experiências modernas de extensão no modo capitalista de produção.

Bajo el modo capitalista de producción, posiblemente el primero y moderno servicio de educación y extensión agrícola fue establecido en Irlanda, en el período de la “hambruna de la patata”, en mediados del siglo XIX. Tal iniciativa habría de ser puesta en marcha, tras la correspondencia enviada en 1847, por el Conde de Claredon al Duque de Leinster, entonces Presidente de la Real Sociedad para la Agricultura en Irlanda. En esta carta, el Conde proponía que fuese creado un servicio de apoyo a las zonas afectadas, lo que fue llevado a cabo. (JONES, 1989 apud CAPORAL, 1998:47)

Tendo como referência a tese de Caporal, o moderno serviço de extensão rural teve sua primeira experiência — institucionalizada pelo Estado — no Japão. Em um esclarecedor comentário, Caporal faz uma retrospectiva referente às datas de nascimento de algumas experiências no mundo<sup>2</sup>:

Como una actividad institucionalizada en el ámbito del Estado y dotada de un mandato específico y relativo al desarrollo de la agricultura y del medio rural, se puede decir que la “moderna extensión” tendría su primer ejemplar a partir de la organización del sistema de extensión rural de Japón, en 1893. Después de este país, serían institucionalizados servicios semejantes en EE.UU. (1914); Reino Unido (1946); Israel (1948); Índia (1952); Pakistán (1952); República Árabe Unida (1953); Holanda (1953); Nigeria (1954); Taiwan (1955). En Brasil, como veremos más adelante, la institucionalización de estas servicios ocurriría en 1956. (CAPORAL, 1998:48)

---

Dominante. Espanha: Tesis presentada como parte de los requerimientos para la obtención del grado de Doctor en Agronomía: Programa Agroecología, Campesinado e Historia, Universidad de Córdoba, 1998.

<sup>2</sup> Para um estudo mais detalhado ver o artigo citado por Caporal de SWANSON, B. E & CLAAR, J.B. (1987).

Dentre tais experiências, a americana, além de ter sido uma das primeiras no mundo, também foi a mais influente na estruturação metodológica do serviço de extensão rural brasileiro.

Segundo FONSECA (1985:37), “a prática extensionista teve suas raízes nos Estados Unidos da América do Norte, constituída no pós-‘Guerra da Secessão’, que representou em última instância para a agricultura americana a passagem da estrutura escravista à estrutura mercantil e capitalista”. De acordo com os estudos da autora, os pequenos produtores rurais americanos — impulsionados pelas necessidades de superar as dificuldades da concorrência com grandes empresas capitalistas — articularam-se em associações agrícolas para discutir e encaminhar soluções para os problemas da atividade. Isto foi consolidando o hábito de se fazer reuniões, conferências, palestras e seminários para discutir soluções técnicas para os problemas enfrentados.

Pouco a pouco estas associações foram se consolidando e se tornando cada vez mais complexas e importantes no desenvolvimento da agricultura americana no final do século XIX. Foram formados, em vários estados americanos, os conselhos de agricultura — que tinham como estratégias mais usadas, as parcerias com universidades e colégios para a promoção de conferências públicas, a realização de cursos de curta duração e a distribuição de panfletos informativos.

No começo do século XX — mais precisamente em 1914 —, o governo federal americano institucionalizou as ações de extensão propriamente ditas. Segundo Fonseca:

O Governo Federal encampou todas essas experiências anteriores, instituindo e oficializando o Trabalho Cooperativo de Extensão Rural, cuja finalidade era veicular, entre a população rural americana ausente dos Colégios Agrícolas, conhecimentos úteis e práticos relacionados à agricultura, pecuária e economia doméstica, para a adoção de modos mais eficientes na administração da propriedade rural e do lar. (FONSECA, 1985:39)

Estas ações do estado americano foram construídas a partir de um modelo que foi denominado pelos especialistas de *Modelo Clássico de Extensão*<sup>3</sup> — modelo este que balizou a criação dos serviços de extensão rural na América Latina e no Brasil.

## 1.2. Raízes da extensão rural no Brasil

Alguns autores que estudam a temática da extensão, no Brasil, propõem a divisão da história da extensão rural brasileira em momentos ou períodos históricos na perspectiva de facilitar sua compreensão. Para demonstrar estas divisões, trabalharemos duas delas: uma proposta por Caporal<sup>4</sup> e a outra proposta por Callou<sup>5</sup> — ambos importantes pesquisadores da atualidade sobre a extensão rural e a extensão pesqueira brasileira, respectivamente.

Caporal, em relação às mudanças na “filosofia” extensionista no Brasil, afirma que:

...con el objetivo de mejor comprender esta historia extensionista, la dividimos en los siguientes momentos: el período del «Familiar Asistencialismo» (1948 a 1960); el período del «Productivismo Modernizador (1961 a 1980); el período «Crítico Reflexivo» (1980 a 1990) y el período de «Transición Ambientalista», a partir de 1990. Quede claro, desde ya, que los tres últimos no se completaron y que características del primer continuarían a ser dominantes en la actualidad... (CAPORAL, 1998:75)

A divisão, sugerida por Caporal, encontra-se estruturada no quadro seguinte:

---

<sup>3</sup> O modelo clássico de extensão consiste em criar um canal de comunicação entre o conhecimento produzido nas universidades e centros de pesquisas com a demanda das populações rurais por novas tecnologias e formas de se organizar. Logo adiante dissertaremos sobre este modelo mais profundamente.

<sup>4</sup> Francisco Caporal, importante pesquisador do Rio Grande do Sul, é Doutor em Agronomia pelo Programa Agroecologia, Campesinato e História da Universidade de Córdoba-Espanha.

<sup>5</sup> Prof. Dr. Ângelo Brás Fernandes Callou é, atualmente, Coordenador do Mestrado em Comunicação e Administração Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Doutor em Ciências da Comunicação pela USP.

QUADRO 1 – Divisão dos períodos da extensão rural no Brasil e suas principais características:

<b>Período</b>	<b>Características</b>
“Familiar Asistencialismo” (1948 a 1960);	Introdução da Extensão Rural no Brasil e sua consolidação como serviço público. Tinha como ponto focal a educação e a melhoria das condições de vida das famílias rurais. Os beneficiários eram os pequenos agricultores e suas famílias e o crédito rural supervisionado era considerado como instrumento de trabalho do extensionista; nessa fase, era destinado ao financiamento não só da produção como da melhoria do lar e dos aspectos sanitários das moradias.
“Produtivismo Modernizador” (1961 a 1980);	Tinha como lógica norteadora o aumento da produtividade e da produção através da modernização da produção. O campo era visto como fonte de matéria prima para a indústria. A EMBRATER muda a classificação dos usuários: os de alta renda —que tinham a função de equilibrar a balança comercial através de sua produção em larga escala; os de média renda — que tinham como função produzir alimentos e matéria prima para o consumo interno; e os de baixa renda — que apesar de pequenos, poderiam influenciar na oferta de alimento e matéria prima para a indústria. O crédito passa a ser orientado para a modernização da produção na perspectiva de impactar economicamente e não mais para qualquer necessidade da família.
“Crítico Reflexivo” (1980 a 1990) (*)	Os movimentos sociais e os extensionistas questionam as práticas e os resultados das ações de extensão. Vários seminários, reuniões e conferências são promovidas para refletir sobre o tema. Inaugura-se um momento de reflexão teórica sobre a extensão rural. A agricultura familiar passa a ser pauta obrigatória em todas as reflexões sobre extensão rural.
“Transição Ambientalista” a partir de 1990(*)	Os questionamentos sobre a dimensão ambiental no processo de produção são colocados em pauta por alguns atores. Neste momento também surge com mais força a discussão sobre a poluição e os alimentos geneticamente modificados.

(\*) Períodos considerados, pelo autor, como etapas incompletas do extensionismo brasileiro.

**Fonte:** Quadro construído a partir das reflexões de Caporal e Adriane Lobo Costa.

Apesar de identificar quatro momentos distintos na extensão rural brasileira, Caporal considera que o norte balizador para a ação extensionista até o presente momento é a corrente difusionista-inovadora que balizou o período do “produtivismo modernizador”.

Outra divisão da história da extensão rural brasileira foi construída por Callou (1983) quando analisa os textos não publicados de Romeu Padilha<sup>6</sup> e afirma que o autor dividiu o sistema ABCAR/EMATER em dois grandes períodos. O primeiro, que vai desde 1948, quando foi criada a ACAR/MG, até o ano de 1967. Sobre esse período, faz o seguinte comentário:

As características fundamentais destes períodos estão centradas nas mudanças e crescimentos ocorridos no serviço extensionista brasileiro em relação ao movimento de acumulação capitalista que se desenvolveu, e que ainda se desenvolve, amplamente no país. No primeiro período, surge uma extensão com preocupações de ‘ganhar espaços’ e ‘firmar imagens’, com uma retórica que enfatiza a ‘melhoria do nível de vida para as populações rurais’. (CALLOU, 1983:05)

Para Callou, o período que se inicia logo no ano seguinte é o segundo grande período da extensão rural brasileira, que se prolonga até os dias de hoje. Sobre a característica desse período, afirma:

“Passado o período de criar raízes e dado o surgimento da ABCAR em 1956, a qual passou a coordenar nacionalmente o trabalho extensionista, começa a extensão, a partir daí, a projetar para o meio agrícola idéias de ‘elevação da produção e da produtividade agropecuária’, com o objetivo de incentivar uma tecnologia de caráter mais industrial, deixando um pouco de lado aqueles setores considerados mais atrasados”. (CALLOU, 1983:05)

Sobre a corrente difusionista-inovadora, Callou — a exemplo de Caporal — afirma que até o presente momento, esta se constitui hegemônica no que se refere a orientar as ações de políticas públicas dos governos no Brasil, bem como no que tange à ação individual dos extensionistas.

---

<sup>6</sup> Romeu Padilha de Figueiredo é ex-presidente da EMBRATER, pesquisador e extensionista, seguidor das idéias de Paulo Freire.

No Brasil, o serviço de extensão rural foi implantado oficialmente em 1948, com a criação da Associação de Crédito e Extensão Rural – ACAR/MG, instituição não governamental sem fins lucrativos que tinha como missão orientar os pequenos produtores rurais. Esta experiência — que se baseava no modelo dos EUA de Assistência Técnica – Extensão Rural —, diante do “sucesso alcançado” em Minas Gerais, foi reproduzida nos outros estados brasileiros nos anos de 1950. As instituições criadas tinham como características o processo de educação informal — na perspectiva de construir novos comportamentos e práticas entre os pequenos agricultores que possuíam menor nível de educação formal.

A influência americana no nascimento da extensão rural brasileira é, portanto, inegável: foram vários os convênios e conversações entre os técnicos brasileiros e os técnicos americanos — “tendo como marco nesta parceria a fundação da ACAR<sup>7</sup> – MG através do mensageiro especial da missão americana no Brasil, o Sr. Nelson Rockefeller” (Costa apud Fonseca, 2001:4).

Outras estruturas e instituições (aos níveis nacional, regionais e estaduais) foram criadas para satisfazer a demanda crescente por extensão rural no país. Dentre elas, podemos citar o ETA – Escritório Técnico de Agricultura que, embora sediado no Rio de Janeiro, possuía projetos em vários estados brasileiros (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e a ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Técnica. Com relação à Região Nordeste, foi

em 1954 que houve a fundação da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR, que abrangia os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, tendo como sede o Recife e membros fundadores o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e a AIA. Nesse ano, pela primeira vez, o Governo Federal destinou recursos para a ER. Também em 54 foi criado, no Rio de Janeiro, o Escritório Técnico de Agricultura – ETA, através de um convênio do governo norte-americano e o governo do Brasil. O ETA tinha um diretor brasileiro e um co-diretor norteamericano. Em 1955, a

---

<sup>7</sup> A ACAR constituía uma “associação civil sem fins lucrativos de direito jurídico privado, formato que se repetiu em todas as outras associações criadas para a extensão rural posteriormente” (Costa, 2001:5)

ANCAR começa a ser descentralizada. Em 1962, os programas estaduais passam às Associações de Crédito e Assistência Rural autônomas e, em 1966, a ANCAR é dissolvida, deslocando as decisões para os estados. (COSTA, 2001:6)

Para coordenar as várias instituições que foram criadas para satisfazer a demanda por extensão rural, fundou-se a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR/1956, que funcionava com receitas próprias e com doações da “cooperação internacional”. Destaca-se como elemento definidor da implementação destas experiências, vários convênios firmados entre o Brasil e os Estados Unidos através da América Internacional Associação para Economia e Desenvolvimento Social - AIA da família Rockefeller.

A partir de 1959, a ABCAR passou a contar com o apoio e financiamento do governo. Este, logo estabeleceu uma estratégia de intervenção que privilegiava a assistência técnica voltada para o aumento da produção e da produtividade agropecuária, na perspectiva de substituir uma parcela dos produtos que eram importados e equilibrar a balança comercial — dirigindo, portanto, sua atuação para aqueles que, no entender dos que formulavam os planejamentos, tinham maior capacidade de se enquadrar neste novo modelo, ou seja, os que tinham capacidade de responder às inovações tecnológicas consideradas necessárias para tal mudança.

Esta fase da extensão rural no Brasil foi balizada por uma *concepção “difusionista da extensão”*<sup>8</sup>, onde o principal objetivo era ensinar aos pequenos produtores as formas modernas e “eficientes” de produzir e de se organizar, acreditando que os problemas que estes enfrentavam eram puramente técnicos. A concepção difusionista inovadora balizou a criação, em 1974, da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER e das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural — que possui secções estaduais, a exemplo da EMATER – CE —, criadas para expandir o novo modelo institucional da extensão rural oficial no país, que incorporou toda a estrutura da ABCAR.

---

<sup>8</sup> Este conceito será abordado ainda no Capítulo I, no item 1.3.

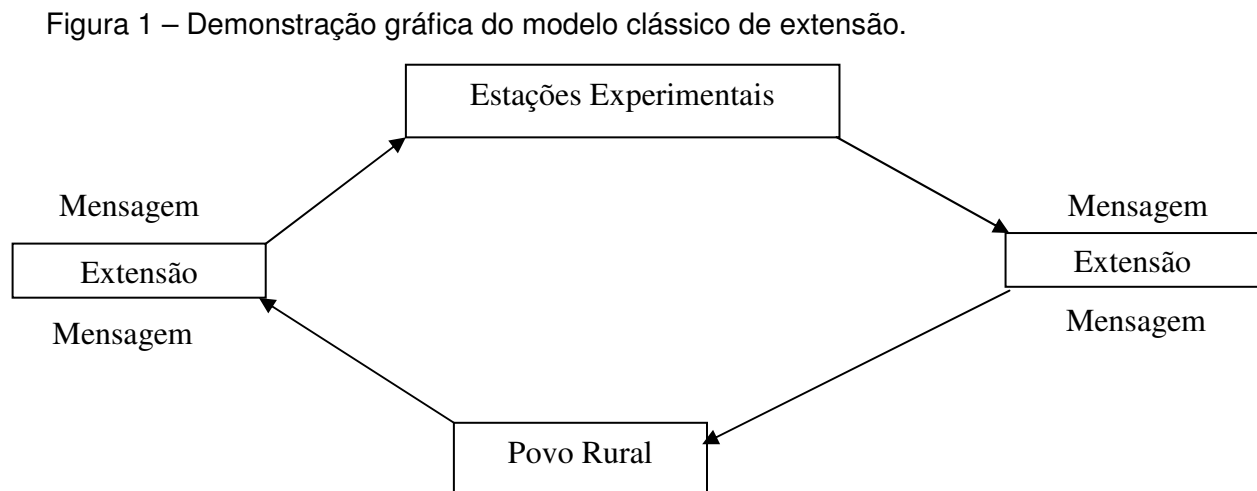
O sistema EMBRATER – EMATER's é o principal sistema de extensão nacional, o qual passa por mudanças na sua estrutura e que hoje, ainda, continua trabalhando com o modelo difusionista de extensão — agregando, porém, o agronegócio como motivador de sua atuação.

### 1.3. Sobre extensão e desenvolvimento: conceitos balizadores

Reconhecendo que o modelo clássico de extensão — baseado na corrente de pensamento difusionista-inovadora — é, até hoje, hegemônico na formação das políticas de extensão no Brasil, achamos importante a conceituação deste modelo:

Segundo este **modelo clássico**, o conhecimento é transmitido das fontes de origem ao povo rural. No contexto da extensão, a comunicação é o meio pelo qual o povo rural estabelece contato com a nova tecnologia, advinda, em consequência, uma mudança tecnológica permanente. Portanto, o propósito básico da extensão dentro do contexto do modelo clássico é o de transmitir conhecimentos ao povo rural e levar os problemas do povo às fontes de pesquisa. (BECHARA apud FONSECA, 1985:40)

Para um melhor entendimento, do modelo clássico de extensão, recorreremos à estruturação gráfica (FIGURA 1) proposta por (LOPES apud FONSECA, 1985:40):





Já para esclarecer o conceito de difusionismo, apoiamo-nos na reflexão de Fonseca:

A teoria que norteou a extensão rural, a partir de 1962, foi a do difusionismo. Essa teoria acredita que, pela difusão de conhecimentos, pode-se afetar um sistema social, através da adoção de inovações, onde difusão e alocação de idéias novas é a transferência de alguns traços culturais de áreas civilizadas a outra não civilizada. Baseia-se na capacidade individual de inovar, que seria o processo mental pelo qual o indivíduo passa desde quando soube da inovação, até a decisão de adotá-la ou rejeitá-la. São quatro as funções do processo: a)conhecer; b)persuadir; c)decidir e d)confirmar. A adoção seria o uso pleno da nova idéia como melhor opção. (ROGERS apud FONSECA, 1985:44)

Os autores estudados são unânimes em afirmar que o modelo clássico de extensão desenvolvido pelo Estado americano — que denominava o agente extensionista como “agente de cambio”<sup>9</sup> — e o “modelo difusionista inovador” foram os modelos que balizaram a criação de organizações de serviços de extensão, a partir da Segunda Guerra Mundial, em países considerados subdesenvolvidos — inclusive no Brasil.

Fonseca (1985), fazendo referência sobre como se constrói as práticas extensionistas, afirma que o fundamento teórico no qual se alicerça a prática extensionista latino-americana — e, conseqüentemente, a brasileira — possui uma visão empírico-positivista da realidade, permeada pela ideologia liberal que se operacionalizava numa proposta comunitarista e descompromissada com os interesses reais e imediatos das populações rurais latino-americanas.

Diante da multiplicidade de sentidos contidos nas categorias presentes na afirmação acima, necessário se faz explicitar a definição da autora sobre as categorias por ela adotadas:

– **Empírico-positivista** da realidade porque tanto o “**modelo clássico**” como o “**modelo difusionista inovador**” partem do princípio de que as

---

<sup>9</sup> Termo usado nos EUA para enfatizar o caráter de transmissor de conhecimentos e demandas pelo agente extensionista.

mudanças nas sociedades rurais se dão por intervenções técnicas e não por alterações nas estruturas sociopolíticas e econômicas dessas sociedades. Por conseguinte, esta postura levava os agentes envolvidos nestes programas de mudança a ficarem alheios aos conflitos e contradições existentes na realidade em que atuavam, sem contudo impedir o aprimoramento de técnicas e metodologias que acreditavam ser rigorosamente objetivas e neutras para a análise e solução dos problemas dessa realidade.

- Permeada pela **ideologia liberal** porque, em última instância, o que estava sendo veiculado e difundido, para fins de aprendizagem, era um ideal de sociedade, isto é, a sociedade liberal, entendida como “uma sociedade mais democrática, mais aberta, capaz de um desenvolvimento econômico maior e mais rápido”. Isso evidentemente supunha a idéia de equilíbrio social –que em termos do desenvolvimento rural requereria a busca de harmonia entre o rural e o urbano, no sentido de incentivar o progresso nas áreas rurais para que estas não atrapalhassem o progresso industrial, pois, em essência, o que se almejava como objetivo final era a construção de uma sociedade moderna (industrializada) em detrimento da sociedade tradicional (rural).

- **Comunitarista e educacional, alienante e descompromissada** porque, embora partisse de problemas concretos das comunidades rurais, o que propunha era uma administração desses problemas segundo perspectivas alheias aos interesses imediatos dessas comunidades (acesso à terra, melhores condições de trabalho), tendo como suporte um trabalho educacional de destruição do saber próprio dessas populações para a implantação de um saber produzido no exterior”. (FONSECA, 1985:52)

É com Paulo Freire (1977), em seu livro “Extensão ou Comunicação”, que a reflexão sobre a prática extensionista é feita com maior profundidade, fundamentando uma nova escola de pensamento que se volta para analisar e refletir sobre a prática extensionista. Na elaboração do citado autor, o conceito de extensão é negado como sinônimo de educação, pois defende a tese de que a ação de assessorar as comunidades rurais deveria estar vinculada à educação como prática de liberdade e não como extensão de conhecimentos. Ele assim se posiciona:

... para nós, a “educação como prática da liberdade” não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a “perpetuação dos valores de uma cultura dada”; não é o esforço de adaptação do educando a seu meio”. Para nós, a “educação como prática da liberdade” é, sobretudo e antes de tudo, uma situação verdadeiramente gnosiológica. Aquela em que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se

comunica a outros sujeitos, igualmente cognoscentes. (FREIRE, 1977:78)

Freire analisa o significado da palavra extensão e faz uma relação com a prática do agrônomo extensionista; ao mesmo tempo, introduz o debate da questão ambiental e da invasão cultural. Para ele, a educação é a base da transformação para a liberdade e não se confunde com capacitação e/ou assistência técnica, como dizem vários atores sociais e alguns acadêmicos.

Assim, para este autor, qualquer iniciativa de educação popular, estando ou não vinculada a uma prática extensionista, deve ter como objetivo fundamental considerar a importância das relações sociais. Conforme Freire:

(...) qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associada a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão inseridos. (FREIRE, 1977: 33).

O estudo de Freire — apesar de ter produzido uma profunda reflexão sobre a prática extensionista e de suas idéias e reflexões estarem balizando grande parte das ações dos movimentos sociais rurais — ainda não encontrou inserção nas proposições da maioria dos agentes extensionistas e dos gestores públicos que constroem as políticas de pesca e de extensão pesqueira.

Na atualidade, é no Mestrado em Comunicação e Administração Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco que as reflexões teóricas sobre Extensão Rural e Pesqueira se fazem mais presentes. Referenciada em Paulo Freire, está sendo discutida uma nova definição de “Extensão Rural”, ou seja, a “*Comunicação Rural*” — entendida enquanto “um processo viabilizador de um Fórum local com capacidade de definir e gerar localmente políticas de desenvolvimento”.

Avançando na discussão, apóio-me em SANTOS (2000), quando discute as relações dos atores sociais no processo de construção do desenvolvimento local e faz as seguintes considerações sobre os processos de reconhecimento dos fatores externos, advindos da globalização, e do rebatimento destes fatores nos desafios locais:

É deste cenário de relações combinatórias do global e do local, e das mediações do urbano e do rural, do massivo e do popular, que emergem novos arranjos institucionais que impelem as organizações governamentais e não governamentais a estabelecerem parcerias com as populações rurais para a construção do desenvolvimento local. (...) a comunicação rural deve promover a 'concertação' dos atores envolvidos no desenvolvimento local no sentido de possibilitar a promoção de ações econômico-produtivas imediatas, garantir a oportunidade para que os projetos de desenvolvimento sejam resultados das aspirações das pessoas envolvidas localmente, e que o apoio governamental em todos os níveis sirva de reforço à lógica local. (SANTOS, 2000:35)

Neste contexto, introduzimos na discussão sobre extensão o conceito de desenvolvimento local, apresentado por Buarque:

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade. (BUARQUE, 2002:25)

O conceito de desenvolvimento local, apesar de indicar novos paradigmas na discussão sobre desenvolvimento, ainda não norteia os processos de construção das políticas públicas no Brasil. É o modelo clássico de desenvolvimento fundamentado

pela idéia de progresso<sup>10</sup> e crescimento econômico que tem balizado a intervenção estatal nas políticas públicas no Brasil. Sobre este modelo, Diegues faz as seguintes considerações:

Segundo os modelos clássicos, esse “crescimento econômico” tem como mola propulsora a “industrialização”. Nessa conceituação os países industrializados são países desenvolvidos, em oposição àqueles que têm sua economia baseada na agricultura. O processo de desenvolvimento teria por objetivo colocar estes últimos no mesmo patamar dos primeiros. Mais do que simplesmente conseguir os mesmos níveis de produção de bens e serviços, de bem-estar, os países não desenvolvidos deveriam desenvolver uma ética, um conjunto de valores compatíveis com o objetivo da acumulação de capital, além de contarem com classes sociais imbuídas da ideologia da industrialização. (DIEGUES,1999:13)

A crítica a este modelo se dá pela sua visão fragmentada de desenvolvimento e por considerar a natureza como uma fonte inesgotável de matéria-prima para a indústria, banalizando assim vários processos de degradação de ambientes naturais.

Um outro conceito bastante usado é o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”<sup>11</sup>. Vários autores e instituições o conceberam, mas dentre as diversas definições apresentadas, a mais conhecida é a que está contida no relatório Brundtland, que define o desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras”.

Apesar deste conceito estar sendo cunhado há vários anos — e ter sido incorporado ao discurso dos governos brasileiros (a níveis federal, estadual e municipal), configurando-se tanto em *jargão* de campanhas como em elemento

---

<sup>10</sup> Para DIEGUES (1999), baseado em NISBET (1980): “O conceito de progresso, essencial para se entender os modelos clássicos de desenvolvimento, tem como base a crença na razão, no conhecimento técnico-científico como instrumento essencial para se conhecer a natureza e colocá-la a serviço do homem, na convicção de que a civilização ocidental é superior às demais, entre outras razões pelo domínio sobre a natureza, na aceitação do valor de crescimento econômico e no avanço tecnológico”.

<sup>11</sup> Não é nosso intuito neste capítulo empreender uma discussão aprofunda sobre a questão do desenvolvimento. Sobre a ampla gama de reflexões sobre *Desenvolvimento*, ver: Rodriguez (1997), Christofolletti (1993), Diegues (1994), Cavalcante (1995), entre outros.

ilustrativo das justificativas elaboradas para as instituições financeiras internacionais, como BID, BIRD e FMI, visando a obtenção de empréstimos —, até os dias de hoje não foi incorporado na reflexão que permeia a elaboração e implementação das políticas públicas dirigidas às comunidades.

O que se observa é uma grande resistência em pensar as políticas públicas *para e com* as comunidades de forma interdisciplinar e sistêmica, diminuindo as chances de sucesso dos objetivos e ações planejadas, na perspectiva de se construir uma melhoria na qualidade de vida das comunidades. Para reforçar esta argumentação, aproximamo-nos de Melo (2000) quando reflete sobre a interdisciplinaridade e a evolução do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Ele advoga que a abordagem reducionista aplicada na construção do conhecimento e das ações humanas afeta a forma como se pensa o desenvolvimento dos países pobres:

O progresso material passa a ser visto como elemento suficiente para eliminar a pobreza e levar o bem-estar a todos os povos. Assim, o crescimento econômico é incentivado, defendido pelos teóricos da economia e aplicado através das políticas públicas. A instalação de indústrias, a exportação de matérias-primas, o aumento da produção e a conseqüente elevação do Produto Interno Bruto (PIB) são fatores privilegiados para o alcance do crescimento econômico, conceito este que foi sobrepujado pela noção de desenvolvimento econômico, na qual as questões sociais assumem como condição indispensável ao desenvolvimento, até o surgimento e progressiva consolidação do conceito de Desenvolvimento Sustentável e da Sustentabilidade que lhe é inerente, no qual a variável ambiental é, de igual forma, indispensável". (MELO, 2000:58)

A visão fragmentada da realidade construída pelos gestores públicos nos governos brasileiros e a visão reducionista nas interpretações da realidade têm condicionado as políticas de pesca e de gestão costeira às equações necessárias para satisfazer as necessidades do governo em equilibrar a balança comercial e ganhar credibilidade na atração de investimentos externos para nosso país, sem levar em consideração os impactos destas políticas nas comunidades em que são implementadas. Em contraposição a este raciocínio, podemos apontar as reflexões de Diegues — o qual advoga que o conceito mais apropriado para se trabalhar em/com comunidades é o de *Sociedade Sustentável*:

O conceito de “sociedades sustentáveis” parece ser mais adequado que o de “desenvolvimento sustentável”, na medida em que possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural. Além disso, deixa-se de lado o padrão das sociedades industrializadas, enfatizando-se a possibilidade da existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, desde que pautadas pelos princípios básicos da sustentabilidade ecológica, econômica, social e política... (DIEGUES, 1999:25).

Completando o seu raciocínio sobre sociedades sustentáveis, Diegues (1999:25) afirma que essa noção de sociedades sustentáveis se baseia na noção expressa por Chambers (1986), na qual “as pessoas, sobretudo as mais pobres, devem ser sujeitos e não objetos do ‘desenvolvimento’; o meio ambiente e o desenvolvimento, para esse autor, são meios e não fins em si mesmos”.

Concordando com as idéias de Diegues, acreditamos que só a participação crítica e propositiva das comunidades na definição das políticas públicas definiria um outro quadro político-institucional capaz de satisfazer as suas necessidades e anseios diante do desenvolvimento socioambiental que desejam construir. Dentro desta concepção, refletir sobre os processos de comunicação e educação nas comunidades pesqueiras é importante para a superação dos vários desafios que estão postos para as comunidades pesqueiras litorâneas. Santos (2000), quando fala sobre o campo de trabalho para os profissionais de comunicação/extensão, acaba construindo um perfil do novo profissional extensionista que está sendo demandado para tal desafio:

A nova prática da Comunicação Rural suscita uma perspectiva promissora para o mercado de trabalho dos profissionais da comunicação. Trata-se do gestor de processos comunicacionais. Profissional capaz de assessorar, planejar e executar políticas de comunicação voltadas para viabilizar a “concertação” dos atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento local. Este profissional, chamado de analista e gestor de processos comunicacionais, tem a função de planejar e executar projetos de comunicação que tanto cabem dentro dos meios massivos e das grandes organizações públicas e privadas, como dentro de instituições sociais, sindicatos, igrejas, associações e movimentos sociais. (SANTOS, 2000:35)

Esta lógica de pensar a extensão/comunicação, apesar de não ser assim nomeada por esses sujeitos políticos, é o que esta permeando a lógica de atuação<sup>12</sup> de algumas ONGs que possuem, em sua matriz de pensamento e prática, uma abordagem sistêmica e uma compreensão socioambiental das relações de construção do desenvolvimento nas comunidades litorâneas.

#### **1.4. Raízes da extensão pesqueira no Brasil**

Após percorrer o mundo da extensão rural, vamos resgatar como se originou a extensão no mundo da pesca. Poucas foram as políticas construídas para satisfazer a demanda por extensão pesqueira no Brasil — ao contrário da extensão rural, que tinha e tem toda uma estrutura organizada nos estados, bem como instituições de coordenação a nível nacional. A extensão pesqueira é, assim, relegada enquanto política pública. As poucas iniciativas estaduais se deram através de tímidas tentativas de fazer o casamento entre a extensão pesqueira e a rural.

Quase nenhum dado é encontrado sobre as experiências de extensão pesqueira no Brasil — o que dificulta a reflexão e o registro sobre a temática. Recorremos, então, às reflexões de Callou que, como já dissemos, é um dos que se dedica ao estudo da extensão pesqueira com profundidade.

Segundo este autor, a extensão rural dirigida para os pescadores, ou seja, a extensão pesqueira, no Brasil, nasceu em Santa Catarina no ano de 1968 — logo se expandindo para o Rio Grande do Sul, em 1969, através da Associação de Crédito e Assistência Técnica do Rio Grande do Sul - ACARPERGS (CALLOU, 2000:01)<sup>13</sup>. Como a extensão pesqueira tinha raízes na extensão rural brasileira, ela nasceu com todos os

---

<sup>12</sup> Esta lógica será melhor explicitada através do relato de algumas experiências no decorrer do Capítulo III: Os Movimentos Sociais na Construção das Políticas de Pesca no Ceará.

<sup>13</sup> Ângelo BRAZ e Maria Salete Tauk SANTOS. A extensão Pesqueira e Gestão no Desenvolvimento Local – Texto apresentado no I SEMINÁRIO BRASILEIRO DE EXTENSÃO PESQUEIRA em Recife - Pernambuco, em 2000.



referenciais teóricos e metodológicos dela incorporados, ou seja, foi marcada pela perspectiva do modelo difusionista — o qual se mantém até os dias de hoje.

Num primeiro momento, a ação extensionista tinha como características “educar” o pescador e sua família para ampliar a produção e a produtividade na pesca — levando em consideração os recursos disponíveis —, bem como discutir e tentar convencer os pescadores e suas famílias sobre a necessidade de se mudar os hábitos alimentares e comportamentais para a melhoria da qualidade de vida. Em um segundo momento, a perspectiva era a de modernizar os procedimentos de captura e processamento de produtos derivados da pesca, através das inovações tecnológicas que eram disponíveis na época.

Callou avança em suas reflexões e coloca que, a exemplo da extensão rural, a extensão pesqueira teve o papel fundamental de introduzir as relações capitalista de produção nas comunidades pesqueiras. Segundo o autor:

(...) quando a extensão pesqueira se personifica como um programa educativo baseado na assistência técnica, econômica e social, para a intensificação racional da produção... Infere-se que sua preocupação assemelha-se à extensão rural no sentido de tentar expandir as relações capitalistas de produção às localidades onde ainda elas não são predominantes. (CALLOU, 1985:11)

Neste sentido, a Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, entre os anos de 1962 a 1989, atuou com políticas públicas para a pesca, priorizando a pesca empresarial/industrial, objetivando construir a modernização do setor e a inserção deste no mercado internacional de produtos do mar — o que foi determinante para que as necessidades do setor artesanal e as especificidades socioambientais fossem desprestigiadas pelo órgão de fomento e gestão da pesca no Brasil. No entanto, foi com a SUDEPE que nasceu o Plano de Assistência à Pesca Artesanal - PESCARD, que tinha como estratégia de ação prioritária a “assistência técnica”/“extensão pesqueira”. Assim, nascia o primeiro e único projeto nacional de extensão pesqueira no Brasil.

### **1.5. A formação profissional na perspectiva da extensão pesqueira**

No início do serviço de extensão pesqueira no Brasil, o profissional extensionista era proveniente de qualquer profissão — engenheiros agrônomos, economistas domésticos, sociólogos, veterinários, entre outros. Com a criação dos cursos de Engenharia de Pesca, a extensão pesqueira passou a ser uma atividade característica dos profissionais desta área.

Os primeiros cursos de Engenharia de Pesca no Brasil foram implementados na Universidade Federal do Ceará e na Universidade Federal Rural de Pernambuco, no início da década de 1970. A fundação destes foi devido à necessidade de satisfazer a demanda por mão-de-obra especializada para a emergente indústria pesqueira nacional e, em especial, do Nordeste.

Ao analisarmos os currículos desses cursos, constatamos que se caracterizavam pelo tecnicismo modernizador e pela ausência de uma reflexão sobre as questões sócio-político-culturais na atuação com/e nas comunidades pesqueiras. Faltava também uma disciplina sobre extensão pesqueira que se propusesse a refletir sobre o papel do extensionista na comunidade — e, ainda, sobre a forma mais adequada de se construir uma atuação que levasse em consideração os saberes das comunidades.

Tais currículos contribuíram para a precária formação dos profissionais, que tinham e têm dificuldades em se relacionar — na perspectiva de uma “educação libertadora” — com as populações costeiras, porque não incluíam na reflexão de seu trabalho elementos sociais, políticos, culturais e ambientais, o que reforçou o cunho tecnicista da intervenção dos extensionistas pesqueiros.

Foi somente na década de 1990 que a disciplina de extensão pesqueira passou a integrar a grade curricular dos cursos de Engenharia de Pesca — tanto no Ceará como em Pernambuco. A inclusão da disciplina constituiu um importante avanço;

no entanto, não significou que o problema da formação para extensão tenha sido resolvido. Falta, ainda, uma reflexão profunda sobre os objetivos do Curso e de sua relação com o desenvolvimento das comunidades litorâneas — visto que pouca ou quase nenhuma reflexão foi construída nos cursos de Engenharia de Pesca no Brasil que apontem para mudanças paradigmáticas na formação e atuação dos extensionistas.

A ausência desta reflexão tem contribuído para que os Cursos de Engenharia de Pesca continuem a formar profissionais com a visão tecnicista e distanciada da complexa e multifacetada realidade na qual estão imersas as comunidades litorâneas — estando muito mais interessados em atender a demanda do mercado do que às necessidades de desenvolvimento integral destas comunidades.

Discutir o papel da Engenharia de Pesca com os profissionais no Ceará é se remeter automaticamente à perspectiva de desenvolvimento da indústria pesqueira da lagosta e de outros produtos de exportação — como o camarão e o pargo, e mais recentemente, a indústria do camarão marinho em cativeiro.

A resposta dada pela Profa. Selma Viana<sup>14</sup>, ao ser indagada sobre qual o principal desafio para os profissionais do curso de Engenharia de Pesca, ilustra este raciocínio:

O principal desafio para o profissional do curso de Engenharia de Pesca e todos os outros cursos da universidade é acompanhar as demandas da sociedade e hoje a principal demanda para o curso de Engenharia de Pesca é de profissionais que trabalhem com a carcinicultura. Portanto, a Universidade tem que se adequar para responder tal demanda. (Selma Viana, entrevista, outubro de 2002)

Acreditamos, no entanto, que a formação universitária não deve só produzir profissionais para o mercado empresarial, mas profissionais que tenham como princípio o diálogo com a sociedade — inclusive com as comunidades pesqueiras litorâneas, objetivando a construção da sustentabilidade socioambiental e,

---

<sup>14</sup> Coordenadora do Curso de Engenharia de Pesca da Universidade Federal do Ceará.

fundamentalmente, construir compromissos permeados pela solidariedade e pela ética junto a essas populações. Apontamos, portanto, para a necessidade de profundas mudanças nas concepções teórico-metodológicas e nas práticas que permeiam as estruturas de formação profissional vinculadas à extensão pesqueira tradicional<sup>15</sup> em nossas Universidades.

Apesar dos processos de extensão balizados no modelo de “extensão crítico-reflexivo” não serem valorizados na Universidade — e o modelo “clássico de extensão” ainda permear as relações da produção acadêmica com as comunidades —, presenciamos o movimento de alguns departamentos das universidades cearenses em direção a uma relação de interação com as comunidades litorâneas, através do compartilhar de saberes, da solidariedade na luta por melhores condições de vida e na busca da sustentabilidade socioambiental.

Neste cenário, destacamos o Departamento de Geografia da UFC com os seus vários convênios de cooperação com ONGs e movimentos sociais. Entre estes, podemos citar: em 1995, o *Projeto Natureza Pesca e Turismo Conflitos no Litoral Cearense*; no ano de 2000, o convênio com a comunidade indígena Tremembé em Almofala, distrito de Itarema e Missão Tremembé<sup>16</sup>, para a produção de *Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico Participativo* e de materiais informativos, como vídeo e cartilha, referentes à educação ambiental; no ano de 2001, o convênio com a comunidade da Prainha do Canto Verde – Beberibe e o Instituto Terramar para a construção do *Diagnóstico Socioambiental e o Zoneamento Ecológico-Econômico* participativos desta comunidade; em 2002, a parceria com o Instituto Terramar para o desenvolvimento do projeto *Iniciativas para uma Gestão Costeira Sustentável*, que teve como objetivo principal“ contribuir para a construção de um modelo de *Gestão Costeira* pautado no envolvimento das comunidades litorâneas e na valorização da cultura local

---

<sup>15</sup> Considero a extensão pesqueira tradicional aquela que é baseada no modelo clássico de extensão e que tem como fundamento a inovação tecnológica trazida pelo engenheiro de pesca.

<sup>16</sup> Organização Não Governamental, que trabalha com a comunidade indígena Tremembé, na perspectiva de garantia dos seus direitos e da construção de sua cidadania. A luta maior tem sido exigir a demarcação das terras indígenas, reivindicação que, em parte, já foi conseguida.

como forma de integrar crescimento econômico e conservação ambiental, com melhoria da qualidade de vida” (Instituto Terramar e Departamento de Geografia da UFC, 2002).

Nesse sentido, o último Projeto supracitado teve como estratégias centrais:

Diagnosticar as condições e perspectivas da legalização do uso e posse da terra em doze comunidades pesqueiras do litoral cearense.  
Identificar as condições socioeconômicas locais de doze comunidades.  
Instrumentalizar doze comunidades litorâneas com informações e estratégias jurídicas para o fortalecimento de sua luta pelo uso e ocupação sustentável dos espaços na zona costeira.  
Promover espaços de articulação e reflexão com as lideranças comunitárias e organizações não governamentais sobre os processos de uso e ocupação da zona costeira.  
Capacitar lideranças comunitárias para o planejamento e monitoramento das ações de gestão ambiental e políticas públicas.  
Fomentar o espírito de apoio mútuo entre comunidades de todo o litoral.  
Articular as comunidades litorâneas para a formulação de novas estratégias de resistência no litoral, considerando a problemática da terra.  
Analisar, juntamente com as comunidades e parceiros, a implementação das políticas no litoral e seus impactos socioambientais.  
Envolver novos aliados no processo de organização e estratégias de luta das comunidades (Ministério Público, Universidades etc.).

As experiências acima relatadas tiveram alguns elementos em comum: a abordagem sistêmica e interdisciplinar na análise dos problemas socioambientais e a participação comunitária como elementos centrais. O relato dessas parcerias demonstra que a relação da Universidade com a sociedade pode e deve ser diferente da corrente hegemônica do extensionismo brasileiro — abrindo, assim, novas perspectivas de comunicação com as comunidades litorâneas no seu processo de desenvolvimento.

## **CAPÍTULO II – ESTRATÉGIAS E CONCEPÇÕES DOS GOVERNOS NA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PESCA.**

### **2.1. Políticas para pesca no Brasil**

A exemplo da agricultura e de outras atividades econômicas no Brasil, o Estado teve grande participação na construção do cenário atual da atividade pesqueira. As políticas pesqueiras eram e são quase que exclusivamente iniciativas do governo federal; os governos estaduais aparecem como meros coadjuvantes neste cenário. Portanto, falar de política pesqueira no Ceará nos remete à compreensão da política nacional para pesca.

As políticas pesqueiras no Brasil tiveram como objetivo promover a modernização industrial da atividade, tendo na criação da SUDEPE (Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca) o marco referencial. Com a criação da SUDEPE em 1962, “o país passou a dispor de uma política de incentivos econômico-financeiros e fiscais dirigidos a atividades classificadas como ‘indústria de base’” (FREIRE, 1995:307). Segundo Diegues:

O que caracterizou a SUDEPE foi a prioridade dada à pesca empresarial/industrial, materializada através da política de incentivos fiscais, estabelecidos pelo Decreto-Lei 221, de 1967. Ignorando a existência do setor artesanal e dos pequenos armadores, a SUDEPE optou pela formação de empresas de pesca, com empresários que freqüentemente não pertenciam, até então, ao setor pesqueiro. (DIEGUES, 1988:28)

Temos, como exemplo desta prioridade, os programas e projetos que se vinculavam à lógica da SUDEPE. Um destes é o Fundo de Investimento Setorial para a Pesca – Fiset/PESCA, que nasce com o decreto Lei 1.376 — responsável também pela criação do FINOR, da SUDAM e do Fiset Turismo —, que tinha como objetivo “desenvolver o setor da pesca” em parceria com o empresariado, dando-lhes incentivos financeiros e fiscais para o desenvolvimento da pesca. Com relação aos incentivos para o setor, houve a isenção do óleo diesel, do ICMS e das deduções sobre o imposto de

renda, conforme consta no Decreto LEI 221/67. Este tipo de estímulo do estado contribuiu para fortalecer o capital da iniciativa privada empresarial.

Dias Neto e Dornelles<sup>1</sup>, ao analisarem o Relatório da Comissão Técnica de Avaliação dos Incentivos Fiscais-FISET/PESCA (SUDEPE, 1985) e o Relatório de Avaliação dos Incentivos Fiscais regidos pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974 (IPEA, 1986), apontaram distorções, *provocadas pela falta de um plano de desenvolvimento para o setor que orientasse a alocação dos recursos, que eram entendidos mais como doação do que participação societária*. Entre estas distorções, estão:

Investimentos desordenados, criando uma dissociação entre a capacidade instalada no âmbito de indústria, captura e comercialização e as reais potencialidades dos recursos naturais disponíveis;  
Incapacidade do setor de assegurar o suprimento de matéria-prima, devido ao esforço de pesca exagerado sobre determinados estoques, empirismo da atividade de captura e falta de pesquisas que dessem suporte à exploração de novos recursos pesqueiros;  
Desvios de recursos;  
Altas taxas de corretagem para captação dos incentivos. (DIAS NETO e DORNELLES, 1996:49)

A análise dos Relatórios também apontou que a maioria dos empréstimos destinados a empresas do setor pesqueiro no final da década de 1970 era apenas para sanear as empresas de pesca que estavam em uma situação pré-falimentar — e que, no entanto, mesmo com os incentivos, várias delas entraram em concordata. “Das 36 empresas beneficiadas com os 49 projetos de saneamento financeiro, em 1985, 12 estavam em situação de concordata, paralisadas, autuadas pela SUDEPE ou mudando de objetivo social” (DIAS NETO e DORNELLES, 1996:49). O exemplo indica que os recursos deveriam ser melhor gerenciados e fiscalizados.

No década de 1980, “passada a fase de saneamento financeiro das empresas, a prioridade foi dada a projetos que visavam o aumento da produção para exportação” (DIAS NETO e DORNELLES, 1996:50), na perspectiva de buscar divisas em dólares para o “país”. Estas ações tinham como objetivo a afirmação do país em um cenário internacional no qual o equilíbrio da balança comercial e o aumento do caixa

em dólares eram o cartão, o passaporte para a entrada de novos capitais especulativos, considerados fundamentais para o desenvolvimento nacional. Esta lógica favorecia ao ajustamento das relações com os governos e mercados externos, em detrimento do desenvolvimento interno e da perspectiva de desenvolvimento sustentável — e de longo prazo. Sobre a interdependência entre os projetos nacionais e internacionais do *governo de uma nação*, Santos escreve:

Projeto nacional e projeto internacional são interdependentes quando o governo decide conduzir a nação a partir do princípio da autonomia nacional. Do contrário, quando é necessário ajustar um ao outro, um dos dois se limita ao discurso e é o projeto nacional interno que é amesquinçado, em benefício de um projeto nacional externo, em cuja formulação tantas vezes colaboram interesses de fora. A grande maioria dos países que hoje constituem a comunidade internacional vive no interior desse drama, e alguns nem mesmo buscam, ainda que apenas para uso público, justificativas para essa distorção. (SANTOS, 1998:107)

A política de incentivos fiscais teve continuidade até o ano de 1987, momento em que a atividade pesqueira passou a ser gerenciada pelo Ministério do Meio Ambiente através do IBAMA. Esta mudança no arranjo institucional dos órgãos de gestão, regulamentação e planejamento da atividade pesqueira no país provocaram uma expectativa quanto às questões ambientais relativas ao processo de produção, comercialização e consumo de pescado. Porém o quadro não se alterou muito e o que se constatou foi a diminuição dos subsídios e planos de fomento para a indústria pesqueira — que já estava atuando em cima de estoques sobreexplorados. A sobreexploração destes estoques tem se constituído um problema mundial. “Segundo estudos realizados em 2001 pela FAO (ONU), 75% dos estoques do mundo estavam plenamente explorados ou sobreexplorados, 7% haviam colapsado, apenas 2% mostravam algum sinal de recuperação produtiva e, para os 16% restante, não foi possível fazer um diagnóstico claro” (ABDALLAH e CASTELLO, 2003).

A diminuição dos estoques explorados pode ser visualizada através dos decrescentes níveis de captura e de rentabilidade das pescarias. A pesca predatória, a degradação ambiental dos mares, dos manguezais e rios e o excessivo esforço de

---

<sup>1</sup> São pesquisadores do IBAMA e autores da publicação: Diagnóstico da Pesca Marítima no Brasil, 1996.



pesca sobre os recursos pesqueiros são apontados, por pesquisadores e comunidades, como os principais fatores da diminuição das pescarias.

Diante da notória prioridade dada à pesca empresarial/industrial, a SUDEPE criou, como medida de compensação, o Plano de Assistência à Pesca Artesanal - PES CART, que tinha como estratégia de ação prioritária a extensão pesqueira. Este programa teve equívocos e não conseguiu colocar o pescador, enquanto sujeito, no desenvolvimento da pesca. Em uma esclarecedora análise, Diegues elenca elementos importantes para a compreensão do alcance e das limitações do referido programa:

Foi criado em 1973 o PES CART para compensar a pesca artesanal do descaso até então oferecido; o plano baseava-se na necessidade da modernização tecnológica”, da concentração dos recursos, na eliminação do paternalismo, na integração dos programas assistência e na interrelação entre a pesca artesanal e industrial. O motor do PES CART era a “assistência técnica”, prestada por engenheiros de pesca; a maioria deles reduzia o desenvolvimento à introdução de novas técnicas de captura e processamento de pescado. Essas inovações tecnológicas tinham falhas, nem sempre eram necessárias e os técnicos não levavam em consideração as características socioculturais e o sistema de poder reinante nas comunidades pesqueiras. A eliminação do paternalismo também não foi alcançada, pois o processo educativo utilizado pela extensão pesqueira, em que o extensionista é o emissor e o pescador é o receptor passivo, não permitiu uma real participação do pescador no desenvolvimento da pesca, fazendo com que o discurso de participação caísse no vácuo. (DIEGUES, 1988:28)

Com a extinção da SUDEPE, em 1989, a extensão pesqueira a nível nacional passou a ser trabalhada pelo IBAMA — instituição originada em 1989, através da fusão da própria SUDEPE e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF —, que criou um departamento específico para trabalhar esta questão. A ação deste departamento, pelo menos no que se refere ao Ceará, se limitou a efetuar alguns convênios com o governo do estado do Ceará para assessorar os pescadores na construção de projetos — a exemplo do *Projeto Jangadeiro*<sup>2</sup> —, bem como na formulação de projetos a serem financiados pelo Banco do Nordeste na década de

---

<sup>2</sup> Projeto voltado para a pesca artesanal no estado do Ceará que será tratado no Capítulo II, item 2.2: A política pesqueira no Ceará.

1990<sup>3</sup>. Atualmente não existe nenhuma instituição pública responsável pela extensão pesqueira a nível nacional.

Ainda na década de noventa, outra vez o Estado — através de políticas públicas e de seus representados — construíram uma estratégia para a atividade pesqueira, agora baseada em duas vertentes: uma dirigida à reestruturação de cadeias produtivas dirigidas para exportação e, outra, para a criação de organismos aquáticos em cativeiro — dando maior ênfase ao camarão marinho, até então pouco explorado. É no governo Fernando Henrique Cardoso que verificamos as iniciativas mais agressivas, materializadas pelas ousadas metas de seus planos plurianuais (1995/1999 e 2000/2003). Como exemplo da ousadia das metas, podemos citar o caso da lagosta, cuja proposta era aumentar as exportações de 45 milhões de dólares no ano 2000 para 75 milhões de dólares no ano de 2003. Outra meta que demonstra esta ousadia e traz grandes impactos socioambientais é a de ampliar em 400% a produção de camarão marinho em cativeiro.

Para cumprir com as metas estabelecidas no ano 2000, o Departamento de Pesca e Aqüicultura do Ministério da Agricultura adotou como estratégia o fortalecimento ou a criação das cadeias produtivas do camarão marinho de cativeiro, da lagosta, de moluscos, da sardinha, da tilápia e do atum, todas dirigidas à exportação. Seguindo a lógica desta proposta, verificamos que existe uma articulação com o empresariado do setor (e fora dele) para que se construam novas políticas de subsídios e de incentivos para desenvolver a pesca no país.

Enquanto a pesca e a aqüicultura empresarial/industrial, voltadas para exportação, têm recebido atenção especial do governo federal, a pesca artesanal é contemplada apenas com algumas políticas de crédito dirigidas a agricultores, tipo

---

<sup>3</sup> Estes projetos eram dirigidos para a compra de barcos, reestruturação dos entrepostos de pesca e compras de insumos de produção. Alguns desses projetos serão discutidos no Capítulo IV.

PRONAF<sup>4</sup>, que não se constitui em uma política planejada articuladamente com outras dimensões da gestão pública para fortalecer a pesca artesanal.

## 2.2. A política pesqueira no Ceará

O primeiro desafio quando se investiga o que os governos do estado do Ceará construíram enquanto política pesqueira é conseguir dados sobre as instituições públicas estaduais que lidam ou lidaram com as políticas de pesca. O sucessivo desmonte e construção de órgãos não foi acompanhado de um cuidadoso registro das atividades e estratégias. Assim, as informações apresentadas foram coletadas em entrevistas com ex-funcionários destas instituições, com lideranças do movimento dos pescadores, em documentos extra-oficiais e na imprensa. Desta forma, tentaremos nesse capítulo entrelaçar as informações coletadas, na perspectiva de reconstruir e analisar importantes momentos da política pesqueira cearense.

Na década de 1980, o Governo do Estado do Ceará começa a intensificar sua intervenção na atividade pesqueira, através do crédito financeiro concedido pelo o Banco do Estado do Ceará - BEC e pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A - BANDECE — e mediante algumas ações voltadas para pesquisas estatísticas da Companhia Estadual de Pesca - CEPESCA. Em 1991, o governo criou a Companhia Estadual de Desenvolvimento Agrário e da Pesca – CEDAP, que tinha como missão regular a oferta de pescado no Ceará. Esta possuía, na sua estrutura, uma equipe de extensão que atuou, timidamente, ao longo da sua existência, realizando alguns poucos cursos de capacitação e assessorando a elaboração de projetos em algumas comunidades.

---

<sup>4</sup> “O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado, em 1995, como uma linha de crédito de custeio, para atender a uma demanda da Confederação dos Trabalhadores em Agricultura do Brasil – CONTAG. Em 1996, o PRONAF deixou de ser apenas uma linha de crédito e adquiriu *status* de programa governamental, pois, naquele ano, passou a integrar o Orçamento Geral da União, com módicos recursos de R\$ 10 milhões, os quais seriam aplicados em infra-estrutura rural nos municípios e em capacitação dos produtores rurais familiares”. (SILVA, 1999:05).

A CEDAP chegou a possuir, em 1993, 180 postos de venda de pescado — sendo 80 em Fortaleza e o restante no interior do estado. Estes postos de venda tinham a função de regular a oferta do pescado, oferecendo, principalmente peixes considerados de segunda categoria que vinham do sul e sudeste do país e de países como Chile, Argentina e Maurîtânia. As espécies mais comercializadas eram a cavalinha, a cocoroca, a palombeta, o castanho, o galo, a tilápia, o curimatá e o tucunaré. A estrutura da CEDAP contava também com entrepostos para venda de insumos para pesca em Sobral, Crateús, Quixeramobim e Juazeiro do Norte.

Uma das principais iniciativas da CEDAP dirigida aos pescadores artesanais foi o Projeto Jangadeiro que tinha como meta implantar 48 entrepostos de pesca, construir 600 e recuperar 300 embarcações da pesca artesanal. O Projeto Jangadeiro teve como parceiros, na sua concepção e execução, o Governo do Estado do Ceará e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES. Tinha como características o subsídio de 50% do valor contratado; o restante do saldo devedor deveria ser acrescido de juros de 3% ao ano com correção monetária plena, ser pago em até seis anos, tendo a carência de um ano. A periodicidade do pagamento era semestral; contudo, passou a ser mensal devido à escalada inflacionária que predominava na economia nacional.

Muitas foram as críticas construídas pelos pescadores e lideranças políticas contra a sistemática do projeto. Segundo alguns jornais da época<sup>5</sup>, eram bastante comuns as denúncias contra as altas prestações mensais e a forma de pagamento que, de acordo com as reivindicações das lideranças, deveriam ser pagas com a própria produção — e não usar, como base de cálculo, indexadores como a TR'd. A diretoria da CEDAP não concordou com a proposta, alegando a falta de estrutura de armazenamento da instituição para fazer a compra deste pescado diretamente dos pescadores locais. Esta decisão, segundo pescadores entrevistados, foi uma das principais causas da grande inadimplência do Projeto Jangadeiro.

---

<sup>5</sup> Notícias sobre o tema foram veiculadas no dia 21/04/1993, tanto no Jornal *Tribuna do Ceará* como no Jornal *Diário do Nordeste*.

Paulo Lira Cavalcante, então presidente do órgão, em entrevista ao *Jornal Diário do Nordeste* em 1993, coloca que a CEDAP, com o intuito de dar suporte técnico ao projeto, constituiu uma equipe de oito técnicos, entre sociólogos, assistentes sociais e engenheiros de pesca. No entanto, ressalta que mesmo com esta assistência “os agentes do paternalismo e assistencialismo agiram no Programa em número infinitamente maior, dificultando o bom andamento do trabalho” (*Diário do Nordeste*, 21/04/1993).

Durante entrevistas realizadas com ex-técnicos da CEDAP, estes apontam para a existência, na época, do posicionamento de atores sociais junto aos pescadores artesanais na perspectiva de construção da visão da não necessidade de pagamento das prestações do projeto, visto que estas seriam perdoadas — a exemplo do que já havia ocorrido em setores como o da agricultura. Vejamos o diz o Sr. Osvaldo Segundo<sup>6</sup>:

Jefferson — Sobre o Projeto Jangadeiro, quais as grandes dificuldades? E sobre o não sucesso do projeto, que causas o senhor identifica?  
Osvaldo Segundo — Nós temos que ver que na época que ele foi implantado que tipo de governo nós tínhamos (Federal e Estadual). Hoje em dia você vê que mudou de visão política do Estado, não existe mais aquelas coisas a fundo perdido. Somente um programa e outro; esse Jangadeiro era 50% a fundo perdido, você pagava apenas 50% e diluía as prestações em 5, 6, 7 anos e tudo bem. E nessa época foi quando começou o governo de Tasso. As coisas ainda estavam muito na visão do coronelismo, tava muito na visão: é do governo, não precisa pagar, é perdoado — como ainda você sente reflexo disso hoje, mas de uma forma menos intensa. Agora, por quê? Porque o que acontecia: eu cansava de dar parecer de pedido de senador, de deputado federal da oposição e da linha do governo, pedido pra perdoar que o pessoal era pobrezinho, pra perdoar que o pessoal era carente, dentro daquela visão política anterior que existia — e, outro, passamos no período do Jangadeiro por eleições pra governador e prefeitos. Aí foi uma catástrofe! Candidatos a vereador, candidatos a prefeitos, candidatos a deputados e candidatos a governador prometiam a anistia. Então era difícil trabalhar dizendo: pague, que isso é importante pra vocês. Porque no Jangadeiro o dinheiro não voltava pra o BNDS; foi aberto um fundo, constituído um fundo Jangadeiro; todos esses pagamentos iam para o fundo e o fundo era para novos financiamentos. Então o dinheiro não

---

<sup>6</sup> Osvaldo Segundo é Engenheiro de Pesca, atualmente coordena a Gerência de Pesca da Secretaria de Desenvolvimento Rural/SDR do Governo do Estado do Ceará. Participou das gerências da CEPESCA E CEDAP, coordenando vários projetos, entre os quais cito o Projeto Jangadeiro.

saía do estado e esse fundo ainda hoje existe — ‘tá fechado mas ainda existe. (Entrevista, julho / 2002)

A análise das informações coletadas apontam limites na ausência de capacitação e assessoria, levando-se em consideração a gestão técnico-administrativa e a compreensão da dinâmica do mercado financeiro. Aliada a estas dificuldades, a não inserção dos pescadores artesanais na gestão de preços nos mercados consumidores, e no próprio sistema de pagamentos do projeto, contribuiu para a falência do Projeto Jangadeiro.

Surgiram, então, outras dificuldades — por conta da complexidade que se estabeleceu nas transações bancárias, que se processam rapidamente e os pescadores artesanais não conseguem acompanhar. No financiamento bancário, regras e conceitos como juros, correção monetária, indexação, inflação, entre outros, soam de forma estranha para pescadores artesanais e suas famílias.

Assim, estes conceitos e regras precisam ser decodificados para que sejam compreendidos. Identificamos a necessidade da construção de reflexões e iniciativas que garantam o entendimento dos pescadores artesanais, possibilitando que estes atores possam influir politicamente na construção das propostas de financiamento, bem como na gestão dos recursos adquiridos.

A pesca artesanal nas comunidades litorâneas possui características peculiares às populações tradicionais, ou seja, é permeada por forte relação de dependência entre sociedade-natureza — estando inserida em um sistema de economia local marcado por relações de troca e relações pré-capitalistas<sup>7</sup> que passam

---

<sup>7</sup> “Dentro de uma perspectiva marxista (principalmente dos antropólogos neomarxistas), as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há uma grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural, como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos. ‘Culturas tradicionais’, dentro desta perspectiva, são aquelas que se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil. Essas culturas se distinguem daquelas associadas ao modo de produção

ao largo do complexo sistema capitalista atual, em que as instituições bancárias e financeiras determinam o ritmo da economia e as regras para o seu funcionamento. Isto dificulta sobremaneira a compreensão dos processos nessas relações. Dentro deste contexto, a extensão pesqueira poderia cumprir um papel importante na facilitação dos processos necessários para promover a reflexão sobre estas temáticas.

Oswaldo Segundo, indagado sobre a existência de uma política de governo para a promoção da extensão pesqueira, reconhece que, apesar da importância, o Estado não teve um programa ou projeto específico para promover a extensão pesqueira. A ação frente às comunidades era a de apoiar e elaborar os projetos de financiamento, que podiam ser utilizados para a construção e reparos de embarcações, bem como para a instalação de câmaras frigoríficas, fábricas de gelo e entreposto de venda de insumos para a pesca e pescado nas comunidades. O entrevistado reconhece que, depois do projeto instalado nas comunidades, poucas foram as unidades que tiveram acompanhamento técnico sistemático durante um longo período.

Na pesquisa de campo, conhecemos dois destes entrepostos e fábricas de gelo: o de Guajiru e o de Mundaú, em Trairi. Constatamos que os equipamentos são inadequados para a pequena produção de pescado — e que os custos fixos de produção são altos, principalmente em função dos gastos com energia elétrica. Constatamos também que, no caso de Guajiru, aliadas às dificuldades de gestão administrativa, a falta de assistência técnica adequada e as sucessivas quebras das máquinas inviabilizaram o funcionamento da fábrica. Sobre como se deu a tentativa de implementação da fábrica de gelo em Guajiru, Edivan Viana<sup>8</sup> explicou da seguinte forma o insucesso desta iniciativa:

---

capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transformam em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes" (Diegues, 1994:73).

<sup>8</sup> Edivan Viana é liderança comunitária da comunidade de Guajiru (litoral Oeste), ex-aluno do Curso de Formação para Lideranças do Litoral Cearense e atualmente é Coordenador do Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense.

Na verdade, talvez não fosse nem isso que os pescadores quisessem, na época, uma fábrica de gelo. Por quê? Eles tinham necessidade de ter gelo, mas não era, talvez, uma fábrica, né? Só que chega alguém e diz: a fábrica vai resolver o problema de vocês e que *é fácil, o governo está querendo ajudar*. E aí todos os pescadores da comunidade pensaram: Ah, vai ser resolvido o problema. Muito pelo contrário, era um dinheiro que corria risco da política aí do governo, negócio de juros e que o povo do Guajiru não tinha como suportar uma fábrica de gelo, uma conta de energia alta. E ninguém conhecia da técnica de mexer com a fábrica, ninguém acompanhou a compra dos equipamentos na época — foi comprado equipamento já sucateado. Parece até uma brincadeira, mas na verdade aconteceu isso e ela não teve condição de funcionar. Ela não funcionou nem seis meses. (Edivan Viana, entrevista, março / 2003)

Em Mundaú — apesar deste ser um porto pesqueiro de grande envergadura, possuindo aproximadamente 200 embarcações — a fábrica de gelo funciona com dificuldades. Entre os problemas, podemos citar a sazonalidade da produção, o sucateamento dos equipamentos e as despesas com energia elétrica, que chegam a R\$ 4.000,00 reais por mês. Esse gasto só não inviabilizou o funcionamento da fábrica em função de um convênio com a Secretaria de Educação do Governo do Estado do Ceará, que subsidia integralmente as contas de energia elétrica. Porém, as sucessivas quebras de equipamento, já obsoleto, e as dificuldades administrativas deixam a fábrica funcionando com grandes dificuldades.

Com o fechamento da CEDAP, em 1997 — devido à política de diminuição e enxugamento da máquina administrativa do Estado, implementada pelo Governo Tasso Jereissati (que seguia recomendações neoliberais impostas pelo Fundo Monetário Internacional/FMI e Banco Mundial/BIRD) —, os objetivos de promover a extensão na perspectiva do desenvolvimento da atividade pesqueira foram transferido para a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR/EMATER) — que também não possuía estrutura, recursos financeiros, pessoal, metodologia adequada e, principalmente, vontade política para realizar essa missão. Ampliavam-se, assim, as dificuldades em satisfazer a demanda por uma extensão pesqueira efetiva e conseqüente.

Dentre as iniciativas do governo do estado do Ceará — voltadas para a satisfação das reivindicações do empresariado — estava a tentativa de construção de



um PÓLO ATUNEIRO no estado. O projeto objetivava abrir as portas para a industrialização dos municípios litorâneos cearenses através da atração de investidores estrangeiros. No pólo atuneiro, estes investidores seriam inicialmente portugueses e espanhóis. O projeto foi construído pela Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Ceará no início da década de 1990. Nos jornais da época, encontramos declarações otimistas dos representantes do governo na defesa da proposta do pólo atuneiro<sup>9</sup>.

Apesar de toda a propaganda construída pelo governo em torno da importância do Pólo Atuneiro para o setor pesqueiro (amplamente veiculada na imprensa), esta proposta não saiu dos acordos firmados em gabinetes. O equívoco desta iniciativa foi o de tentar esconder as dificuldades e os impactos socioambientais para a efetivação da industrialização da pesca. Falar que a indústria atuneira seria a redenção da pesca e transformá-la na principal proposta de governo com relação às políticas pesqueiras, para nós significa desconhecer toda a complexidade socioambiental em que estão inseridas as populações na Zona Costeira Cearense.

Além da baixa empregabilidade deste tipo de pesca, existem dificuldades de caráter cultural e tecnológico: a pesca de atum demanda nova forma de pescar, pensar e agir na atividade pesqueira — na qual a cultura dos povos do mar, em especial a dos pescadores artesanais do Ceará, teria que ser adaptada. O uso de equipamentos sofisticados e de alta tecnologia favorece a dependência do pescador artesanal em relação às grandes empresas e reduz as chances de conseguirem emprego nesta atividade, materializando-se uma realidade diferente da prometida ao conjunto dos pescadores.

Outra ação do Governo do Estado do Ceará, voltada para os interesses do setor empresarial, foi a redução do ICMS, a partir de 1993, de 12,0% para 4,2% de alíquota para a indústria lagosteira. Esta redução foi fruto de negociações do empresariado com o governador Ciro Gomes — para quem “jangada era coisa de

---

<sup>9</sup> Destacamos as reportagens veiculadas no Jornal *Diário do Nordeste* em 12/03/1991, 21/04/1991, 11/12/1991, 10/01/1992, 06/05/1992, no Jornal *O Povo* em 07/10/1990 e no Jornal *Tribuna do Ceará* em 29/04/1993,

museu”. Sendo a jangada a principal embarcação utilizada pelos pescadores artesanais em nosso Estado, esta declaração na imprensa provocou bastante indignação entre os movimentos sociais ligados à pesca artesanal.

A política de pesca, conduzida sobre a premissa da industrialização do setor pesqueiro, ignora fatores importantes que devem ser analisados nestes processos, ou seja: as limitações de ordem bioecológicas das espécies possíveis de serem exploradas em grande escala. As águas quentes dos mares tropicais do nordeste produzem grande variedades de espécies, porém em pequena concentração por espécie. Sobre esta questão, citamos Fonteles:

A existência de um sistema de pesca artesanal se origina na grande diversidade especificada Zona Tropical (...). Esta diversidade específica determina as seguintes características da captura: (a) uma grande variedade de tamanhos dos indivíduos, desde uma sardinha com 15 cm a um tubarão com 3 metros de comprimento; (b) grande número de espécies (123) e pequena abundância individual: a produção das quatro espécies principais (cavala, serra, sardinha-bandeira e pargo) não chegou, individualmente, a 1.000 t/ano; (c) variedade de habitats em termos do meio aquático e do substrato; assim, de acordo com Costa Saldanha-Neto (1976), as espécies pelágicas, de meia-água e demersais ocorrem nas seguintes proporções, respectivamente: 11,4%, 17,2% e 63,40/o, em substratos de areia, lama e algas calcárias. Estas características trazem como consequência a generalização dos métodos e aparelhos de pesca, e o resultado é o baixo rendimento das pescarias, que inviabiliza a formação de empresas industriais (...) (FONTELES FILHO, 1997:07).

Entre as poucas iniciativas — se não a única — do Governo do Ceará para a gestão e ordenamento da pesca, destacamos a criação do Comitê de Pesca do Estado do Ceará – COMPESCE<sup>10</sup> — conselho de caráter consultivo criado em 1995 por decreto governamental do governador Tasso Jereissati, cuja função era discutir e sugerir ações para a melhoria da atividade pesqueira no estado. Dentre as ações do Comitê está a elaboração do Plano de Ordenamento da Pesca da Lagosta – POPL. Este Plano, elaborado a partir da iniciativa do grupo e sob a coordenação do IBAMA,

<sup>10</sup> Participavam do COMPESCE representantes de varias categorias e instituições que são sujeitos sociais na pesca da lagosta no Ceará, entre eles o Instituto Terramar, o IBAMA, o SINDIPESCA, o Sindicato dos Pescadores, entre outros.

estabelecia as diretrizes e ações a serem implementadas para a gestão da pesca da lagosta no Ceará, havendo sido identificadas as seguintes prioridades:

Necessidade de redução do número de barcos operando, adequando-os à capacidade de sustentação dos estoques; Efetiva aplicação das medidas de regulamentação em vigor; Promoção da modernização da frota lagosteira e; Diversificar a atividade pesqueira, como alternativa para absorver parte do excesso de barcos operando sobre os estoques lagosteiros. (Plano de Ordenamento da Pesca da Lagosta, 1996).

O COMPESCE foi desarticulado quando o governo do estado do Ceará verificou que seu poder na condução das discussões foi diminuído. As horas de articulações e reuniões investidas para construir um novo modelo de ordenamento da pesca da lagosta foram em vão, por falta de recursos financeiros e materiais e de prioridade política (tanto do governo federal como do estadual) — de modo que o plano elaborado encontra-se engavetado.

Pensando sempre na lógica empresarial e em concordância com a política nacional para o desenvolvimento da pesca e aqüicultura, o Governo Tasso Jereissati, em 2001, usa o seu poder e tenta promover, no Conselho Estadual do Meio Ambiente do Ceará - COEMA, a legitimação institucional e legal para a exploração da carcinicultura marinha no estado. Propondo medidas de liberação da atividade — inclusive em áreas de manguesais —, a liberação sem controle dessa atividade legitima a degradação ambiental e desvela o descompasso entre o discurso sobre desenvolvimento sustentável, registrado nos Planos de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará<sup>11</sup>, e a prática política desse governo.

Estas iniciativas do governo fazem parte do processo de mercantilização dos recursos naturais que foram incorporados nas esferas econômicas. São ações que promovem a reprodução dos interesses dos capitalistas, bem como contribuem para ampliar as receitas estaduais na busca do equilíbrio ou *superávit* da balança comercial. Contudo, estas políticas e seus resultados estão sendo questionados pelas

---

<sup>11</sup> Os Planos de Desenvolvimento Sustentável do Ceará consistem em documentos do Governo Tasso Jereissati cujo objetivo é apresentar as diretrizes governamentais para a sociedade. O primeiro plano elaborado refere-se ao período de 1995 a 1998 e o segundo refere-se ao período de 1999 a 2002.

Organizações Não Governamentais que trabalham com as comunidades pesqueiras e que discutem as questões ambientais no Estado.

Apontamos, então, alguns equívocos que consideramos recorrentes na concepção dos projetos pautados pelos governos, até o presente momento. O primeiro deles é não conceber políticas integradas para a pesca: as iniciativas eram e são colocadas de forma pontual e segmentadas, não levando em consideração a integração de elementos fundamentais como o crédito e a questão ambiental. Outros aspectos relevantes são a ausência de assistência técnica/extensão pesqueira, bem como de investimentos em recursos humanos e matérias para o ordenamento e gestão das pescarias. Estes equívocos recorrentes nos planos de governos — tanto a nível nacional como a nível estadual — é indicador do descaso com que é tratada a pesca artesanal e aponta para a não superação dos graves problemas que o setor enfrenta no Estado e no país.

### **CAPÍTULO III – OS ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE PESCA NO CEARÁ**

Ao falarmos de política pesqueira e da pesca como uma importante atividade socioeconômica no Ceará, não podemos deixar de focar os interesses conflitantes da **pesca empresarial/industrial** — caracterizada por utilizar embarcações de grande porte, motorizadas, tecnologia de pesca de alto impacto, produção dirigida ao mercado externo e relações trabalhistas formais entre pescadores e empresas — com a **pesca artesanal** — caracterizada por utilizar embarcações de pequeno porte, geralmente movidas à vela, tecnologia de baixo impacto, relações de produção baseadas na parceria e na mão-de-obra familiar.

Estas categorias em muitos momentos articulam-se, obedecendo a um processo de subordinação à lógica do mundo de produção capitalista. A pequena produção familiar e/ou de pequena escala, representada por pescadores artesanais e pequenos armadores, se submete à dinâmica do mercado estabelecida pelas grandes empresas. Isto fica mais evidente nas pescarias dirigidas ao mercado externo, como no caso da lagosta, onde a captura é realizada, cada vez mais, pelos pescadores artesanais e/ou de pequena escala — enquanto as empresas/indústrias controlam todo o processo de beneficiamento e comercialização para exportação, concentrando, desta forma, maior fatia da riqueza produzida dentro da cadeia produtiva.

O conflito de interesses nos coloca diante da necessidade de identificar as bases em que são construídas as divergências de interesses e as formas de organização destas categorias para analisar a atenção dada pelo Estado a cada uma delas.

Para a elaboração de nossa análise, consideramos como atores sociais na construção das políticas de pesca as entidades constituídas enquanto representantes das categorias, ou sujeitos individuais ou coletivos envolvidos nos processos de captura, comercialização e processamento da pesca. Consideramos também as

instituições que se constituem enquanto sujeitos políticos nos processos de construção da atividade pesqueira e de valorização das comunidades litorâneas..

As políticas públicas para o desenvolvimento da pesca no Brasil e no Ceará, longe de se pautarem em um tratamento igualitário e não discriminatório — propiciando *igualdade de oportunidades* entre os atores sociais que constituem o setor, como dizem os armadores e empresários de pesca —, discriminam os que não têm poder político/financeiro — ou seja, os pescadores artesanais.

Sobre a discriminação e o peso político dos atores sociais e cidadãos no processo de transformação e construção de políticas, concordamos com Santos quando explica que:

O homem-cidadão, isto é, o indivíduo como titular de deveres e direitos, não tem o mesmo peso nem o mesmo usufruto em função do lugar em que se encontra no espaço total. Para começar, o acesso às fontes de informação não é o mesmo. Ora, na fase atual da economia, ser desinformado equivale a estar desarmado diante das mutações tão rápidas que atingem a vida cotidiana de cada um. Esse *handicap* não vem só. É acompanhado pelas dificuldades de acesso às fontes do poder, sem contar que num mundo tendente à concentração — à concentração, para empregar uma expressão de Navarro de Britto (1972) —, as instâncias detentoras do máximo do poder de decisão se acham condensadas nuns poucos pontos, se não num só. À medida que se vai descendo para a periferia (em termos de acessibilidade, e não em termos geométricos), as autoridades e as administrações com as quais se é obrigado a transigir detêm cada vez menos o prestígio e os meios para uma ação eficaz e rápida. (SANTOS, 1998:86)

As formas de organização e estratégias de lutas de cada segmento são elementos definidores na construção das políticas públicas para o setor pesqueiro. Enquanto os empresários da pesca têm um histórico de representação dentro do Estado — seja através de representação parlamentar, seja por participação direta de seus membros no Governo. Os pescadores artesanais têm uma história marcada entre a ousadia de suas iniciativas — a exemplo da manifestação contra o tráfico de escravos

no Ceará em 1884, sob a liderança do “Dragão do Mar”<sup>1</sup> — e a resignação frente à tutela de suas organizações pelo Estado, materializadas na fundação das Colônias de Pesca em 1919, pela Marinha — que as denominava de “viveiros da Marinha” e impunha um lema que era obrigatório: “*Pátria é dever*”.

Entrevistando os pescadores, notamos a grande dificuldade da categoria em identificar na cadeia produtiva da pesca a posição política de quem são os aliados e de quem tem interesses conflitantes. Isso não é uma tarefa simples, já que demanda uma reflexão profunda das relações de produção e das estratégias de articulação e representação política. É comum ver nas praias em que realizamos assessoria, pescadores identificarem como pesca industrial qualquer tipo de embarcação motorizada — enquanto que em outras comunidades e momentos, definem os barcos a motor de pequeno porte como pesca artesanal ou familiar.

Na Prainha do Canto Verde<sup>2</sup> (Beberibe), quando está se discutindo a pesca predatória e a necessidade de se estabelecer uma zona exclusiva para a ação da pesca artesanal, considera-se industrial os barcos motorizados; já em Redonda (Icapuí), existem donos de barcos a motor que se identificam como pescadores artesanais e participam das discussões sobre as reivindicações desta categoria. Sobre esses parâmetros, várias definições são usadas pelos órgãos públicos e os movimentos reivindicatórios. A mais comum delas é baseada no critério da arqueação bruta, ou seja, na capacidade de tonelagem de cada barco somada com seu peso.

O Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca – SINDIFRIO é a entidade que congrega e representa os interesses da pesca empresarial. Esta entidade possui forte articulação com o Estado, através do financiamento de campanhas de parlamentares e/ou apoiando candidaturas de seus membros a cargos eletivos. Aliada a esta articulação, o SINDIFRIO utiliza todo o seu poder econômico para construir na imprensa/opinião pública a imagem de que os pescadores artesanais são os grandes

---

<sup>1</sup> Sobre a história do Dragão do Mar, ver RIOS, A. *Dragão do Mar e seu Tempo*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2001.

<sup>2</sup> Comunidade pesqueira litorânea localizada no litoral leste do Estado.

responsáveis pela pesca predatória das espécies exploradas, principalmente no caso da lagosta.

Outra estratégia usada são os *lobbys* — construídos no Congresso Nacional e junto aos governos estadual e federal —, bem como a atuação junto à comunidade científica — na tentativa de legitimar, através do conhecimento acadêmico, a exploração dos pescadores e dos recursos naturais. Na pesquisa que fizemos nos jornais locais sobre os atores sociais e suas reivindicações, o SINDIFRIO apresenta-se com frequência como interlocutor privilegiado, apresentando suas idéias e reivindicações em inúmeras reportagens — que historicamente giram em torno do subsídio ao óleo diesel, do financiamento para exportação, da redução dos impostos de exportação e do combate à pesca predatória da lagosta.

No que se refere à pesca predatória da lagosta, as empresas apresentam um posicionamento claro sobre a responsabilidade da degradação ambiental, colocando a culpa na ineficiência dos Governos Federal e Estadual que, segundo o SINDIFRIO, “não conseguem regulamentar a pesca e retirar os pescadores artesanais que pescam lagosta miúda” — já que para o SINDIFRIO a pesca artesanal é a principal responsável pela pesca predatória no estado. O principal argumento utilizado pelos armadores, empresários e alguns técnicos do governo que trabalham com políticas de pesca é o de que:

O pescador artesanal pesca com barco à vela em águas rasas onde só existe lagosta miúda, e ele não tem tecnologia suficiente para pescar lagosta grande, prejudicando desta maneira quem tem condições (infra-estrutura e capital) para pescar lagosta em tamanho ideal ou permitido<sup>3</sup>.  
(Samuel Nélio/Ibama, março / 2001)

Identificamos neste argumento uma tentativa de privatizar os já escassos recursos pesqueiros existentes e excluir os pescadores artesanais dos processos de captura e comercialização da lagosta no Ceará. Se levarmos em consideração o

---

<sup>3</sup> Fala do técnico do IBAMA Samuel Nélio, quando argumenta sobre a necessidade de exclusão dos pescadores artesanais do processo de produção da lagosta.



“esforço de pesca”<sup>4</sup> dos pescadores artesanais, e se o compararmos ao esforço de pesca dos barcos motorizados, este argumento pode ser refutado pelo fato de que o espaço onde a pesca é realizada pelos pescadores artesanais é também utilizado por pescadores motorizados — que possuem um poder de pesca muito superior. Sobre a disputa do espaço entre os barcos a motor e a responsabilidade da pesca predatória, René Scharer<sup>5</sup> relata como foi a pesca da lagosta em 2002:

(...) começou muito, muito bem; jangada trazendo até 95 kg de lagosta grande em uma viagem de ir-e-vir. Tinha jangada que com 15 dias já estava com 500 kg a R\$ 65,00. Era nada mal. Parecia com 1996, quando começou do mesmo jeito, igualzinho. Em 1996 chegaram muitos barcos a motor de outros portos e chegou algum compressor. Só depois de 15 de junho a pesca começou a enfraquecer e caiu muito no mês de julho, o que levou muitos pescadores a retirar as cangalhas do mar para pescar peixe. Agora em 2002, com dez dias de pesca o mar já estava cheio. Quem estava lá informava que o mar estava igual uma cidade à noite, com tanta iluminação. Barcos chegando tarde encontravam dificuldade de colocar as caçoeiras por falta de espaço. 80% da frota de Parajuru estava lá com barco pescando até 1.600 kg de lagosta em 15 dias, todo mundo pescando bem. Logo depois, começou a enfraquecer — e no final de maio caiu muito. Numa área muito pequena, desde Aquiraz até Pontal do Fortim, sem exagero, teve 400 barcos a motor pescando lagosta durante 3 semanas, diminuindo para 200 em junho e voltando ao normal em julho. Só ficava os compressores (sem fiscalização, claro), lanchas de caçoeira e as bateras da Redonda pescando com malha miúda de 3 cm, sem que haja fiscalização qualquer no mar do litoral leste. (René Scharer, Entrevista, julho/2002).

Um outro elemento a ser considerado é que durante alguns períodos os pescadores artesanais não pescam por conta das condições de mar e de vento e das condições de trabalho de suas embarcações. Nos meses de julho a setembro, os ventos fortes que vêm do leste por conta do solistício de verão que se aproxima, impedem a ida dos pescadores artesanais ao mar, devido ao perigo dos acidentes de trabalho. Isto faz com que este período seja considerado pelos pescadores artesanais como um defeso natural da pesca da lagosta.

---

<sup>4</sup> O esforço de pesca pode ser entendido como a capacidade de pesca que um conjunto de recursos materiais e humanos possui. Também é definida como captura por unidade de esforço/ CPUE.

<sup>5</sup> René Scharer é membro do Instituto Terramar e morador da Prainha do Canto Verde (Beberibe, Ceará).

O Sindicato dos Pequenos e Médios Armadores de Pesca - SINDPESCA possui uma lógica de produção empresarial. Porém na construção de sua representação e articulação em defesa dos interesses corporativos, articula-se com o SINDIFRIO em alguns momentos e, em outros, estabelece aproximação com a categoria dos pescadores artesanais (Fórum dos Pescadores, Sindicato dos Pescadores etc). Um exemplo desta capilaridade nas intervenções dos armadores de pesca é a participação destes na fundação do Fórum dos Pescadores do Litoral Leste do Ceará, balizada por um discurso que defende que os atores envolvidos na pesca da lagosta *querem a mesma coisa*, ou seja, “o bem para a pesca e para a economia do Ceará”<sup>6</sup>. Contraditoriamente, este discurso foi bem recebido pelos pescadores que articulavam o movimento social que se contrapunha às políticas de pesca que favoreciam/favorecem a pesca empresarial/industrial. Em outro momento, os armadores aliam-se às indústrias de pesca para barganhar o subsídio do óleo diesel para as embarcações a motor. Hoje, unificam com o Sindicato dos Pescadores do Estado do Ceará na campanha pelo contrato de parceria<sup>7</sup>.

A dificuldade na identificação dos aliados e inimigos é um “grande nó” no processo de fortalecimento dos movimentos sociais ligados à pesca artesanal. As principais entidades de representação dos pescadores — as Colônias de Pescadores<sup>8</sup> —, desde os primórdios de sua criação, foram estruturadas enquanto *braços do Estado*, através de sua vinculação direta aos Ministérios da Marinha e da Agricultura. Ao longo da história brasileira foram se sucedendo decretos e leis que dirigiam as formas de organização e de produção da categoria dos pescadores (Quadro 2).

---

<sup>6</sup> Fala do presidente do SINDPESCA, Eloi Araújo, quando participa de reuniões com os pescadores artesanais e fóruns de reflexão.

<sup>7</sup> É um instrumento jurídico entre o empresário de pesca e o pescador, tendo como mediadores do processo seus respectivos sindicatos, para regularizar as relações de trabalho sem ter que seguir as normas regidas pela CLT. Este instrumento está sendo objeto de questionamentos por parte de alguns pescadores e representantes do SINE/IDT por flexibilizar as relações de trabalho, contribuindo, assim, para a perda de direitos sociais trabalhistas dos pescadores vinculados às empresas de pesca.

<sup>8</sup> Estruturas oficiais de abrangência local, que reúnem em torno de si os pescadores de uma ou várias comunidades. No Ceará existem 28 Colônias. Elas foram criadas aqui no Brasil entre 1919 e 1923, durante a Missão do navio cruzador da Marinha —José Bonifácio —, que saiu percorrendo toda a costa e fundando as Colônias como se fossem estruturas para possibilitar um exército de reserva de possíveis marinheiros, em casos de guerra.

Quadro 2 – Decretos e Leis sobre as formas de organização e produção dos pescadores. 1845 – 1998<sup>9</sup>

DATA	DECRETO/LEI
1845	Decreto nº 358 - obrigatoriedade de matrícula e arrolamento de todos os pescadores nas Capitânicas dos Portos.
1912	A responsabilidade administrativa da pesca passa para o Ministério da Agricultura, onde é criada a Inspeção Federal de Pesca.
1917	A responsabilidade administrativa da pesca retorna ao Ministério da Marinha.
1919	Criação da Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral, subordinada ao Ministério da Marinha.
1919-1923	Viagem do cruzador “José Bonifácio” sob as ordens do Comandante Frederico Villar, quando são fundadas cerca de 800 Colônias de Pescadores ao longo da costa brasileira. Pescadores são considerados “vigias avançados da nação e viveiros da Marinha”.
1920	Estatuto da Confederação Geral dos Pescadores (CGPB) - Decreto nº 14.086 de 03/03/1920, elaborado em alto mar por oficiais da Marinha. Este Estatuto foi substituído.
1923	Estatuto das Colônias de Pescadores - Aviso nº 194 de 10/01/1923, segue modelo espanhol. Colônias de Pescadores: “agregados associativos compulsórios” (isto é, obrigatórios). Lema das Colônias: “Pátria é dever”. Este Estatuto foi substituído, mas o lema permanece.
1933	A responsabilidade do setor pesqueiro volta ao Ministério da Agricultura, com a criação da Divisão de Caça e Pesca.
1943	Getúlio Vargas cria a Comissão Executiva da Pesca (CEP) - Decreto-Lei nº 5.530 de 28/05/1943 e extingue a Confederação Geral dos Pescadores. A CEP organiza as Cooperativas compulsórias, para a qual os pescadores eram obrigados a entregar toda a sua produção. A CEP também se apossa de todo o patrimônio das Colônias de Pescadores.
1950	O Ministério da Agricultura publica novos Estatutos que vigoram até hoje para a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil (CGPB), que é reativada - Portaria nº 478 de 01/07/1950. O § 1º do artigo 5º diz sobre o presidente da CGPB: “o presidente será sempre nomeado, em comissão, pelo Ministro da Agricultura, por indicação da DCP (Divisão de Caça e Pesca)”.
1962	Criação da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) - Lei Delegada nº 10 de 11/10/1962, com finalidade de promover a industrialização da pesca.
1967	Novo Código de Pesca - Decreto-Lei 110 221 de 28/02/1967, que vigora até hoje. Privilégios para as indústrias de pesca. Rígido controle do sistema de representação dos pescadores que continua da alçada do Executivo.
1972	Decreto nº 71.498 de 05/12/1972 - os pescadores autônomos são <u>obrigatoriamente</u> segurados do FUNRURAL. Perdem, entre outros direitos, o da aposentadoria por 25 anos de pescaria.
1973	Portaria nº 471 de 26/12/1973 do Ministério da Agricultura - atual Estatuto para as Colônias de Pescadores: total subordinação à Confederação Nacional dos Pescadores (que tem o poder de intervenção nas Colônias, a seu critério) e às autoridades públicas.
1975	Portaria nº 323 de 03/06/1975 do Ministério da Agricultura - atual Estatuto para as Federações Estaduais dos Pescadores. Sua diretoria pode ser composta por: “pescadores profissionais, funcionários da SUDEPE, pessoal oriundo do Ministério da Marinha, funcionários de organizações municipais, estaduais ou federais ligadas à pesca” (explicitado na Portaria Normativa nº 03/83 da Confederação Nacional dos Pescadores).
1978	Decreto nº 81.653 de 13/04/1978 - reconhece as marisqueiras como profissionais,

<sup>9</sup> Adaptado a partir do texto Ferreira, Sonia M. G. **Setor Pesqueiro**. São Paulo: Conselho Pastoral dos Pescadores/Reg. Sul, 1998. (mimeo)

	trabalhadoras do setor pesqueiro. Pescadores pobres e Marisqueiras são reconhecidas como trabalhadoras. Outros trabalhadores do setor são mencionados, mas <b>não</b> reconhecidos. Os pescadores perdem alguns direitos: FUNRURAL (1972), mas conquistam: algum crédito para compra de redes e embarcações de pesca, alguma infra-estrutura para as Colônias de Pescadores e para a comercialização e conservação de pescado.
1981	Lei nº 6.938 de 3 1/08/1981 - dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, cujo órgão central é a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República e o órgão executor é o IBAMA. O Estado se retira do fomento, desenvolvimento e extensão pesqueira e fica somente com a fiscalização.
1989	Criação do IBAMA - Lei nº 7.735 de 22/02/1989 que dispõe sobre a extinção da SEMA (Secretaria do Meio Ambiente), extinção da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), e criação do IBAMA (instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) - autarquia federal vinculada à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.
1989	Projeto de Lei nº 3.05 1 B - Lei de Colônias elaborado por pescadores, que no Senado é catalogado como PLC nº 44. Pretende conceder o direito à livre associação e autonomia ao sistema de representação da categoria dos trabalhadores do setor artesanal da pesca. Em tramitação.
1991	Lei 8.287 de 20/12/1991 - seguro-desemprego para pescadores artesanais, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de proibição de atividade pesqueira para a preservação da espécie. Para gozar deste direito, entre outras coisas, o pescador deve apresentar comprovantes do pagamento da contribuição previdenciária.
1998	Lei nº 9.605 de 12/02/1998 - Lei de crimes ambientais. Art.34: Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em algum lugar interdito por órgão competente: Pena - detenção de um a três anos, ou multa ou ambas as penas cumulativamente.
1998	Lei nº 9.636 de 15/05/1998 - dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União. Teremos comentário específico sobre esta Lei.
1998	1.998: Decreto nº 2.681 de 21/07/98 - cria (artigo 18) o Departamento de Pesca e Aquicultura no Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Ao longo de várias décadas, intensificou-se um processo de dominação ideológica, fundamentado no militarismo e no assistencialismo. O resultado foi a incorporação, por parte dos pescadores e das comunidades, de uma forma geral, de uma mentalidade de subserviência e dependência para com o Estado — que até os dias de hoje ainda permeia o movimento das organizações comunitárias nas comunidades litorâneas.

Na história recente, foi na luta pela reformulação da nossa constituição que se observou uma maior mobilização social dos pescadores artesanais no sentido de quebrar a dependência e o atrelamento político-institucional com o poder público. Este movimento — que mobilizou principalmente pescadores do Nordeste e, em especial, do Ceará —, a partir de 1986, ficou conhecido como “Constituinte da Pesca” — e tinha

como grandes articuladores no Ceará os pescadores das praias de Beberibe, Aracati e Cascavel. Este movimento também desaguou na criação do Movimento Nacional de Pescadores - MONAPE<sup>10</sup>, que ganhou força e passou a ser o principal articulador das verdadeiras lutas dos pescadores artesanais e suas famílias — já que a estrutura oficial (Colônias – Federações – Confederação) tinha toda a sua articulação política vinculada às instituições de governo e ao empresariado. Esta luta resultou na conquista, dentro da nova Constituição de 1988, da garantia da livre organização e de alguns avanços dentro das reivindicações no campo social através do artigo 8º.

No entanto, mesmo com a autonomia em relação ao Estado outorgada pela Constituição de 1988, as Colônias continuam frágeis, não se constituindo em espaços de defesa dos interesses da categoria — encontrado-se permeadas por uma cultura de centralização, corrupção e personalismo, como descreve o Fórum dos Pescadores/as:

É comum ouvir nas comunidades relatos de situações ocorridas junto às Colônias que são estarrecedores, tais como: eleições fraudadas ou realizadas sem uma maior divulgação, como forma de perpetuar pessoas na direção; inexistência de prestação de contas dos recursos arrecadados; apropriação indevida de bens móveis e imóveis da instituição e cobrança de taxas abusivas por parte dos diretores para encaminharem os direitos dos pescadores, tais como seguro desemprego, aposentadorias etc. (Fórum dos Pescadores apud GOMES, 2002:72)

Para ilustrar a afirmação anterior, transcrevemos trecho de entrevista realizada com Leonardo<sup>11</sup> — por entender que representa a síntese do pensamento de várias lideranças comunitárias que possuem uma visão crítica sobre a atual situação em que se encontra o sistema Colônia:

---

<sup>10</sup> O MONAPE nasceu em 1985, através de um movimento de pescadores artesanais de vários estados do Norte e Nordeste (Ceará, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Maranhão, Pará, entre outros), denominado de Constituinte da Pesca — que tinha como objetivo defender os interesses do pescador artesanal dentro da Constituinte de 1988. O MONAPE, no início da década de 1990, se constituía em uma referência para as lideranças de pescadores artesanais mais aguerridas, principalmente no Nordeste — mas na atualidade está desarticulado e tem sido alvo de questionamentos sobre a conduta de alguns de seus diretores.

<sup>11</sup> Leonardo é liderança comunitária da comunidade de Lagoinha (litoral oeste do Estado). Durante o ano de 2000 participou do Curso de Formação para Lideranças do Litoral Cearense e, atualmente, faz parte da coordenação do Fórum de Pescadores e Pescadoras do Estado do Ceará.

Jefferson — Qual é o papel da Colônia na vida dos pescadores e da comunidade?

Leonardo — Em tese, é quem defende pescador, quem representa pescador pra caso de aposentadoria, para uma porção de coisas — mas a realidade do dia-a-dia é outra, porque hoje, no que se vê, a Colônia funciona devido ao seguro-desemprego. O cabra faz documento seja lá de quem for, seja lá de que jeito for, para quando chegar naquele período de três anos ter acesso a esse recurso, ao seguro-desemprego. E com isso, os presidentes de Colônia criam assim uma blindagem que fica difícil romper ela para querer fortalecer o real movimento dos pescadores. E aí fica difícil. Por onde você anda só se ouve falar que mais da metade das pessoas que recebem seguro é de uma maneira irregular, pessoas que não têm nem três anos de documento — como é o caso que aconteceu em Mundaú: não tem três anos de carteira e recebeu seguro-desemprego de maneira meio duvidosa. Essas pessoas que fazem o seguro-desemprego cobram uma parcela do seguro — até a metade, às vezes, desse recurso — e diz mais: *Olha, tu não tinha direito a isso aí. Isso 'tava perdido. Se não fosse por mim, tu não recebia* — e com isso ele [presidente da Colônia] ainda pousa de bonzinho diante do pessoal, dos pescadores. E a Federação dos Pescadores sabe de tudo isso: o presidente da Federação sabe de tudo isso, que eu mesmo já contei pra ele, o pessoal do SINE tem conhecimento disso também — e não toma nenhuma atitude. E aí os presidentes de Colônias ficam se perpetuando tempos e mais tempos dentro dessas Colônias na mesma corrupção, no mesmo autoritarismo, uma vergonha! Eu acho isso uma vergonha, esse sistema de Colônia da maneira como elas estão funcionando hoje.

Jefferson — Então, o seguro-desemprego é uma fonte de poder para os presidentes de Colônias?

Leonardo — Com certeza! Sem dúvida alguma, eles usam isso — inclusive como pretexto. Dizem assim: *Se eu sair e entrar outro, o seguro-desemprego vai acabar: ele só vem por causa de mim, porque eu estou procurando*. Quando, na realidade, ele está procurando, mas pra o bolso deles — ele não tá procurando para beneficiar pescador, não. Eu acho o seguinte: se eles realmente quisessem ajudar o pescador, procurassem fazer um outro trabalho social em termo de educação com os pescadores, conscientização para outros tipos de coisas futuras pros próprios pescadores. Mas dessa maneira, metendo eles [pescadores] dentro da corrupção também, no mesmo grupinho deles, eu acho que tá prejudicando e não ajudando o pescador. (Entrevista, dezembro/2002)

Frente a esse quadro, algumas lideranças comunitárias se articularam, constituindo organizações — a exemplo do MOPECE, MONAPE, Associação de Moradores e de Pescadores, Fóruns de Pescadores e Pescadoras, entre outros. Estas organizações têm como objetivo construir outra representação dos pescadores, principalmente no que se refere a uma identidade política baseada na solidariedade, na ética e no respeito ao conjunto dos pescadores enquanto trabalhadores e cidadãos.

A nível estadual, uma iniciativa de reflexão crítica construída pelos pescadores artesanais se deu com a criação do Movimento dos Pescadores do Ceará - MOPECE<sup>12</sup>, em novembro de 1990 — o qual nasceu com a proposta de dar continuidade às lutas pelas conquistas asseguradas na Constituinte da Pesca. De acordo com Art. II de seu Regimento Interno (elaborado em 1993), o MOPECE tem por finalidade: trabalhar o surgimento de uma consciência ecológica nas comunidades; fazer as lutas se direcionarem e fortalecerem as Colônias; articular-se com outros interesses dos trabalhadores; formar lideranças representativas de lutas, através de cursos e encontros; intensificar as denúncias e realizar os trabalhos de base, criando comissões regionais.

Analisando os documentos referentes às pautas de reivindicações deste movimento, constatamos que — apesar de se constituir em uma alternativa com maior poder de crítica e articulação que as Colônias — o MOPECE centrou as energias em defesa das lutas pela terra e da garantia de direitos previdenciários e trabalhistas — como aposentadoria, seguro-desemprego —, bem como no reconhecimento e na regulamentação da profissão. Desta forma, ficou um vácuo no que se refere ao poder de articulação e proposição qualificada na construção de elementos fundamentais para as “políticas de pesca” — vale dizer: fomento/crédito, assistência técnica e regulamentação das questões ambientais que permeiam a atividade.

A luta dos pescadores pela posse da terra<sup>13</sup> foi e é de extrema importância para a reprodução física e cultural das comunidades pesqueiras litorâneas — constituindo-se em um dos principais desafios para estas comunidades. Não devemos esquecer, porém, a necessidade de intervir de forma qualificada na construção de novas condições para o desenvolvimento da pesca — principal fonte de renda das

---

<sup>12</sup> Este Movimento, a exemplo do MONAPE, foi uma grande referência das lutas dos pescadores no estado do Ceará. Porém suas lideranças não foram renovadas e o movimento acabou se desarticulando — e os principais articuladores deste movimento acabaram ingressando na vida político-partidária em busca de cargos eletivos em seus municípios.

<sup>13</sup> Essa questão será trabalhada no capítulo IV: De comunidades pesqueiras a comunidades litorâneas: velhas e novas demandas para a extensão pesqueira.

comunidades litorâneas e balizadora das relações socioculturais das comunidades litorâneas.

Na década de 1980 surgem as Associações de Moradores — entidades de caráter comunitário que ampliaram as possibilidades de participação, visto que abrigam em seus quadros diversos segmentos de uma comunidade (pescadores, marisqueiras, professores, jovens, agricultores, comerciantes e outros), intervindo de forma multidimensional e não específica, na realidade local.

Na década de noventa, como alternativa de organização frente à imobilidade das Colônias de Pescadores, surgiram, em alguns municípios, as Associações de Pescadores — que reúnem pessoas residentes em pequenos núcleos e que procuram responder as necessidades locais e imediatas ligadas à produção. Vale ressaltar que muitas dessas associações também foram criadas com o objetivo específico de acessar recursos públicos — não sendo, portanto, resultantes de um amadurecimento político desses pescadores.

Como reflexo da situação das Colônias, a Federação dos Pescadores do Estado do Ceará — instituição estadual de representação da categoria que congrega o conjunto das Colônias — tem apresentado uma dinâmica interna muito semelhante à da maioria das suas afiliadas, ou seja, também historicamente envolta em corrupção, personalismo e centralização — o que vem contribuindo para o seu descrédito, conforme relata Raimundo Ribeiro, seu atual presidente:

Hoje, a principal reivindicação é resgatar a credibilidade dessa Federação. Que quando nós chegamos aqui, até o nome era esquisito. Quando a gente falava em Federação, alguém chegou muitas vezes a dizer: e ela existe? Então, hoje, a gente tá buscando esse resgate junto ao governo, junto ao INSS, junto ao IBAMA, junto ao Ministério da Agricultura, junto à Previdência Social e ao Ministério do Trabalho. Então a gente tem se preocupado em fazer esse resgate de credibilidade. Porque devido a problemas passados, a entidade Federação, quando você associava ela às Colônias, era uma entidade sem nenhuma credibilidade. Hoje a gente já tem algumas Colônias com uma boa credibilidade. Temos hoje algumas entidades que acreditam no trabalho da Federação e a gente continua reivindicando direitos de capacitação,



direitos de informações, direito de conhecimento, transmitir um pouco de tudo aquilo que chega em nossas mãos de informação para que as Colônias estejam dentro do alcance da Federação. (Raimundo Ribeiro, entrevista, julho de 2002)

Diante do quadro político-institucional (de ditadura militar e atrelamento ao Estado) em que se fundou a “representação oficial<sup>14</sup>” dos pescadores, podemos considerar que a organização política dos pescadores — de forma autônoma e com qualidade na formulação de propostas políticas — tem se construído numa velocidade inferior às demandas postas para a categoria.

Transformar o sentimento de subserviência e apatia — em que parte da categoria se encontrou imersa ao longo da história — não é tarefa fácil. Várias são as tentativas dentro dos movimentos sociais, no sentido de dar uma tônica mais política ao movimento dos pescadores. Como mais uma destas iniciativas, surge no Ceará, em 1995, o Fórum dos Pescadores do Litoral Leste e, em 2000, o Fórum dos Pescadores do Litoral Oeste. Estas articulações congregavam lideranças de aproximadamente vinte comunidades litorâneas, constituindo espaços privilegiados de intercâmbio e de definição de ações coletivas entre os pescadores de várias localidades do Ceará. O desafio maior: construir uma política de pesca justa e que possibilite a melhoria da qualidade de vida das comunidades litorâneas.

Em 2001 estes fóruns se fundiram, dando origem ao Fórum de Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense. Essa fusão trouxe como meta para a coordenação do Fórum, a ampliação para articulação a nível estadual — conforme documento elaborado pelo Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense para atingir tal meta:

“precisam superar várias dificuldades no geral, comuns a ambos os fóruns [hoje um somente], quais sejam: a inexistência de maior capacidade organizativa das coordenações, a falta de uma maior capacidade de análise da realidade e proposição de iniciativas por parte

---

<sup>14</sup> A representação oficial da categoria dos pescadores no Brasil é estruturada através do “sistema Colônia”, que é constituído pelas capatazias a nível de comunidade, pelas colônias a nível de município, federação a nível de estado e confederação a nível nacional.

de coordenadores e representantes de praia, a insuficiência de recursos financeiros para realizar ações mais permanentes e a falta de um maior reconhecimento e inserção entre os pescadores em geral". ( Fórum dos Pescadores/as do Litoral Cearense:2001)

Apesar das dificuldades listadas, o Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense se constitui num movimento de resistência dos pescadores artesanais, tendo conquistado reconhecimento e respeito entre as instituições públicas e no movimento social organizado — não só no Ceará, como no Brasil. Entre as suas ações, destacam-se a luta contra a pesca predatória e as trocas de experiências em tecnologia e gestão na pesca artesanal.

Outros sujeitos políticos que aparecem no processo de construção de políticas públicas para as comunidades litorâneas são as organizações não governamentais e as pastorais sociais da igreja católica — agentes importantes no processo, devido à capacidade de propor, articular e mobilizar para as reflexões sobre as políticas para as comunidades litorâneas. Assim, é pertinente construir um breve relato sobre a atuação de duas instituições: o conselho Pastoral dos pescadores e o Instituto Terramar — que, para nós, têm um papel relevante na história recente dos movimentos sociais vinculados às comunidades litorâneas, cumprindo um duplo papel: são ao mesmo tempo entidades de assessoria e partícipes dos movimentos sociais.

O Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP é uma pastoral ligada ao Setor das Pastorais Sociais da CNBB. Segundo Angelaine Alves, coordenadora do CPP – Ceará, a entidade nasce no início dos anos de 1980, devido à sensibilidade de alguns missionários com a situação de pobreza e dificuldades que se apresentavam. A CPP tem como missão institucional: “colaborar com o processo de organização dos pescadores e pescadoras, movidas(os) pela ação libertadora do Evangelho, respeitando a sua cultura, tendo em vista a sua libertação integral e a construção de uma sociedade justa e fraterna” (Conselho Pastoral dos Pescadores, 2002). Na perspectiva de dar conta de sua missão o CPP, define seus objetivos como: assessorar a organização dos pescadores e pescadoras para que, de forma autônoma, venham a garantir a preservação do meio ambiente no litoral, a conquista da terra e de seus

direitos sociais, tendo em vista uma melhor qualidade de vida para si e suas famílias (Conselho Pastoral dos Pescadores, 2002).

Ao trabalho da Pastoral dos Pescadores, ao longo da história, pode ser creditadas a sensibilização e a formação de lideranças comunitárias que atuam nos movimentos sociais ligados às comunidades. Foi nos Encontros Ecológicos<sup>15</sup>, na década de 1980, que se projetaram as primeiras lideranças dos pescadores/as no litoral cearense, bem como deram início às articulações para a fundação do MOPECE. Outras iniciativas importantes da CPP para a resistência das comunidades litorâneas foi o apoio dado à luta pela terra em várias comunidades — a exemplo da Prainha do Canto Verde (Beberibe), Balbino (Cascavel), Batoque (Aquiraz), Capim Açú (Paraipaba), entre outras — e no apoio ao MOPECE, através de recursos materiais, metodológicos e políticos. A ação do CPP no estado do Ceará é realizada atualmente em sete comunidades de cinco municípios. São elas: Fortim (Aracati), Balbino e Barra Velha (Cascavel), Batoque (Aquiraz), Pecém (São Gonçalo do Amarante), Flecheiras e Emboaca (Trairi). Nessas comunidades, acompanha grupos específicos: pescadores, jovens e mulheres na organização de base, mística, espiritualidade, assessorias diversas, apoio às lutas, informações e formação de agentes orientadas pela missão e pelas linhas de ação nacional do CPP, meio ambiente, direitos sociais e geração de renda.

Por outro lado, em 1993 nasce o Instituto Terramar, entidade a que pertencço. Tenho, portanto, vários dados disponíveis sobre sua história como a história de uma entidade de assessoria à pesca artesanal que privilegiava o elemento técnico na sua intervenção mas que, ao longo de sua trajetória, vem cumprindo um duplo papel: ao mesmo tempo em que cumpre o papel de assessoria técnica é também movimento social — tal como o relatado pela própria equipe técnica:

---

<sup>15</sup> Encontros que eram patrocinados pelo CPP, na perspectiva de discutir os impactos da degradação ambiental na vida dos pescadores e das comunidades litorâneas.

Inicialmente o Terramar surgiu como uma entidade de assessoria à pesca artesanal, acreditando que o estímulo à mesma poderia cumprir por si o papel de fortalecer as comunidades que dela dependem como seu principal meio de vida, pensando em desenvolver um trabalho enfatizando o elemento técnico. No entanto, ao longo desses três anos, houve um deslocamento no sentido de desenvolver um trabalho que contemplasse a resistência dessas comunidades e fortalecesse seu modo de vida, demandando a necessidade de promover articulações, estimular a organização dos pescadores e moradores destas comunidades e ressaltar sua autonomia.

Foi nessas trilhas percorridas que chegamos à caracterização atual da nossa entidade, como executora de uma função dupla, que seria desenvolvida através de atividades de caráter técnico-articulador. Destacamos que esse papel duplo se mostrou necessário, dadas as características históricas que delineiam o perfil do movimento dos pescadores, como sendo uma categoria que traz as marcas claras do assistencialismo e paternalismo tão cultivados junto às suas organizações durante longos períodos, mas que hoje, reconhecidamente, têm dado passos significativos no sentido de superação desse cenário. Tal fato colocou a necessidade de contribuirmos para o fortalecimento do processo organizativo ou, caso contrário, as ações técnicas seriam inviabilizadas. (SILVA et al 1997:161)

Na perspectiva de atualizar sua estratégia de intervenção, o Instituto Terramar atua em temas transversais, *como a influência no âmbito das políticas públicas, a dimensão da educação ambiental e, mais recentemente, a dimensão de gênero — que agregam-se à necessidade de buscar alternativas para o desenvolvimento das comunidades e de continuar lutando por seus direitos fundamentais* (Instituto Terramar, Plano Trienal, 2003).

Com o objetivo de dar conseqüência às conquistas construídas ao longo desta última década de trabalho, a entidade elegeu como uma de suas prioridades, em seu Plano Trienal<sup>16</sup> 2003, mais um desafio: o fortalecimento do processo organizativo das comunidades, na perspectiva de aumentar o poder de autogestão das entidades associativas e aumentar a capacidade de mobilização e iniciativa — condição fundamental para, através de uma articulação em rede, criar novas condições para a

---

<sup>16</sup> Documento que norteia a instituição, sempre por um período de três anos — base temporal em que o Instituto Terramar constrói seu planejamento e aponta as estratégias e ações a serem construídas.

proposição de políticas públicas para a zona costeira que contemplem os interesses e necessidades históricas das comunidades litorâneas.

A intervenção do Instituto Terramar na assessoria às comunidades litorâneas e na construção das políticas públicas para a zona costeira materializa-se de modo espacial no Programa de Gestão Costeira, que tem a seguinte missão:

(...) contribuir para a construção de um modelo de Gestão Costeira, pautado nos preceitos da sustentabilidade e da participação, no envolvimento das comunidades litorâneas e na valorização da cultura local. Incentivando e fomentando a autonomia das comunidades na gestão de seus ambientes, acompanhando e propondo políticas públicas voltadas para o uso e ocupação sustentável da zona costeira cearense (Instituto Terramar, Trienal 2003).

Na busca de cumprir a missão institucional, o Programa de Gestão Costeira do Instituto Terramar constrói sua intervenção através de articulação e participação em redes e fóruns, promoção de momentos com as comunidades e com a sociedade civil para reflexão e publicização das temáticas voltadas para a zona costeira; exerce pressão política através de manifestações públicas e assessora os movimentos sócias no litoral cearense na perspectiva da formação de lideranças que atuem de forma autônoma e qualificada.

Dentre as iniciativas construídas, achamos pertinente relembrar alguns momentos que marcaram a reflexão sobre as políticas públicas no litoral do Ceará — e que tiveram o Terramar como importante sujeito social no processo de construção das lutas dos pescadores artesanais e marisqueiras.

Em 1995, o Instituto atuou na articulação e na assessoria para a criação do Fórum dos Pescadores do Litoral Leste do estado — que hoje se transformou em Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense, e é hoje um importante sujeito coletivo no processo de construção das políticas públicas para a zona costeira. No mesmo ano participou da articulação do Comitê de Pesca do Estado do Ceará - COMPEESCE, que tinha o papel de formular políticas para o setor pesqueiro.

Em 1997, promoveu o *Seminário Internacional sobre Pesca Responsável*, em Beberibe, que colocou em pauta e deu maior visibilidade à problemática da pesca artesanal. Este seminário foi um marco histórico na reflexão sobre pesca em nosso estado, já que foi a primeira vez em que sentaram, para refletir sobre a pesca e sobre o código de conduta para a Pesca Responsável (criado pela FAO), vários atores sociais — com a participação de 450 pessoas, entre estudantes, técnicos e pescadores, os quais contribuíram notadamente para uma maior visibilidade sobre a questão da *pesca responsável*.

Em 1998, organizou a campanha de educação ambiental denominada "*Caravana da Lagosta*". Esta campanha mobilizou municípios do litoral leste a oeste cearense por ocasião do defeso da lagosta daquele mesmo ano. A iniciativa teve particularidades importantes para alcance e repercussão da questão da pesca predatória. Entre elas, citamos: a amplitude dos sujeitos envolvidos (Terramar, IBAMA, Prefeituras, Pescadores, Associações, Colônias, Armadores, Empresários) e o enfoque ampliado de convencimento e persuasão (do produtor ao consumidor, passando pelo empresariado), com o slogan: "*A lagosta não pode acabar: um compromisso com a vida, um compromisso com o futuro*".

Tal campanha mudou o enfoque de combate à pesca predatória. Antes centrado tão somente no convencimento aos produtores e pescadores sobre a relevância da questão, buscou, naquele momento, atingir consumidores, empresários e a população em geral. O defeso da lagosta passou também a ser a defesa dos homens e mulheres que subsistem do exercício e frutos dessa atividade. Passou, igualmente, a fazer parte da pauta das municipalidades, alertadas e envolvidas no processo de conscientização em torno da importância e vitalidade necessárias à conservação e ao desenvolvimento da atividade lagosteira — tão cara à economia dos municípios, que foram partícipes e parceiros nessa ação.

Realizaram-se, paralelamente e integrados à Caravana — que se constituía de atividades culturais, corais, teatro de bonecos, músicos e cantores, grupos teatrais e de reflexão sobre a relação sociedade natureza —, os Seminários de Ordenamento da Pesca. Tais Seminários — que discutiram propostas de ordenamento a partir dos sujeitos locais (pescadores, armadores) —culminaram com um grande Seminário Final, onde os delegados conceberam uma proposta de ordenamento que passou a influenciar as Portarias que regulamentaram o exercício da pesca da lagosta nos anos seguintes.

Em 1999, realizou junto com o PRORENDA RURAL CEARÁ, o *Seminário Internacional sobre Sustentabilidade Ambiental de Projetos em Comunidades Pesqueiras*, dirigido a extensionistas. Com a participação de vários técnicos da EMATER-CE e de pesquisadores e extensionistas de Cuba e Chile, este seminário constitui-se em um importante momento de reflexão sobre a realidade da extensão pesqueira em nosso estado.

Em 2000, 2001 e 2002, coordenou o *Curso de Formação para Lideranças do Litoral Cearense* — uma realização conjunta do Instituto Terramar, CIPAT (Cooperativa Interdisciplinar de Pesquisa e Assistência Técnica) e CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores). Com o apoio da Fundação AVINA e do PRORENDA RURAL – CE, este curso formou, em suas três turmas, noventa e cinco lideranças comunitárias de 24 localidades e se constituiu em um importante espaço de articulação das lideranças e do Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense.

Em 2000, organizou junto com vários parceiros, o *I Encontro Cultural dos Povos do Mar do Ceará*, evento realizado em Fortaleza no Centro Cultural Dragão do Mar — e que mobilizou cerca de 700 pessoas de mais de 30 comunidades litorâneas, para celebrar a cultura dos povos do mar e refletir sobre os conflitos socioambientais por que passam estes povos. Este evento teve uma grande repercussão na imprensa local, conseguindo aumentar a visibilidade destes sujeitos junto à sociedade cearense.

---

Dentre outras iniciativas, o Instituto Terramar é também articulador do Fórum em Defesa da Zona Costeira Cearense, que possui como sua missão monitorar, discutir e dar publicidade as políticas públicas, sobretudo as políticas de pesca, turismo e aqüicultura, e suas implicações no litoral cearense.



## **CAPÍTULO IV – DE COMUNIDADES PESQUEIRAS A COMUNIDADES LITORÂNEAS: *VELHAS E NOVAS* DEMANDAS PARA A *EXTENSÃO PESQUEIRA***

O espaço litorâneo vem passando por intensas, freqüentes e complexas transformações, que têm impulsionado as comunidades litorâneas a mudar suas características socioculturais. Tais mudanças chegam na perspectiva do estabelecimento de formas de relacionamento com o tão propagado “mundo globalizado”.

Como mediadora desse processo, a modernização trouxe vários elementos possuidores de um elevado poder de impacto sobre o espaço litorâneo; as redes ou malhas viárias, as redes de comunicação (telefone, televisão, rádio, etc.), a eletricidade, os serviços públicos e o contato com o novo e “sedutor” convívio com o turismo.

Fazendo uma analogia com as reflexões que Graziano Silva faz do novo mundo rural<sup>1</sup> — e considerando que as construções das relações sociopolíticas se assemelham nestes espaços, *Rural e Litoral* —, podemos identificar que as atividades não típicas destes espaços, como o turismo, os serviços públicos e a pequena indústria, são hoje elementos que interferem no modo de vida destas comunidades. Compreender e atuar neste novo “mundo Litoral” — complexo, conflituoso e mutante — constitui um grande desafio para os pescadores e suas famílias.

Neste contexto, as comunidades litorâneas que tinham na pesca sua principal atividade econômica, hoje incorporam, para além da pesca, outras atividades produtivas e não produtivas que constituem importantes elementos na definição da renda e do seu modo de vida, contribuindo para o aumento do grau de complexidade e, em alguns momentos, de dificuldades, no que se refere à construção da sustentabilidade socioambiental destas comunidades.

Muitos são os aspectos que dão forma a essa complexidade; no entanto, abordaremos neste capítulo os aspectos que consideramos serem relevantes para a construção de nossa análise — a pesca artesanal, a gestão dos espaços e das políticas, os conflitos socioambientais e os novos modos de fazer e resistir — e, partindo da realidade que tais aspectos conformam, esboçamos o debate sobre o *novo modelo de extensão* a ser construído frente a velocidade e complexidade das transformações no ambiente costeiro e os desafios socioambientais que as comunidades enfrentam.

#### **4.1. A pesca artesanal**

Nas comunidades litorâneas cearenses, a atividade pesqueira oferece oportunidade de geração de renda e trabalho para milhares de pessoas, destacando-se neste cenário a pesca artesanal<sup>2</sup> — que é responsável pela grande maioria destas oportunidades.

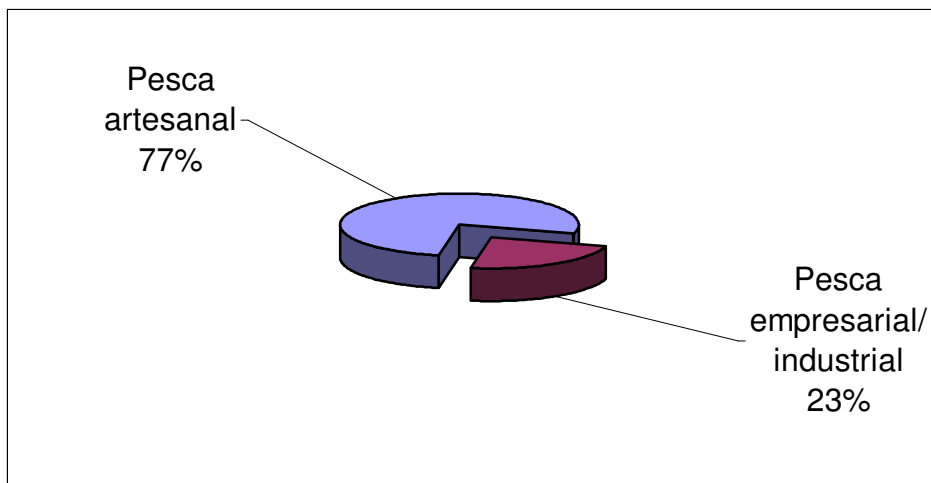
Analisando os dados do Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil referente ao ano de 2000, verificamos que das 5.122 embarcações registradas pelo IBAMA no Ceará, as embarcações de pequeno porte ou artesanais representam 77% da frota em nosso estado — são aqui consideradas aquelas embarcações que são propriedade de pessoas físicas, ou seja, os paquetes, as jangadas, os botes a remo, as canoas, o bote a vela e o bote motorizado —, enquanto que a frota empresarial/industrial representa 23% — consideramos enquanto embarcações empresarial/industrial as lanchas com casco de madeira e as lanchas com cascos de aço (conforme figura 2):

---

<sup>1</sup> Para o autor, o novo mundo rural é composto por atividades tipicamente rurais (caso da agricultura, da pecuária, do extrativismo vegetal e animal, entre outras) e não-rurais (pequena indústria de processamento, atividade turística, setores de serviço).

<sup>2</sup> A discussão sobre o que caracteriza esse tipo de pesca encontra-se no Capítulo III.

Figura 2 – Gráfico representativo da percentagem de embarcações artesanais e empresariais/industriais na frota pesqueira marítima cearense.

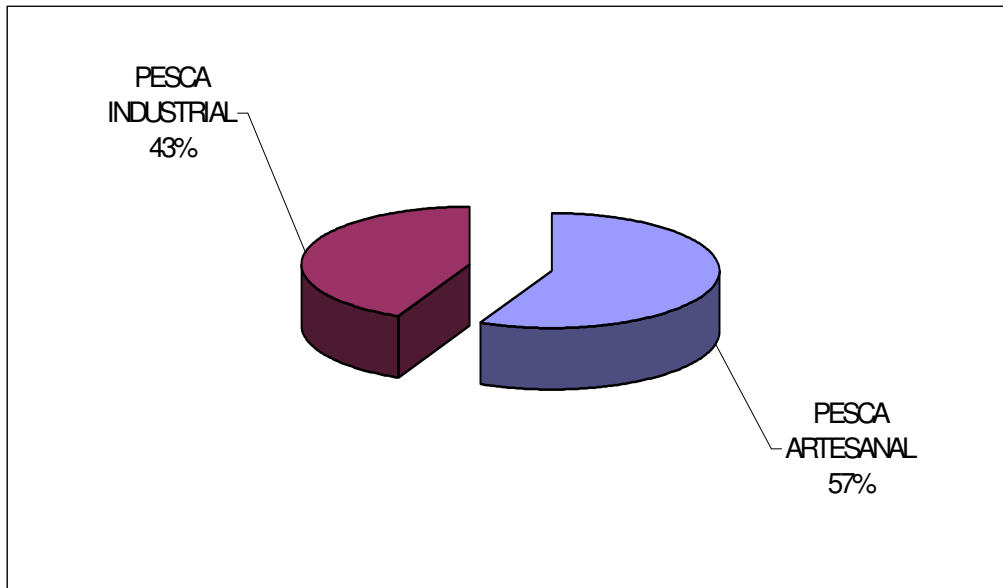


Fonte: ESTATPESCA/IBAMA (ano de referência 2000).

A frota de pequena escala ou artesanal geralmente realiza pescarias de um dia, ou de “ir-e-vir”, como também é chamada a “pescaria de dormida” que dura de três a cinco dias, dependendo das condições de mar e de captura. Na pesca artesanal, os apetrechos mais usados são a linha de mão, a caçoira e as redes de espera; em alguns locais usa-se também a cangainha para captura da lagosta — e o curral e o viveiro para peixe.

Em relação à produção pesqueira, segundo dados do IBAMA (2000:31), os pescadores artesanais foram responsáveis por 8.146,10 toneladas de pescado produzido no Estado, enquanto a pesca empresarial/industrial capturou 6.047,10 toneladas desembarcadas nos portos do Ceará no ano de 2000. Representando um percentual de produção de 57% oriunda da pesca artesanal e 43% oriunda da pesca industrial (FIGURA 3).

Figura 3 – Gráfico demonstrativo da produção de pescado da pesca artesanal e industrial.



Fonte: ESTATPESCA/IBAMA (ano de referência 2000)

Se o volume de captura de pescado pela pesca artesanal é expressivo, mais relevante ainda são os aspectos sociais da produção. Enquanto a pesca empresarial/industrial é voltada basicamente para o mercado externo, a produção da pesca artesanal é voltada para o abastecimento do mercado interno e é responsável pela maioria da proteína consumida pelas populações das comunidades litorâneas.

Outro relevante aspecto da pesca artesanal é a rede de solidariedade que se estabelece entre os pescadores artesanais ativos e pessoas que estão impossibilitadas de trabalhar pelos mais diferentes motivos. Quando uma embarcação artesanal chega de uma pescaria, é comum observar na beira da praia toda uma movimentação em torno dela e constata-se que mesmo com todas as dificuldades que os pescadores passam, a solidariedade com as viúvas, com os mais velhos, com aqueles que estão adoentados e as crianças, fica patente — materializando-se através de doações de parte da produção. Neste sentido, podemos afirmar que a pesca artesanal se constitui também como elemento importante na segurança alimentar das populações das comunidades litorâneas.

Um exemplo desta solidariedade foi registrado por ALMEIDA (2002:144) em sua dissertação de mestrado:

Outro indicador interessante é a doação de peixe entre as famílias; cerca de 40% das famílias declararam que costumam ganhar peixe. Isso ocorre freqüentemente entre as famílias de pescadores. Quando determinado pescador não foi pescar, ou mesmo quando ainda não chegou de uma pescaria, é comum outro pescador fornecer o peixe à sua família. Além das famílias de pescadores, aquelas mais carentes, que não têm condições de pagar pelo peixe, normalmente recebem doações. Esse sentimento de solidariedade é tão forte que, segundo os moradores, não é difícil ver pessoas de outras comunidades, que chegam a andar mais de 12 km para pedir peixe na praia. Na época da lagosta, então, por vezes até caminhão carregado de gente chega na comunidade para pedir as cabeças de lagosta, que são distribuídas pelos pescadores.

Aliado ao relato de Almeida, também podemos constatar esta solidariedade na fala de Marlene, moradora da Prainha do Canto Verde, registrada pelo mesmo autor: "Você pode por exemplo, ter a farinha para fazer o seu pirão na história e não ter o peixe, mas você vai lá na praia e se encalhar uma jangada você consegue, tanto faz você ter dinheiro como não. Na cidade grande se você não tiver grana pra comprar, pronto" (Marlene apud Almeida:2002).

A fala de Beto soma-se à de Marlene na constatação desta solidariedade: "Quando chego da pescaria, pego o melhor peixe para comer e muito de minha produção vai para aqueles que são parceiros do mar ou que não poderão pescar; às vezes dou até 40% da produção para gente da comunidade" (depoimento de Beto - pescador e liderança comunitária da Prainha do Canto Verde, dezembro, 2002).

Durante o trabalho de campo foi possível perceber também que em alguns locais esta solidariedade manifesta-se para além da doação de pescado. Segundo relato de Marcos — pescador e secretário da fábrica de gelo local —, em Mundaú/Trairi esta rede de solidariedade é tecida através de doação de gelo: 20% ou mais da produção diária de gelo é doada para a comunidade.

Esta solidariedade na pesca artesanal se manifesta em outras comunidades pesqueiras situadas em diferentes estados brasileiros, tendo sido registrada por Maldonado (1994) na Paraíba, e Diegues (1994) em São Paulo. Diegues (1994:74) registra essa *solidariedade* característica da pesca artesanal quando faz a comparação entre as relações do pescador artesanal caiçara do litoral paulista e o pescador, inserido na pesca empresarial-capitalista, embarcado em Santos/SP:

(...) Entre os primeiros [pescadores artesanais caiçaras] durante a partilha do pescado capturado, uma parte vai para o consumo dos familiares e vizinhos, e ainda, dado às viúvas e crianças. Isso já não ocorre no porto de Santos, onde os pescadores embarcados são simplesmente impedidos de sair com peixe dos limites do Entrepasto de Santos (SP), uma vez que toda a produção é vendida no porto. DIEGUES (1994:74)

Apesar da importância sociocultural, a pesca artesanal vem enfrentando uma crise de produção e estruturação do setor, decorrente de vários fatores, e vem sendo objeto de comentários de alguns cientistas. Para Fonteles, na situação atual da pesca artesanal, observa-se:

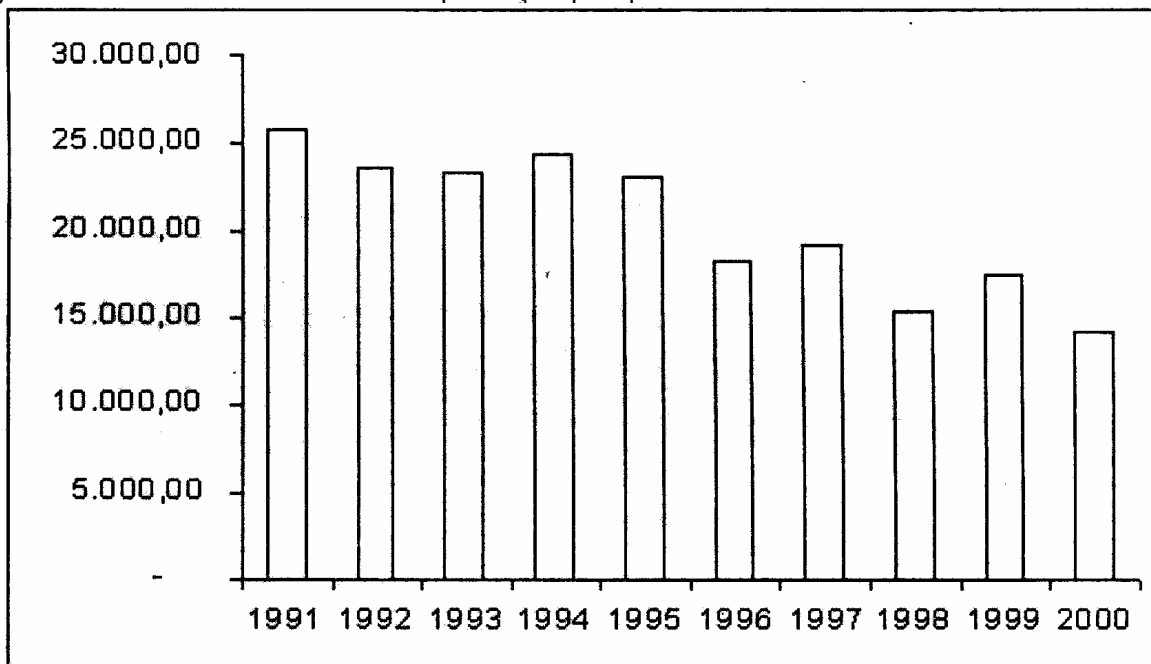
...a ausência de um processo produtivo organizado para dar suporte tecnológico às atividades de captura e garantir condições adequadas para conservação e comercialização do pescado. As conseqüências principais são a evasão da renda para outras comunidades e da força de trabalho para outros setores econômicos, podendo-se ainda acrescentar: concorrência de produtos alimentícios mais baratos, ausência de subsídios ao sistema produtivo, empobrecimento da zona costeira através da barragem dos cursos d'água por grandes açudes, e fragmentação do processo produtivo em termos funcionais e geográficos (FONTELES, 1997:14).

No que pese a relevância da pesca artesanal e sua capacidade de geração de emprego e a crise do setor, Fonteles comenta que:

o sistema de pesca artesanal do Estado do Ceará, apesar de sua evidente e histórica importância como produtor de alimentos de origem aquática marinha e gerador de 40.000 empregos diretos, vem ano a ano reduzindo sua participação na economia estadual. (FONTELES, 1997:08).

Esta participação vem sendo percebida pela diminuição relativa do volume de exportações e a diminuição crescente nos volumes de captura. Para ilustrar esta constatação, usaremos o quadro elaborado pelo próprio IBAMA no seu Boletim Estatístico de 2000:

Figura 4 – Gráfico demonstrativo da produção pesqueira marítima cearense entre 1991 a 2000.



Fonte: IBAMA/CE - Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do nordeste do Brasil.

As capturas de pescado no estado vêm decaindo ano a ano (FIGURA 3), e os pescadores artesanais e suas famílias são os principais atingidos por esta crise, já que não possuem a mobilidade social e econômica que tem o setor empresarial. Tal mobilidade se materializa no fato destes empresários estarem envolvidos em vários ramos de negócios (exportação de castanha, rede de hotéis, postos de gasolina, depósitos de material de construção, entre outros). Assim, se uma atividade apresenta diminuição dos rendimentos, deslocam-se com facilidade para outro setor que esteja a apresentar maior rentabilidade.

No caso dos pescadores artesanais, essa mobilidade inexistente, dado que se dedicam exclusivamente à pesca — o que não possibilita o acúmulo do capital necessário para tal deslocamento. Quando a pesca entra em crise, o que observamos é

a descapitalização, a desestruturação econômica e, às vezes, a *marginalização* do pescador artesanal e sua família.

## **4.2. Gestão dos espaços e das políticas**

Diante da nova organização socioespacial que se estabelece no litoral cearense, considerar a complexidade crescente da gestão dos espaços e das políticas constitui um desafio a ser superado na construção da sustentabilidade socioambiental das comunidades litorâneas. Para melhor compreender os elementos que constituem esta complexidade, começaremos por percorrer os arranjos institucionais dados aos órgãos e instâncias de construção das políticas públicas para a pesca e a zona costeira.

Em se tratando da pesca, principal atividade econômica nas comunidades do litoral cearense, a questão da institucionalidade de sua gestão apresenta sucessivas mudanças entre três ministérios: o da Marinha, o da Agricultura e do Meio Ambiente, numa alternância de atribuições permeada pelas indefinições de papéis que muito mais confundem do que contribuem. Para exemplificar tal relação, recuperamos alguns fatos referentes às instituições de gestão da pesca.

O setor pesqueiro artesanal que precisou de mais de uma década para se adaptar com o IBAMA na missão de promover a gestão da política de pesca no Brasil, ficou surpreso ao ser informado sobre mais uma reestruturação institucional para esta atividade. Tal estruturação se deu em 1999, com a criação do Departamento de Pesca e Aqüicultura – DPA, no Ministério da Agricultura - MA, que definiu como meta o acréscimo em 100% da produção de pescado no Brasil, no período de quatro anos, elegendo como prioridade a aqüicultura. Assim, o IBAMA-MMA, que desde o final da década de oitenta vinha sendo o principal órgão gestor da pesca, passa por redefinição no seu papel institucional com relação à política pesqueira — ficando apenas com a fiscalização ambiental. A nível estadual, os sucessivos desmontes de instituições



responsáveis pela atividade pesqueira deixou o setor órfão e sem estruturas de decisão e de articulação de políticas.

Estes arranjos são construídos através de decretos-leis que não são transparentes nem publicizados, trazendo em seu bojo uma demanda burocrática e institucional para os pescadores — como novos cadastros, sistemas de licenciamentos e mecanismos de ordenamento. O que exige do pescador uma capacidade de adaptação rápida ao novo sistema imposto pelos governos — estando este na perspectiva de equacionar a máquina administrativa, na busca pela “diminuição do estado”.

As exigências de instituições multilaterais influenciam nestes arranjos. No final da década de noventa, o Banco Mundial - BIRD, alegando a preocupação com o desequilíbrio dos estoques de pescado e com a diminuição do volume de capturas no mundo, declara que não financiará programas para o desenvolvimento da pesca sem que estes estejam vinculados aos ordenamentos das pescarias<sup>3</sup>.

Embora os ordenamentos das pescarias e do setor pesqueiro sejam reivindicações históricas dos pescadores, identificamos contradições — na imposição feita pelo BIRD — materializadas na exigência nos acordos que regem os empréstimos realizados pelo governo brasileiro (que apontam para a *diminuição do papel do Estado*), provocando o desmonte de serviços essenciais na construção dos ordenamentos — a exemplo de instituições de pesquisa e órgãos de fiscalização.

O percurso agora nos remete a refletir sobre a gestão ambiental na zona costeira cearense. O desconhecimento e a ausência de reflexão sobre os mecanismos e instrumentos para uma gestão costeira integrada que venha ao encontro das necessidades dos pescadores e suas famílias, na perspectiva de equacionar os conflitos socioambientais nos espaços em que as comunidades litorâneas se

---

<sup>3</sup> Conjunto de medidas e normas com o objetivo de equacionar os conflitos socioambientais decorrentes da exploração de um recurso pesqueiro.

estabeleceram, se configuram como elementos definidores da dificuldade que permeia a construção da sustentabilidade destas comunidades.

São vários os programas, planos e instrumentos<sup>4</sup> criados a nível municipal, estadual e federal para promover a gestão ambiental da zona costeira — que são desconhecidos pelas comunidades. Como exemplo temos o PROGRAMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO DO CEARÁ - GERCO/CE, que poderia ser um importante mecanismo de ordenamento territorial e gestão ambiental na zona costeira e nas comunidades litorâneas. Para ilustrar tal raciocínio, listamos abaixo a síntese dos principais instrumentos aplicáveis no GERCO-CE:

Quadro 3 – Síntese dos principais instrumentos aplicáveis no GERCO-CE.

<b>Instrumentos</b>	<b>Características</b>
Plano de Gestão	Os Planos de Gestão representam uma tentativa de compromisso coletivo entre distintos órgãos governamentais (municipais, estaduais, e federais), instituições privadas, ONGs e a sociedade civil organizada em torno da implementação de uma agenda de atividades de curto e médio prazo, visando o ordenamento da ocupação dos espaços litorâneos e o uso racional de seus recursos.
Zoneamento	Por definição, o Zoneamento constitui-se no “instrumento balizador do processo de ordenamento territorial necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade ambiental do desenvolvimento da Zona Costeira” (PNGC II). A proposta do Zoneamento deve passar, também, por processo de validação a partir de estratégias de discussão pública, de forma a refletir a vontade política de implantação de suas orientações, e permitir que suas diretrizes sejam incorporadas à legislação através de instrumento legal competente.
Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro	Os Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro devem corresponder à aplicação das diretrizes do zoneamento a nível municipal e, principalmente, garantir a sua integração aos Planos Diretores dos municípios, orientando os mecanismos legais de disciplinamento de usos específicos (p.ex., Leis de Uso e Ocupação do Solo, Leis Municipais de Meio Ambiente, Planos de Ordenamento da Orla Marítima, Faixa de Proteção de Costa etc.).
Sistema de Monitoramento	Constitui-se na estrutura operacional de coleta de dados e informações, de forma contínua, de modo a acompanhar os indicadores de qualidade socioambiental da Zona Costeira e propiciar o suporte permanente dos Planos de Gestão” (PNGC II).

<sup>4</sup> Segundo o relatório DIAGNÓSTICO SÓCIO-AMBIENTAL E PLANO DE GESTÃO PRELIMINAR DO SETOR EXTREMO OESTE DO ESTADO DO CEARÁ, a Política Nacional do Meio Ambiente estabelece uma série de instrumentos de gerenciamento ambiental, previstos no Artigo 9º da Lei 6.938/81. Além destes, o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro elaborou, dentro da Proposta do PNGC II (Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, 2ª versão; Resolução CIRM 005, de 03 de dezembro de 1997) uma versão atualizada para os instrumentos específicos para a gestão costeira, a partir dos mecanismos criados inicialmente no âmbito do GERCO (Lei 7.661 de 16 de maio de 1988; e detalhamentos na Resolução CIRM 001, de 21 de novembro de 1990). Para ver outras análises, consultar TUPINAMBÁ (1999), LIMA (2002) e ALMEIDA (2003).

Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro	Também chamado de SIGERCO, e “componente do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SINIMA), se constitui em um sistema que integra informações do PNGC, proveniente de banco de dados, sistema de informações geográficas e sensoriamento remoto, devendo propiciar suporte e capilaridade aos subsistemas estruturados/gerenciados pelos Estados e Municípios” (PNGC II).
--	--

Fonte: Diagnóstico Sócio-Ambiental e Plano de Gestão Preliminar do Setor Extremo Oeste do Estado do Ceará, (2002:106).

Apesar da potencialidade destes instrumentos para a promoção da gestão ambiental, os Programas de Gerenciamento Costeiro - GERCO, nacional e estadual — que deveriam ser importantes instrumentos na construção da Gestão Costeira — caminham a “passos de tartaruga” e têm sido muitas vezes preteridos frente às atividades econômicas previamente escolhidas pelos governos municipais, estaduais, federais e seus senhores “como impulsionadoras” do desenvolvimento da zona costeira cearense. Exemplo do PRODETUR-Ce, que em suas propagandas institucionais justifica sua construção como uma contribuição para o Gerenciamento Costeiro Estadual.

Mesmo não sendo a dinâmica de implementação do PROGRAMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO DO CEARÁ - GERCO/CE, em sua forma atual, o cenário privilegiado para as reivindicações das comunidades litorâneas, o GERCO-Ce poderia ser um instrumento de grande valia para as comunidades na luta pelos seus direitos e pela sustentabilidade da pesca artesanal, caso os seus instrumentos de gestão instituídos pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro fossem implementados democraticamente.

No que tange às administrações municipais, poucas são as que reconhecem a importância socioeconômica da atividade pesqueira e que criam secretarias municipais de pesca ou departamentos de pesca dentro de secretarias já existentes — como as de Turismo, Meio Ambiente e Aqüicultura. Estas mudanças acontecem, na maioria das vezes, à revelia da participação e do conhecimento dos pescadores e suas famílias. Estes departamentos ou secretarias, a exemplo de outras secretarias municipais, têm pouca ou nenhuma dotação orçamentária para promover a gestão e o fomento da atividade pesqueira.

No entanto, a nível municipal acontecem importantes mudanças na forma de construir as políticas públicas para estas comunidades: são vários os conselhos e instâncias municipais que foram criados na década de 1990 e que hoje são palcos de disputas políticas — muitas vezes incompreensíveis para olhos menos atentos. Como exemplo, podemos citar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável/CMDS, O Conselho de Saúde, O Conselho de Educação, entre outros.

Constatamos, na pesquisa, que as instâncias e instrumentos citados acima — e outros, como o Plano Diretor Municipal, Agenda 21 e Zoneamentos Econômicos Ecológicos — são usados pelos governos para legitimar a sua atuação, não contemplando em suas dinâmicas a incorporação e participação efetiva das comunidades litorâneas em suas instâncias de decisão e formulação de políticas e ações. A aparente democratização do estado tem sido criticada pela sociedade civil. Segundo Gomes:

Outra faceta da ação do Estado que merece ser considerada verifica-se quando da implantação de novos espaços teoricamente privilegiados na constituição de uma esfera pública. São os momentos que se abrem às comunidades, instituições ambientalistas e outros setores da sociedade civil, para a participação em conselhos, seminários, avaliações e planejamento de ações. No Ceará isso pode ser percebido nos casos do COEMA, do Programa de Gerenciamento Costeiro e até do PRODETUR. Em nível municipal, existem os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, nos quais algumas lideranças participam representando *suas* comunidades. No entanto, essa esfera pública que parece se desenhar para além do Estado, ampliando a possibilidade do debate e de decisões sobre aspectos fundamentais para a vida dos povos do litoral — tais como a pesca, a posse das terras e o turismo —, acaba por não se efetivar ou se realiza apenas momentaneamente. Observa-se que essas estruturas (conselhos e seminários), criadas muitas vezes de “cima para baixo”, não possuem um caráter de permanência, de deliberação e monitoramento sobre as ações a serem executadas pelo Estado, em seus diversos níveis. (GOMES, 2002:91)

Depreende-se, então, que construir a gestão ambiental com a participação das comunidades não é tarefa fácil — e demanda um mergulho nesta complexidade em busca de equacioná-la, conforme Lima e Tupinambá:

(...) a participação comunitária na gestão ambiental é um empreendimento complexo, pois implica na necessidade de permanente consulta e diálogo entre os atores, o que demanda tempo. No contexto atual, tem função relevante a descentralização das propostas de fiscalização, fomento e educação ambiental com definição clara do papel a ser exercido pelas comunidades e pelas instituições públicas (IBAMA, Prefeituras Municipais, Secretarias Estaduais etc). Além disso, uma política eficiente de gestão ambiental depende da existência de instrumentos adequados, sejam eles no âmbito jurídico (legislação), seja no que se refere a recursos financeiros necessários para implantar estratégias definidas. (LIMA e TUPINAMBÁ, 1997:50)

No entanto, para as comunidades participarem destes processos com a autonomia e a crítica necessária, se faz necessário conhecer e compreender os processos de tomada de decisão, como também, uma profunda reflexão sobre o que se quer e como defender seus interesses nestes palcos de disputas e conflitos, sem perder de vista o seu papel enquanto movimento social.

### **4.3. Sobre os conflitos**

Habitando um espaço para o qual se voltaram os interesses econômicos do grande capital nas últimas décadas, e onde a gestão pública tem subordinado a sua lógica de atuação aos interesses do grande capital, as comunidades litorâneas estão inseridas em complexos e crescentes conflitos socioambientais — a exemplo da pesca predatória, da especulação imobiliária e do uso e da ocupação desordenada do espaço litorâneo. Para ilustrar esta reflexão se faz necessário um breve relato destes conflitos.

#### **4.3.1. A pesca predatória e a sobreexploração dos estoques como entraves à sustentabilidade da atividade pesqueira artesanal**

A crise em que está envolta a pesca no Ceará, no Brasil e no Mundo foi anunciada há décadas por cientistas e pesquisadores, assim como por pescadores

artesanais e comunidades litorâneas. Segundo o relatório da FAO referente ao ano de 2001, 75% dos estoques pesqueiros do mundo estão sobreexplorados. As capturas vêm decrescendo ano a ano e as famílias que dependem da atividade vêm ampliadas as suas dificuldades em melhorar, ou mesmo manter, as mínimas condições de vida. As causas desta crise se remetem a conflitos socioambientais, nos quais os sujeitos sociais têm responsabilidades distintas — e interagem em um processo sistêmico.

A visão de que na natureza os recursos naturais são infinitos e a lógica de que o mercado determina qual o valor de um determinado espaço ou recurso (reservado ou conservado) permeiam a relação da sociedade capitalista com a exploração dos recursos naturais. Esta visão tem contribuído para justificar as agressões socioambientais que ocorrem nos espaços onde se pratica a pesca artesanal marítima, tendo provocado significativa diminuição nos níveis de captura, da saúde dos estoques explorados e das condições de vida do pescador — não só no Ceará como em várias partes do planeta. Conforme Dowbor:

Em termos econômicos hoje se tem clareza de que um grande número de empresas realiza uma “colheita” de produtos naturais sem ter tido que produzi-los — água limpa dos rios, o solo orgânico, florestas, animais selvagens, peixes e outros — e só contabilizam o custo de apropriação dos bens, não os custos de reposição. Esta *contabilidade incompleta* leva a uma deformação de todo o processo produtivo, pois se trata de áreas que não podem ser reguladas apenas pelo mercado. Ao calcularmos apenas os custos de apropriação, estamos na realidade esbanjando riquezas herdadas, e vivendo numa opulência artificial às custas dos nossos filhos e netos, problema que é ao mesmo tempo ético e econômico. Ético porque temos um dever para com as gerações futuras. E econômico porque a recuperação da destruição é incomparavelmente mais cara do que a prevenção através da gestão sustentável dos recursos. (DOWBOR, 1988:167)

Esta *irracionalidade* socioambiental se manifesta em várias pescarias — como a do pargo, do camarão e da lagosta. Um exemplo advindo desta foi registrado no *Diagnóstico Socioambiental Participativo*. O registro refere-se aos conflitos de mar na comunidade de Fontainha/Aracati:

Desde o início da década de 80 a comunidade tem vivido conflitos no mar e em terra. O conflito no mar se dá na pesca: arrastos de camarão e pesca ilegal de compressor. O conflito é atribuído a pescadores oriundos de diversas localidades como Quixaba (no caso do arrasto), Icapuí, Aracati, Fortim, Rio Grande do Norte (no caso do compressor). Lanchas passam por cima das redes, danificando os apetrechos de pesca, e pescadores são, constantemente, ameaçados de morte pelos conflitantes. Na tentativa de solucionar o problema, pescadores da comunidade têm construído marambaias, que aumentam a produtividade pesqueira e impossibilitam a ação dos barcos de arrasto. Denúncias e abaixo-assinado solicitando a resolução do problema, foram encaminhados ao Ministério Público. Os pescadores acreditam que o arrasto deve ser proibido em toda área. (Instituto Terramar e Dep. de Geografia – UFC, 2003.)

No Ceará, a lagosta, por ser um dos principais produtos da pauta de exportação de pescado, é a espécie mais estudada, apresentando, assim, um grande número de dados referentes à sua bioecologia, a estatísticas socioeconômicas da produção e sobre os conflitos e degradações socioambientais que afetam sua sustentabilidade enquanto atividade econômica. É com a discussão sobre esta realidade que refletiremos sobre algumas das dimensões dos conflitos socioambientais existentes nas comunidades litorâneas.

Dados do IBAMA referentes ao ano de 2000 atestam que a pesca predatória e a sobreexploração dos estoques de lagosta reduziram a pesca deste crustáceo, no Ceará, de 7.800 (sete mil e oitocentas) toneladas em 1991, para 2.300 (duas mil e trezentas) toneladas em 1998. Isto representa uma perda de divisas para o Estado no valor aproximado de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), aumentando significativamente o desemprego na atividade pesqueira.

Vários são os fatores apontados como degradadores dos estoques das pescarias de lagosta, mas consideramos pertinente abordar no primeiro momento a pesca predatória e a sobreexploração dos estoques — fatores considerados pelo IBAMA como fundamentais na definição de tal crise.

A pesca predatória da lagosta no Ceará se manifesta de várias formas: desde a captura de lagosta miúda por pescadores — sejam eles artesanais ou

industriais — até o uso de equipamentos (armadilhas de malhas e compressores adaptados para mergulhos), não permitidos na legislação que regula o processo de gestão da atividade. A pesca de lagosta com compressor, além de ser predatória ao estoque natural de lagostas, é também usada para a prática de *pirataria* no mar, como relata Lima:

A pesca com compressor, no Nordeste brasileiro, foi iniciado no Rio Grande do Norte, mas atualmente tem sido praticada em outros Estados. Considerada ilegal, a pesca com compressor é realizada com um barco de apoio. Os “cafanguistas” mergulham utilizando-se de um pequeno compressor, adaptado para essa função; descem utilizando um cinturão com pesos de chumbo (quase sempre de fabricação artesanal), nadadeiras, máscara de borracha e um respirador. Com auxílio de um bicheiro (anzol ou prego retorcido, preso a um pedaço de cabo de vassoura ou manualmente, nadam e vão às buscas dos manzuás e dos pesqueiros, nichos das lagostas. Encontrados os manzuás (que os pescadores artesanais põem para pescar a lagosta, no sistema de espera), eles vão lá, cortam as linhas e recolhem o que foi capturado pela armadilha de pesca. Nesse mergulhar, vão também à procura dos pesqueiros, dos nichos da lagosta. Ao descobri-los, capturam tudo, tanto a lagosta grande como a pequena, não fazendo seleção alguma, e trazem tudo para o barco de apoio. Aí se joga fora a lagosta pequena? Não; inclusive, há grande interesse de compradores em adquirir lagostas pequenas, pois estas são bastante valorizadas no mercado (sempre comercializadas clandestinamente). (LIMA, 2002:122)

A predileção dos compradores por lagostas miúdas é explicada devido ao fato deste tipo de “transação” tornar os lucros destes compradores cada vez maiores. Ambiciosos, utilizam a ilegalidade da atividade para pagar pelo quilo da lagosta miúda um preço bem inferior ao pago pela lagosta de tamanho permitido<sup>5</sup> por lei. No final de dezembro de 2002, enquanto a lagosta de tamanho permitido alcançava o preço de R\$ 110,00/kg, a lagosta miúda, considerada ilegal, alcançava um preço máximo de R\$ 20,00/kg. O que proporcionou um lucro demasiado grande para as empresas e atravessadores que trabalham com a exportação da lagosta miúda, já que o preço de exportação é o mesmo, tanto para a grande como para a miúda, ou seja: em torno de

---

<sup>5</sup> O tamanho da lagosta é determinado pelo IBAMA, através de Portarias, balizadas no conhecimento da bioecologia da espécie, na perspectiva de garantir que as lagostas capturadas já tenham atingido sua maturidade sexual e tenham reproduzido pelo menos uma vez. Para o caso das lagostas capturadas no Ceará, o tamanho é de 13 cm para a lagosta vermelha (*Panulirus argus*) e 11 cm para a lagosta verde (*Panulirus laevicauda*).



50 dólares/kg — que, naquele período, significava em reais aproximadamente R\$ 185,00/kg.

Outro conflito relevante é o referente ao número excessivo de esforço de pesca em cima de um estoque sobreexplorado. Estabelecer a quantidade de esforço que o estoque suporta e promover a gestão necessária para equacionar os conflitos de interesse em cima das permissões de pesca — ou seja, quais embarcações de pesca vão pescar, em que período e com qual tipo de apetrecho — não é tarefa fácil, configurando-se em objeto de debates e disputas entre os vários sujeitos sociais que compõem o setor pesqueiro. No que se refere a isso, constantemente assistimos, na imprensa e em reuniões com o setor pesqueiro, às propostas e reivindicações do setor empresarial na perspectiva de culpabilizar a pesca artesanal pela pesca predatória e pelo excesso de esforço de pesca em cima do estoque lagosteiro. Um exemplo de defesa desta proposta foi veiculada no final do ano passado, no Diário do Nordeste:

Além do excesso de barcos pequenos e à vela na atividade, há ainda o problema do instrumento utilizado para pescar. Por falta de recursos financeiros e mesmo tradição, os pescadores artesanais ainda usam a caçoeira, rede caseira que, por causa das malhas estreitas, acabam trazendo junto com as lagostas maduras, espécies miúdas e o substrato que garante a reprodução. Outros mecanismos como o manzuá e a cangalha são permitidos desde que em dimensões liberadas — malhas de até 13 centímetros para lagosta vermelha e 11 centímetros para a verde. "Mas o melhor instrumento mesmo é a pesca de mergulho, pois é possível ver o que se está pescando e a lagosta é um animal muito fácil de pegar", frisa a especialista do IBAMA/CE, Sônia Martins. A fiscalização insuficiente por parte do IBAMA/CE vem se somar aos entraves do setor lagosteiro. Pelos cálculos do diretor da Federação dos Pescadores do Ceará — que reúne 23 colônias de pescadores marinhos e outras nove de água doce —, José Carlos dos Santos, 50% dos pescadores capturam ilegalmente lagostas no período do defeso. Afinal, sem o seguro-desemprego para pescadores artesanais, de um salário mínimo, concedido pelo Ministério do Trabalho, não há outra renda. Sônia também cita a baixa escolaridade dos pescadores — mais de 40% são analfabetos — como contribuição para a dificuldade de propagar uma consciência ecológica que evite práticas seculares nocivas ao estoque de lagostas. (Diário do nordeste, 28/12/2002)

Esta matéria saiu em um período em que estava se realizando uma polêmica discussão sobre a resolução do Grupo de Trabalho Técnico sobre Lagosta, intitulado GTT-Lagosta. Esta resolução apontava para a retirada das embarcações sem licenças para pescar lagosta. Isto significava, para a categoria, segundo os dados do Fórum dos Pescadores/as do Litoral Cearense, a perda de trabalho para aproximadamente 10.000 pescadores artesanais.

Esta medida não levou em consideração os processos de licenciamentos anteriores que, por conta de sua burocracia e falta de transparência dos procedimentos necessários, excluiu os pescadores artesanais do processo — colocando a categoria em uma posição de marginalização dentro da cadeia produtiva de produção da lagosta.

Os pescadores artesanais reunidos em torno do Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense fizeram várias reuniões. Tivemos a oportunidade de presenciar duas delas: uma em Beberibe (dezembro de 2002) e outra na Caponga (janeiro de 2003). Tais reuniões tiveram o objetivo de deliberar sobre as estratégias de luta em defesa da continuidade dos pescadores artesanais na pesca da lagosta. Um dos encaminhamentos foi a publicação de manifesto (QUADRO 4), o qual relata o acontecido e coloca a posição da categoria sobre o fato.

Esta mobilização rendeu a solidariedade de entidades governamentais vinculadas às prefeituras do interior, de organizações não governamentais e dos movimentos sociais. Com a eleição do governo Lula, o processo foi estancado — e até o presente momento a Secretaria Especial de Pesca e Aqüicultura do Governo Federal ainda não se pronunciou sobre o caso. Espera-se, porém, que este ponto volte à pauta de discussão logo que a Secretaria se estruture.

Quadro 4 – Manifesto contra a exclusão dos pescadores artesanais da pesca da lagosta.

**MANIFESTO CONTRA EXCLUSÃO DOS PESCADORES  
ARTESANAIS DA PESCA DA LAGOSTA**

Beberibe, 20 de dezembro de 2002.

Nós, organizados no FÓRUM DOS PESCADORES E PESCADORAS DO LITORAL CEARENSE, vimos através deste documento denunciar a tentativa de nos excluir da pesca da lagosta, ameaçando seriamente a sobrevivência de milhares de pessoas que dependem direta e indiretamente desta atividade.

O processo de ordenamento da pesca da lagosta é hoje considerado de fundamental importância para a melhoria da pesca e da vida dos/as pescadores/as. Vários seminários, reuniões e mobilizações foram feitos pelos/as pescadores/as e comunidades litorâneas. Sempre lutando juntamente com algumas Colônias, Associações, ONGs, Pastorais e Instituições Públicas para ordenar a pesca da lagosta no estado. Para dar um exemplo, somente no ano de 2002 realizaram-se onze seminários com a participação de aproximadamente 3500 pessoas para discutir propostas alternativas de ordenamento. Outras iniciativas foram as fiscalizações realizadas em parceria entre as comunidades, IBAMA, Capitania dos Portos e outros órgãos. No entanto, desrespeitando as nossas propostas, no dia 12 de dezembro passado o Grupo de Trabalho Técnico (GTT-Lagosta), reunido em Brasília, decidindo em favor dos empresários, aprovou uma proposta para a retirada da pesca da lagosta de todas as embarcações que não possuem licença, ou seja, 3.170 embarcações. Deste total, 1.635 são embarcações à vela. Esta decisão atinge diretamente cerca de 9.314 pescadores. Concentrando toda a renda da pesca da lagosta em 390 barcos.

Como conseqüência trágica desta medida teremos o aumento do número de desempregados, levando pescadores e familiares a uma situação de fome e miséria, agravando os problemas sociais dos municípios litorâneos. Indiretamente, toda a distribuição de renda na zona costeira seria afetada, por isto achamos que autoridades municipais, estaduais e federais devem se posicionar na defesa dos pescadores e suas famílias.

Vale ressaltar que muitos pescadores foram excluídos do processo de licenciamento devido a grandes dificuldades burocráticas dos órgãos responsáveis (IBAMA e DFA), obrigando pescadores/as e lideranças a fazerem inúmeras viagens à Fortaleza e/ou nas sedes regionais num curto espaço de tempo — e, mesmo assim, não foram licenciados.

Nós, pescadores e pescadoras, não podemos concordar com o GTT-Lagosta e estamos solicitando que a decisão para a retirada das nossas embarcações seja suspensa — e que novas propostas sejam elaboradas com a nossa participação.

Diante da gravidade da situação e o início de um novo governo — um governo popular —, consideramos oportuno manifestar as nossas preocupações para com a sociedade e chamar a todos/as para nos apoiar, assinando este documento.

Esta complexa realidade que envolve as comunidades litorâneas aponta para necessidade do ordenamento das pescarias — uma tendência mundial; e o setor de pesca artesanal precisa, mais do que nunca, atuar neste processo de forma qualificada e firme para tentar reverter a portaria proposta pela resolução do GTT-Lagosta e tentar construir um ordenamento da pesca que leve em consideração não somente a reprodução do capital das empresas de pesca, como relata Tupinambá:

A princípio, o ordenamento da lagosta no Ceará é marcado pela predominância clássica de uma intervenção estatal na administração dos recursos pesqueiros, onde se faz nítido o desejo de compensação das limitações do mercado. Foi isso o que marcou a efetivação da política de subsídio e é o que se ensaia com as propostas de redução da frota. (TUPINAMBÁ, 1999:154)

Uma nova proposta de ordenamento a ser elaborada deve levar em consideração, fundamentalmente, a participação dos pescadores artesanais nos processos de construção deste ordenamento, na perspectiva de construir uma outra lógica baseada na sustentabilidade socioambiental na gestão dos recursos pesqueiros.

#### **4.3.2. A carcinicultura**

A carcinicultura — ou criação de camarão marinho em viveiros — constitui-se num dos graves problemas enfrentados hoje pela população que habita a zona costeira cearense. Além do conflito de uso com aqueles/as que habitam há décadas as áreas circunvizinhas às zonas estuarinas e de manguezais — áreas em que se vêm implantando a atividade de carcinicultura —, a atividade vem, também, promovendo a degradação ambiental destes ecossistemas que possuem relevante importância ecológica e social — comprometendo, assim, a sustentabilidade das pescarias artesanais, por estarem intimamente ligadas ao ecossistema manguezal.

A velocidade de crescimento desta atividade econômica (TABELA 1) traz consigo degradação socioambiental e privatização de espaços públicos utilizados pelas

comunidades litorâneas. São inúmeros os conflitos, entre populações tradicionais e empresas de carcinicultura, pelo uso e ocupação dos espaços de manguezais.

Tabela 1 – Crescimento da Carcinicultura Brasileira - 1997/2001\*

Itens/Anos	1997	1998	1999	2000	2001
Áreas de viveiros em hectares	3.548	4.320	5.200	6.250	8.500
Produção em toneladas	3.600	7.250	15.000	25.000	40.000
Produtividade em Kg/ha/ano	1.015	1.680	2.885	4.000	4.705

Fonte: ABCC.

As projeções para o crescimento da atividade são cada vez mais ousadas. Segundo dados da Associação Brasileira de Criadores de Camarão/ ABCC:

As projeções de médio prazo, elaboradas pela ABCC, para o camarão cultivado até 2005 (Tabela 2), mostram que no quadriênio 2002/2005 seriam incorporados ao cultivo 16.500 ha de novos viveiros, o que levaria o Brasil a contar com 25.000 ha no final de 2005, ano em que a produtividade chegaria a 6.000 kg/ha e a oferta total a 150.000 ton. Assumindo que a partir de 2002 setenta por cento da oferta seja embarcada para o mercado externo, o Brasil estaria exportando em 2005 cerca de 105.000 ton de camarão cultivado, com uma entrada de divisas da ordem de US\$ 500,0 milhões.

Os dados mostram o aumento da produção baseado no aumento da área inundada para o cultivo, assim como na elevação da produtividade — leia-se: densidade de estocagem —, fatores esses que são danosos ao ambiente natural. Primeiro porque a carcinicultura, em seu histórico, tem a prática de expandir a atividade sobre áreas de ecossistemas manguezais e ambientes a estes associados — como os apicuns. Segundo, porque promove o aumento da quantidade de dejetos/poluição que são jogados no ambiente natural, alterando as condições físico-químicas da água, provocando modificações no comportamento de outros seres vivos e até mesmo mortes de animais e vegetais. Sobre a mortandade de animais, um caso que foi constatado e denunciado aos órgãos públicos (SEMACE e IBAMA) pela população local refere-se à morte de caranguejos no rio Jaguaribe. Tal fato teve repercussão na imprensa, conforme podemos observar em reportagem do Jornal *Diário do Nordeste*:

Desde o ano passado, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) está sabendo da mortandade dos caranguejos nos manguezais de Fortim e Aquiraz. A informação é de Valéria Oliveira, técnica em Educação Ambiental do posto regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). “O Ibama não tem laboratório para realizar um estudo detalhado. Temos a função de fiscalizar e a Semace deve apresentar o laudo definitivo para que as providências cabíveis sejam tomadas”, informa. Mas a Semace não sabe ainda o que está causando as mortes. A geógrafa da Semace, Lúcia Bezerra, que esteve no local, disse que a denúncia dos pescadores aconteceu tardiamente e que, portanto, não foi possível realizar uma coleta para análise da água com suspeita de contaminação. Numa segunda visita, a equipe do Núcleo de Análise e Monitoramento de Água analisou amostras de água de afluentes do rio Jaguaribe próximos ao mangue, mas segundo a química Magda Almeida, nada foi constatado. Ela afirma que a água colhida apresentou características dentro dos padrões descritos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que estabelece os níveis de componentes químicos presentes em três categorias de água: salobras, doces e salinas.

A representante da Semace reconhece, no entanto, que o tempo transcorrido entre a denúncia e a coleta das amostras pode ter influenciado o resultado da análise. “O ideal é que houvesse um monitoramento constante de toda costa, principalmente nas áreas de mangue”, diz.

Quanto aos criadouros de crustáceos e outros frutos do mar, a química afirma que existe uma resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente - Coema (nº 13 de 30/11/01) que estabelece padrões de uso de componentes químicos para o licenciamento destes empreendimentos. “Antes, não havia nada que regulamentasse”, informa. (CL) (Diário do Nordeste, 23 de agosto de 2001)

Em documento<sup>6</sup> preparado pela equipe do Instituto Terramar para contribuir com a reflexão sobre a política pesqueira nacional, são elencados alguns fatores relevantes a serem considerados nesta problemática:

A cada dia, os fazendeiros aumentam a quantidade de camarão cultivado por m<sup>3</sup>, ou seja: no início da atividade, colocava-se 60 camarões/m<sup>3</sup>; atualmente, já se está trabalhando com uma média que varia entre 100 camarões/m<sup>3</sup> a 160 camarões/m<sup>3</sup>. Com uma densidade tão alta no cultivo, além de se aumentar a quantidade de ração (que contém 30% a 40% de proteína) e de excrementos do camarão, aumenta também a probabilidade de ocorrerem patologias (doenças). Diante desse risco, incrementa-se o uso de fungicidas, algicidas, antibióticos. Os efluentes (água de descarga dos viveiros) se tornam, assim, extremamente impactantes ao meio ambiente. Nesse sentido é

---

<sup>6</sup> INSTITUTO TERRAMAR. **Proposta para a Pesca Artesanal e Aqüicultura Marinho-Costeira no Ceará**. Fortaleza, 2003. (mimeo.)

bom ter em mente que, em muitos países, a criação de camarão sofreu enormes abalos com o aumento de densidade e a perda na qualidade ambiental dos ecossistemas adjacentes e de cultivo, o que veio a promover a suscetibilidade dos camarões a doenças e a conseqüente insustentabilidade do setor. As principais doenças são virais: mancha branca, WSV; vírus de Taura, vírus da cabeça amarela. (Instituto Terramar, 2003:20)

Os carcinicultores, por sua vez, alardeiam a falsa idéia de que as águas que saem dos viveiros, os efluentes, servem na verdade para incrementar com nutrientes os *pobres* rios e mares do nordeste brasileiro. Para clarear o entendimento sobre esta questão, é oportuno argumentar:

Na verdade, torna-se precipitado e propagandístico afirmar que as águas que saem dos viveiros sejam benéficas aos ecossistemas adjacentes — por serem “ricas em nutrientes”, como se tem sido alardeado —, sem nenhum diagnóstico efetivo sobre o que está acontecendo no estuário e no manguezal de Aracati. Não podemos nos esquecer da mortalidade de crustáceos observadas desde 2001, e que até agora não teve identificada a sua causa por órgãos ambientais ou pelas universidades. Não raro, o que se observa a partir do desenvolvimento da atividade de carcinicultura é a poluição dos recursos hídricos e o impacto sobre as espécies aquáticas. (Instituto Terramar, 2003:21)

Acreditamos que a expansão da criação de camarão marinho sobre os ecossistemas manguezais constitui uma das principais agressões ambientais ao espaço em que se pratica a pesca artesanal, sendo um fator determinante no empobrecimento das famílias que vivem em torno dos manguezais, na atividade da pesca e/ou na coleta de mariscos — bem como das que moram em praias distantes dos manguezais, mas nas quais as pescarias dependem diretamente da qualidade destes ecossistemas.

#### **4.3.3. A disputa pela terra**

A partir da década de 1970, o litoral vem passando por acelerado e desregrado processo de ocupação — materializado, de forma inicial, principalmente na intervenção de veranistas e de empresas imobiliárias. Mais recentemente, esse processo se manifesta na implantação de equipamentos turísticos de grande e médio

porte — sendo a instalação destes últimos incentivados pelos governos municipais, estaduais e federal, bem como pelas instituições financeiras internacionais. Segundo Lima:

A prática do veranismo, a valorização do morar à beira-mar e a incorporação dos espaços à dinâmica turística de maior expressão, inicialmente em Fortaleza, levaram à incorporação de vários lugares da zona costeira cearense, começando com algumas localidades praianas em municípios vizinhos (Iparana e Icaraí em Caucaia, Prainha em Aquiraz) e, em seguida, expandindo-se para localidades em municípios mais distantes (Iguape em Aquiraz, Cumbuco em Caucaia, Pecém em São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Morro Branco em Beberibe, Canoa Quebrada em Aracati e Jericoacoara em Jijoca). Alguns casos tornaram-se referências turísticas do Ceará (as praias de Canoa Quebrada, Jericoacoara, Prainha, Lagoinha, Praia das Fontes, Morro Branco, Cumbuco e Ponta Grossa); em alguns pontos determinados surgiram enclaves turísticos, particularizados pela presença do turista que deseja manter-se protegido e distante da realidade local das *comunidades*. É o que ocorre quanto aos empreendimentos turísticos do tipo “Hotel Praia das Fontes” (Beberibe), “Beach Park” e “Aquaville Resort” (Aquiraz), “Marina Park” (Fortaleza) e “Cidade Turística de Porto Canoa” (Aracati). (LIMA, 2002: 67)

Para dar suporte ao desenvolvimento do turismo, no início da década de noventa o governo estadual planeja e põe em prática uma estratégia para promover o turismo no Ceará. Esta estratégia tem como marco a elaboração do Programa de Desenvolvimento Turístico do Ceará - PRODETUR-CE, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cuja meta principal diz respeito à implementação de infra-estruturas básicas de eletrificação, saneamento, telefonia e estradas — e o fortalecimento institucional de prefeituras ao longo do litoral<sup>7</sup>, como suporte para o desenvolvimento da atividade turística. Aliado ao trabalho estrutural, o governo estadual promove campanhas publicitárias em outros estados da federação e em outros países, na perspectiva de vender a imagem do *paraíso tropical* aqui na terra.

Este processo provoca a sobrevalorização dos espaços litorâneos, transformando este espaço num *paraíso* para a especulação imobiliária e, não raro,

---

<sup>7</sup> A área prioritária de atuação do PRODETUR I compreendeu o litoral oeste do Ceará, trecho denominado de Costa do Sol Poente, cuja extensão abrange 115 km do litoral cearense. O PRODETUR II, em andamento no momento, traz em seus objetivos a consolidação das ações do PRODETUR I.



num *inferno* para as populações tradicionais envolvidas nos conflitos existentes<sup>8</sup> com veranistas, empresas imobiliárias e turísticas — a exemplo das comunidades de Prainha do Canto Verde (Beberibe), Tatajuba (Camocim), Maceió (Itapipoca), Batoque (Aquiraz), entre outras. Atualmente, um caso que vem tendo relativa repercussão na imprensa é o da comunidade de Tatajuba, cujo conflito se dá com a empresa Vitória Régia Empreendimentos Ltda. — que, de posse de documentos que estão sendo questionados na justiça pela comunidade, tenta se apropriar de toda a área ocupada pela comunidade há mais de um século.

Resistir ao processo de uso e ocupação do litoral, imposto pelo capital imobiliário ou turístico — ou intervir nos mecanismos de construção de políticas públicas para construir uma outra lógica de ocupação dos espaços costeiros que leve em conta o direito das populações tradicionais à posse deste espaço, estabelecendo uma nova relação entre sociedade e natureza — é mais um dos desafios que se apresentam nas últimas décadas.

#### **4.3.4. A privatização de espaços públicos e de uso comunitário**

A valorização do espaço e as novas atividades produtivas introduzidas nas comunidades litorâneas acarretam a privatização dos espaços que eram públicos e de uso comunitário. Os espaços que eram tradicionalmente usados pelos comunitários para atracar as jangadas, fazer consertos, preparar material de trabalho, ou mesmo para o lazer das populações locais, hoje são objeto de conflitos decorrentes da privatização. Tal fato pode ser constatado em comunidades como Praia das Fontes (Beberibe), Paracuru (Paracuru), Flecheiras (Trairi), Canoa Quebrada (Aracati), entre outras.

Durante a pesquisa de campo presenciamos em Flecheiras (Trairi) uma discussão entre pescadores e um dono de hotel. Na ocasião, era exigido dos pescadores a retirada das jangadas da frente do hotel, para *não atrapalhar* a

---

<sup>8</sup> Para um relato mais aprofundado de alguns destes conflitos, ver Lima (2002) e Gomes (2002).

passagens dos carros e *para não aglutinar gente* à noite para namorar nas jangadas; esta imposição provocou grande indignação entre os pescadores artesanais presentes. Estas discussões são recorrentes e ficam cada vez mais freqüentes. O jogo de bola dos jovens também é alvo da intolerância e arrogância de alguns donos de empreendimentos e veranistas: “quando chega turista, tem que reinar a paz e não podemos jogar a tradicional peladinha”. Segundo Gláucia Sena, moradora local, “no carnaval de 2002 uma rede de vôlei foi cortada à faca por um veranista que se sentiu incomodado pela presença dos jovens locais que jogavam vôlei e ‘atrapalhavam o transito de veículos’” (entrevista, janeiro de 2002). Registramos esta intolerância também em Paracuru.

Com a chegada da propriedade privada e das cercas, a redução dos espaços de uso comunitário é sentida através da perda das vazantes, do campo de dunas, das falésias e dos olhos d’águas. Ficou reduzida a liberdade de locomoção, a possibilidade de complementar a alimentação familiar<sup>9</sup> e o acesso à água potável retirada das dunas. Tal realidade pode ser constatada nas comunidades de Fontainha, Flecheiras, Guajiru, Paracuru, Morro Branco, Cumbuco, entre outras. A análise dos dados do diagnóstico socioambiental participativo que o instituto Terramar e o Departamento de Geografia da UFC realizaram em doze comunidades litorâneas, em 2003, evidencia que o espaço litorâneo é cada vez mais privatizado.

#### **4.4. Construindo a sustentabilidade socioambiental: modos de fazer e resistir**

Diante da crescente dificuldade para construir a sustentabilidade socioambiental das comunidades litorâneas, e da complexidade do cenário atual nos processos de construção e gestão dos espaços e recursos naturais da zona costeira cearense e brasileira, as comunidades vêm usando o seu potencial criativo e articulando-se com organizações governamentais e não governamentais na perspectiva

---

<sup>9</sup> A complementação da alimentação se dava através de produtos que eram plantados em vazantes, coletados nas matas e campos de dunas fixas — onde se encontra o murici, o caju, a manga, o coco, o guajiru, entre outros.

de construir novas formas de se organizar, produzir e se relacionar com a gestão do espaço em que vivem e trabalham. Nesta perspectiva, achamos necessário dissertar sobre algumas experiências que, para nós, representam tendências e apontam reflexões e desafios importantes na discussão que estamos fazendo sobre a extensão enquanto forma de democratizar o conhecimento.

#### **4.4.1. Os cultivos como alternativa a crise da produção na pesca**

Com a crise de produção atual no setor pesqueiro artesanal, aliada ao processo de encurtamento das distâncias e a ampliação das articulações com organizações não governamentais, com instituições de pesquisas e universidades, constatamos o nascimento de uma nova perspectiva, ou seja, a aquicultura marinha como atividade possível de ser construída pelas comunidades. Tal constatação se materializa, em um primeiro momento, através das experiências de *Cultivo de Algas* em Flecheiras e Guajiru (Trairi) e do *Cultivo de Ostras* em Fortim (Fortim) e Moitas (Amontada). Para demonstrar tal perspectiva, relataremos alguns aspectos da experiência do cultivo de algas em Flecheiras.

A coleta de algas no Ceará é uma atividade que começou na década de setenta, configurando-se em mais uma possibilidade de geração de renda para algumas comunidades litorâneas<sup>10</sup>. O sistema de coleta tradicional impõe para as pessoas que fazem este trabalho — cuja maioria é composta por mulheres e crianças — baixa remuneração<sup>11</sup> e péssimas condições de trabalho, decorrentes da posição do corpo durante a coleta — que provoca dores nas costas e nas pernas.

Esta atividade no Ceará já foi, apesar da baixa remuneração, oportunidade de trabalho para centenas de pessoas em várias comunidades do litoral cearense.

---

<sup>10</sup> A presença de algas possíveis de serem coletadas depende de condições ambientais favoráveis ao seu desenvolvimento; portanto, só em algumas comunidades do litoral cearense este tipo de atividade pode ser realizada.

<sup>11</sup> O preço de venda da alga seca, coletada de forma extrativa, é de apenas R\$ 0,40/kg. O que garante, segundo dados do Instituto Terramar (2002), uma renda mensal média de aproximadamente R\$50,00 por família envolvida nesta atividade.

Entre elas, podemos citar: Maceió (Itapipoca), Caetanos (Amontada), Mundaú, Flecheiras e Guajiru (Trairi), Paracuru (Paracuru), Iparana (Caucaia), Caponga (Cascavel), Redonda (Icapuí) etc. Por não haver uma racionalidade na extração, os bancos naturais de algas estão escassos. Hoje diminuiu significativamente a atividade no Ceará. Esta constatação também é feita o nível de Nordeste — e cientistas/técnicos apontam o cultivo como a única alternativa para o suprimento da demanda por derivados de Agar<sup>12</sup>:

No Brasil, a matéria-prima (algas vermelhas) utilizada na produção de agar é encontrada mais abundantemente nos bancos naturais de algas marinhas, destacando-se o gênero *Gracilaria*, que ocorre geralmente no Nordeste do país. Esses bancos são poucos conhecidos em suas biologia e ecologia, e devido à grande demanda e exploração irracional (sobrepesca), os estoques dos bancos vêm diminuindo, ano após ano, e parecem ser insuficientes para a demanda futura, deixando o cultivo dessas espécies, como a única alternativa para esse problema. (Instituto Terramar, 2000)<sup>13</sup>.

Diante de tal realidade, foi construída em 1998 uma parceria entre o Programa de Desenvolvimento e Tecnologia do Instituto Terramar, a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Flecheiras e o Departamento de Bioquímica da Universidade Federal do Ceará, objetivando a construção de um modelo de cultivo de algas como alternativa à extração. Esta parceria consolidou uma pesquisa que apontou resultados animadores. O projeto está agora em uma segunda fase, que consiste na consolidação do grupo de produção local e na expansão desta experiência para outras comunidades que apresentam potencialidades para a realização desta alternativa.

As experiências de cultivo de ostra de Fortim (Fortim) e Icaraí (Amontada) também apontam perspectivas de reprodução em muitas outras comunidades litorâneas, afirmando a possibilidade de promover o cultivo de organismos aquáticos como alternativa de produção para as comunidades litorâneas.

---

<sup>12</sup> XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

<sup>13</sup> Texto do *Projeto de Fortalecimento do Associativismo em Flecheiras “União - Meio Ambiente - Qualidade de Vida”*, 2000. (mimeo.)

A nível estadual, a recepção das comunidades para esta proposta tem sido bastante promissora. Comunidades como Redonda e Barreiras (Icapuí), Baleia, Apiques e Maceió (Itapipoca) e Caetanos (Amontada) estão acreditando nesta alternativa econômica, já tendo encaminhado ações no sentido desta construção. No que se refere ao governo (tanto federal como estadual), existem acenos no sentido de se criar mecanismos para estimular as comunidades litorâneas. No entanto, apesar das potencialidades, as discussões em torno desta atividade estão, até o momento, bastantes incipientes.

Nesta nova investida, surge uma outra reflexão a ser considerada: a questão de gênero, que deve ser tomada como preocupação fundamental dentro dos desafios impostos pelo processo. A relevância em incorporar a questão de gênero nasce no sentido de garantir a participação — no processo de desenvolvimento tecnológico e na estruturação do setor produtivo — daquelas que são os sujeitos que, historicamente, construíram os sistemas de coleta extrativa de mariscos e algas, vale dizer: as mulheres.

Junto à questão de gênero, outros desafios devem ser considerados na construção desta alternativa. O primeiro deles se dá no campo das políticas públicas, ou seja, na transformação das experiências em curso em políticas de governo na perspectiva da garantia de crédito, de assistência técnica e de sistemas de comercialização estruturados. Já o segundo desafio refere-se às próprias comunidades, e diz respeito à formação — que deve ser construída para além do aprendizado do processo técnico de produção. Esta deve incorporar a compreensão de uma nova forma de pensar a própria produção, não mais somente dentro da lógica de mercado capitalista, mas considerando outras formas de organização que requerem outras disciplinas e valores — e na qual a compreensão da dinâmica do mercado se faz fundamental.

#### **4.4.2. Da organização comunitária a organização da produção comunitária**

Diante das demandas que estão sendo impostas pelo processo de desenvolvimento das comunidades litorâneas e da atividade pesqueira, as comunidades ficam com o desafio de aumentar sua capacidade crítica e propositiva para influir nas políticas de gestão da zona costeira, bem como para construir formas mais eficientes de produzir e de se organizar coletivamente.

Neste sentido, enquanto pesquisador e assessor temos acompanhado as tentativas das comunidades. Algumas associações de moradores que, no passado, tinham como norte de sua atuação a luta pela terra e por direitos a serviços públicos (como água, estradas e energia elétrica, entre outros, nos meados da década de 1990), passaram a incorporar em suas estratégias de ação aspectos relacionados à gestão do processo produtivo — a exemplo das associações de moradores das seguintes comunidades: Prainha do Canto Verde e Barra da Sucatinga (Beberibe), Redonda (Icapuí), Balbino (Cascavel), entre outras. Ao mesmo tempo, assistimos também ao surgimento de associações de produtores e cooperativas de produção e comercialização — como é o caso de Canto da Barra (Fortim) e Baleia (Itapipoca), respectivamente. Independente da forma como estão organizadas estas comunidades, o principal desafio a ser vencido na gestão da produção refere-se à comercialização da produção e ao abastecimento dos insumos de produção, através de entrepostos de pesca.

A distribuição da produção da pesca artesanal se caracteriza pela presença de comerciantes locais e de *atravessadores* que compram o pescado (peixe, lagosta, camarão, caraguejo etc.) e o levam para abastecer os mercados mais próximos — ou mesmo o de Fortaleza. Em muitas comunidades, a relação dos *atravessadores* com os pescadores vai para além da compra e venda de pescado, fornecendo também apoio material ou financeiro através de empréstimos para que o pescador tenha os insumos

necessários<sup>14</sup> para efetivar a sua atividade. Porém, esta relação se configura, em muitas praias, como uma maneira de subordinar os pescadores aos interesses dos atravessadores. Estes, em algumas comunidades — devido ao sistema de infraestrutura de apoio à pesca e à produção ser deficiente, o que é decorrente da ausência de políticas públicas destinadas a este setor —, dominam o processo de comercialização e subordinam os pescadores aos seus interesses de obtenção de lucro fácil, pagando um baixo preço pela produção; em outras comunidades, configuram-se como “um mal necessário”, ou seja, a única possibilidade dos pescadores terem crédito e o mínimo de infra-estrutura de produção para efetuar sua atividade econômica.

Entre as dificuldades na comercialização estão o transporte e a conservação do pescado — que é altamente perecível, necessitando de gelo ou sistema de refrigeração para que se evite o seu apodrecimento. Antes da chegada do gelo, a conservação da produção era feita através da salga ou defumação; na década de 1980, com a chegada da energia elétrica, começaram a aparecer os sistemas de fabricação de gelo e refrigeração nas comunidades litorâneas — e estes passaram a ser os principais meios de conservação do pescado.

Das fábricas de gelo que estão em funcionamento, poucas são as que pertencem às comunidades através de suas associações de moradores e/ou de produtores — o que contribui para a relação de subordinação dos pescadores aos fornecedores de gelo, principalmente nas comunidades que não possuem fábricas e/ou em que as distâncias das fábricas existentes na região são grandes. Como exemplo, podemos citar: Tatajuba (Camocim), Moitas e Caetanos (Amontada), Maceió (Itapipoca), Ponta Grossa (Icapuí), Fontainha (Aracati), entre outras. Já em outras comunidades, existem fábricas, seja de proprietários particulares ou de associação de moradores e/ou de produtores locais; porém, as fábricas que visitamos passam por

---

<sup>14</sup> O dono da embarcação tem a função de armar a embarcação, ou seja, de abastecer a embarcação para viagem com todos os materiais necessários para a pescaria, como anzóis, linhas, redes, cangainhas, chumbadas e outros materiais, dependendo do tipo de pescaria a ser feita; além do material de pesca, existe também a necessidade de abastecer a embarcação com alimentação, chamada comumente de *rancho*, para toda a tripulação da embarcação durante os dias de pesca. Em algumas situações, o dinheiro para pagar tais despesas advém de adiantamentos feitos pelos *atravessadores*.

enormes dificuldades na gestão técnica e organizacional. Como exemplo, podemos citar: Barra da Sucatinga (Beberibe), Barrinha (Acaráú), Paracuru (Paracuru), Flecheiras e Mundaú (Trairi).

A dependência para com os fornecedores de gelo e atravessadores é combatida por algumas comunidades com a aquisição de transporte para facilitar a compra de gelo e a comercialização da produção nas comunidades e/ou cidades mais próximas. A crise na produção de pescado e o custo de manutenção e de amortização do investimento são também elementos que dificultam esta alternativa. Reduzir o tamanho da cadeia de intermediação da produção, e/ou vender seu próprio produto direto ao mercado consumidor, continua sendo um desafio para o pescador artesanal.

Outra dificuldade constatada está na gestão do crédito destinado à produção, onde a participação do Estado é de fundamental importância. São raras as associações de moradores que conseguiram acessar as instituições de créditos oficiais — ou seja, os bancos — nestes últimos dez anos. Dentre essas, podemos incluir, na década de noventa, a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde (Beberibe), a Associação de Moradores da Barra da Sucatinga (Beberibe), a Associação de Moradores de Redonda (Icapuí), a Associação de Moradores de Balbino (Cascavel) e a Associação de Pescadores do Canto Barra (Fortim), entre outras. No entanto, a crise da pesca somada às dificuldades de gestão foram fatores que determinaram a inadimplência destas cinco associações junto ao Banco do Nordeste. As justificativas dos Bancos e das comunidades para tal situação divergem — e o conflito estabelecido está longe de ser equacionado.

Dentre os cinco casos estudados, o que chamou a atenção foi o da comunidade de Balbino — que, segundo relato de um dos seus moradores, se submeteu a um projeto superdimensionado e, ainda por cima, foi enganada com relação à construção das novas embarcações.



A comunidade de Balbino, junto com um técnico projetista, elaborou um projeto que contemplava a compra de três barcos a motor, com a justificativa de que a modernização da frota propiciaria a pesca em águas profundas — possibilitando o aumento de rentabilidade das pescarias de forma imediata. Das três embarcações pagas pela Associação de Moradores, a empresa sediada em Recife (PE) entregou apenas uma — que afundou na primeira operação feita, provocando um prejuízo sem precedentes para a comunidade.

As outras quatro associações também passam por dificuldades semelhantes na gestão de seus empreendimentos, não conseguindo honrar os seus compromissos com o Banco do Nordeste. Esta situação é extremamente constrangedora para as lideranças das comunidades, impedindo que as mesmas acessem outros financiamentos. Outro ponto em comum entre elas relaciona-se à elaboração do projeto, permeada pela falta de reflexão sobre as condições socioambientais em que se inseriram os projetos — e, por último, a deficiência no processo de formação da comunidade para tal empreitada.

Outra agravante para tal realidade é que as reflexões que estavam sendo construídas no Comitê de Pesca do Estado do Ceará — indicando a não ampliação da frota, principalmente a lagosteira, devido à diminuição crescente das pescarias — não foram consideradas.

Os exemplos ilustram a realidade das políticas públicas para a pesca no Brasil, ou seja, demonstram a falta de articulação entre a assistência técnica, as linhas de crédito e a visão estratégica necessárias aos gestores públicos responsáveis pela gestão ambiental e desenvolvimento social.

A superação do quadro de crise e de complexidade apresentado aponta para a construção de espaços de reflexão política e para a capacitação técnica, na perspectiva de promover a formação destes sujeitos sociais na gestão socioambiental dos espaços e das entidades associativas a que pertencem.

#### **4.4.3. Gestão comunitária dos espaços e dos recursos**

A gestão comunitária dos recursos naturais e dos espaços onde vivem e trabalham as comunidades litorâneas configura-se como mais uma estratégia de (re)criação das formas de lutas e de resistência para garantir a reprodução física e cultural das próprias comunidades. As primeiras experiências nasceram no litoral do Ceará, na década de 1990, objetivando a garantia da posse da terra, a promoção da gestão de seu uso pelas as comunidades e o ordenamento das pescarias.

A primeira experiência de auto-regulamentação aconteceu em Redonda (Icapuí), no início da década de 1990 — e é assim relatada por Lima:

Ao mesmo tempo em que foram escasseando as possibilidades para novas construções, emergia o problema da falta de moradia na área da praia. Constituída no interior de uma comunidade onde predominam relações de parentesco, apadrinhamento e/ou vizinhança, essa situação foi aos poucos sendo percebida. À medida que o processo organizativo na comunidade avançava e com o agravamento do problema da falta de moradia, o uso da terra foi colocado em discussão em assembleias comunitárias. Segundo Raimundo Bonfim Braga, a crise na atividade pesqueira, a formação de novas famílias e, principalmente, a venda indiscriminada da terra e de moradias, evidenciaram-se como as razões da falta de moradia na comunidade. A partir dos debates e da apresentação de diversas propostas, sob a coordenação da Associação dos Moradores de Redonda, os moradores aprovaram o “Regulamento da Terra”. Por decisão da maioria, o uso da terra passou a ter os seguintes critérios: “prioridade de uso para a moradia do nativo; venda de posse e habitações sujeitas à aprovação da assembleia; cumprimento das normas de preservação ambiental” (Regulamento da Terra, Associação de Moradores de Redonda). Essa foi a primeira experiência de gestão comunitária do uso da terra na zona costeira no Ceará.

Mas as lideranças comunitárias de Redonda sabiam que para a proposta aprovada ter eficácia jurídica e produzir os efeitos desejados, mesmo no interior da comunidade, era necessária sua aprovação como lei municipal. Redigida na forma de projeto de lei e encaminhada à Câmara Municipal de Icapuí, transformou-se em lei municipal em 1992. (LIMA, 2002:174)

Outra experiência semelhante aconteceu na Prainha do Canto Verde (Beberibe) que, diante das pressões dos conflitos internos na luta contra a imobiliária

Henrique Jorge, criou o *Conselho da Terra*<sup>15</sup> — o qual elaborou o regulamento do uso e ocupação da terra. Este regulamento foi aprovado em 1996, e nele:

(...) a comunidade define normas que regulam o uso da terra como local de moradia (quem tem direito à moradia, tamanho do lote, restrições à comercialização, padrão de construção com proibição de prédios com mais de um andar, concessão de alvará pela Associação de Moradores); estabelece áreas comunitárias (uso da terra para plantios, regras de concessão de usufruto e restrições à venda); uso da terra para estabelecimentos comerciais (limitação de quantidade por morador, prévia apresentação de projeto com informações básicas do empreendimento) e uso da terra com finalidade pública (projetos de construção de igrejas, escolas, pousadas comunitárias, praças, chafarizes, hortas). (TUPINAMBÁ, 1999:82)

Esta iniciativa serviu para intimidar as pressões externas daqueles que queriam comprar terra a qualquer custo na comunidade, bem como para construir um sentimento de pertencimento da população com seu espaço. Porém, as limitações de cunho jurídico são um entrave para o sucesso desta iniciativa; ao contrário da comunidade de Redonda, o regulamento de uso e ocupação da terra — ou plano diretor comunitário — não foi aprovado na Câmara Municipal, conforme Tupinambá:

A despeito do valor que possui para os moradores, e de ser um importante passo ao pensar a gestão territorial a nível local, tais instrumentos não permitem enfrentar com eficácia as investidas externas de especuladores imobiliários, pois tais normas não encontram respaldo na legislação existente — que passa ao largo das complexas formas de apropriação comunitárias.

A auto-regulamentação surge quando pensamos o ordenamento territorial na Prainha como uma iniciativa da comunidade, cujo objetivo é negociar condutas entre os seus moradores e fazer valer o *direito de costume*. Mas surge também com a intensificação das pressões externas à comunidade. Iniciativas semelhantes serão tomadas pelos pescadores da Prainha com relação à regulação de suas pescarias. (TUPINAMBÁ, 1999:82)

---

<sup>15</sup> Refere-se a uma instância de reflexão e decisão sobre as estratégias de luta da comunidade em relação à garantia da posse da terra. Esta instância foi criada pela Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde dentro de uma perspectiva de ampliação da participação dos moradores nas lutas da comunidade. Neste sentido, foram criados também os Conselhos de educação, saúde, pesca e turismo.

No que se refere à pesca, Prainha do Canto Verde e Redonda também tiveram experiências semelhantes na regulamentação da pesca da lagosta. Na década de 1990, diante da ausência do Estado na equação dos conflitos gerados pela pesca predatória, essas comunidades resolveram criar regulamentos de pesca para promover a gestão das pescarias — e, em especial, a da pesca da lagosta. Essas experiências consistiram na criação de mecanismos com os quais a própria comunidade regularia a atividade pesqueira em seus territórios. Esses regulamentos previam a punição dos que desrespeitassem as regras elaboradas coletivamente.

Essas experiências serviram de base, no Ceará, para discussões e reflexões sobre o ordenamento territorial e a gestão comunitária — tanto a nível das comunidades individualmente, como na articulação estadual, através do Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense. Porém, foi em 1998 que este debate se transformou em uma estratégia de ação para institucionalizar, através do Estado, a gestão comunitária dos espaços e dos recursos naturais, com o pedido da Reserva Extrativista<sup>16</sup> do Batoque — que abriu caminho para se estabelecer a gestão comunitária, objetivando o uso racional dos recursos naturais por comunidades tradicionais. Segundo Lima, a RESEX do Batoque foi encaminhada conforme:

(...) ofício n.º 20/98 datado de 27/08/98, protocolado em 03/09/98 ao IBAMA, [em que] a Associação de moradores do Batoque deu entrada em uma solicitação de providências para a criação, no seu território, da «reserva extrativista do Batoque». Com o apoio do Conselho Nacional de Populações Tradicionais/CNPT-IBAMA, do Núcleo de Educação Ambiental/NEA-IBAMA e do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) da Arquidiocese de Fortaleza, e em acordo com as determinações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (aprovado pela lei n.º 9.985, sancionada pelo presidente da República em 18 de julho de 2000) foi encaminhado o processo de criação da RESEX do Batoque. (LIMA, 2002:183)

Após seis anos de luta, no dia 05 de junho de 2003, foi decretada oficialmente, pelo presidente da república Luis Inácio Lula da Silva, a Reserva Extrativista do Batoque. A luta desta comunidade é um marco neste processo de reflexão e construção de estratégias. A reserva extrativista se traduz na tentativa de

institucionalizar a apropriação coletiva do espaço comunitário, realizada historicamente pelas populações tradicionais no litoral brasileiro frente à crescente complexidade jurídico-institucional que estabelece a apropriação do espaço na sociedade atual.

Tomando como norte o SNUC, a perspectiva de apropriação do espaço na zona costeira cearense pelas comunidades tradicionais pode se dar da seguinte forma:

(...) a posse coletiva do território, que tem seus fundamentos nas raízes da organização social indígena, que outrora habitaram estas terras, pode possibilitar uma ocupação mais equilibrada de diversas porções da zona costeira cearense, se for acompanhada do estabelecimento de mecanismos de ordenamento territorial, como regimentos de uso e ocupação, planos de manejo e zoneamentos ambientais. Não se eliminam as cercas, mas elas devem ser planejadas coletivamente em função do uso sustentável da terra.

Para a regularização da ocupação coletiva por parte das comunidades tradicionais, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído em 2000, é uma importante ferramenta. O SNUC prevê a possibilidade de implantação de Unidades de Conservação de domínio público, que garantem o uso e ocupação das populações tradicionais, tais como as RESERVAS EXTRATIVISTAS, RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Diante desta possibilidade diversas comunidades costeiras no Brasil e no Ceará requereram ou estão requerendo a implantação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável. É o caso do Balbino/Cascavel, Batoque/Aquiraz, Ponta Grossa/Icapuí, Tatajuba/Camocim e Prainha do Canto Verde/Beberibe. Outras também já estão se mobilizando, como Caetanos de Cima/Amontada e Cana Brava/Trairi. (Trecho do relatório preliminar do Diagnóstico Socioambiental Participativo - Instituto Terramar/Dep. Geografia da UFC, 2003)

As duas unidades de conservação mais solicitadas pelas comunidades são as reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável, definidas nos art.18 e art. 20 do SNUC, respectivamente:

**Art. 18.** A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

---

<sup>16</sup> Unidade de Conservação prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC.

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a Lei.

**Art. 20.** A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

§ 1º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidos por estas populações.

Os dois tipos de unidades de conservação têm características em comum, que as tornam bandeira de luta na atualidade, ou seja: em prioridade para as populações tradicionais no uso e ocupação dos espaços e dos recursos naturais em seus territórios.

Neste contexto, é necessário dizer da importância de se conhecer não só os processos de pedidos de trâmite para instalação das unidades de conservação, mas também os complexos sistemas de regulação e gestão socioambiental destas unidades de conservação e os mecanismos de gestão institucional dos governos — o que requer para as comunidades constantes reflexões e atualizações dos temas.

#### **4.4.4. O turismo comunitário**

Diante do modelo de turismo em curso no Ceará — que tem contribuído para a privatização do espaço litorâneo, para a concentração de renda e para o uso da natureza como mera mercadoria, apresentando, assim, muito mais problemas do que possibilidades de construção de alternativas para as comunidades litorâneas —, o

turismo comunitário apresenta-se como proposta a ser trabalhada enquanto alternativa ao modelo em curso no estado.

Sobre este modelo vigente, muitas reflexões e críticas têm sido feitas por pesquisadores/as que possuem o litoral como área de estudo, a saber: Tupinambá (1999), Gomes (2002), Lima (2002). Ao se referir a este modelo de turismo, Tupinambá, assim se expressa:

Invariavelmente os casos analisados no litoral leste revelam que a trajetória dessas comunidades e suas inserções no desenvolvimento do turismo são marcadas por uma descaracterização cultural, promovida pela segregação espacial e desarticulação das atividades econômicas preexistentes, entre outras. Casos semelhantes se repetem ao longo do litoral Oeste (Cumbuco, Jericoacoara). Ao procedermos nossa avaliação sobre a perspectiva até então desenvolvida, não condenamos a atividade turística como possibilidade de desenvolvimento para essas comunidades. Não pretendemos evocar uma concepção cristalizadora do atual estágio de desenvolvimento de comunidades pesqueiras e litorâneas. Muito menos, ainda, aplacarmo-nos diante de um discurso vazio que associa invariavelmente o desenvolvimento do turismo à melhoria da qualidade de vida de nossa população local, sem revelar-lhe nitidamente os contornos dessa estratégia. (TUPINAMBÁ, 1999:70)

Diante do quadro exposto acima — e na perspectiva de construção de uma alternativa de turismo que alie o desenvolvimento da atividade com a melhoria da comunidade local e a conservação dos espaços e recursos naturais —, algumas comunidades, litorâneas e não litorâneas, aliadas a organizações não governamentais e a setores da academia, estão debatendo a nível global e local uma proposta de turismo alternativo que recebe várias denominações: *turismo sustentável*, *turismo socioambientalmente responsável* e *turismo comunitário*.

Internacionalmente, esta reflexão é construída por várias ONGs da Europa que apóiam o turismo comunitário como instrumento de redução da pobreza — a exemplo da organização inglesa Tourism Concern, com o programa de Fair Price Tourism na África e da Fundação para a Solidariedade no Turismo, que apóia projetos inclusive no Brasil.

A nível nacional, destaca-se a participação do Fundo Mundial para Natureza - WWF na reflexão sobre o turismo comunitário. O WWF Brasil possui importância fundamental na articulação nacional para discutir sobre esta temática, tendo sido um dos principais articuladores para a fundação do Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável/CBTS, em 2002. Esta ONG possui trabalhos em comunidades localizadas em Rondônia, Amazonas e Acre, entre outras.

No litoral do Ceará destaca-se, nesse contexto, a atuação do Instituto Terramar na articulação de vários sujeitos sociais e na reflexão e construção da proposta de elaboração do turismo comunitário. Esta atuação iniciou-se em 1998, com a experiência da comunidade da Prainha do Canto Verde — que, através de seu Conselho Comunitário de Turismo, definiu como objetivo geral, no seu primeiro planejamento estratégico, a seguinte perspectiva: "Desenvolver o turismo ecológico de forma comunitário para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, preservando os nossos valores culturais e as belezas naturais da nossa região". No mesmo documento constam as seguintes estratégias:

- Criação de uma cooperativa de turismo/artesanato;
- Concentrar o marketing para o turismo de reuniões, seminários e cursos e turistas individuais;
- Aproveitamento da infra-estrutura já existente para hospedagem e reuniões;
- Programa de capacitação profissional intensivo para membros da cooperativa e os alunos;
- Programas de conscientização para adultos e adolescentes sobre drogas e sexualidade;
- Diversificação da produção de artesanato;
- Ampliação controlada de equipamentos turísticos, assim como centro e loja de artesanato e quartos para hospedagem domiciliar;
- Criação de um fundo de educação e solidariedade para as famílias da comunidade;
- Demarcação de trilhas ecológicas através de dunas, coqueirais e em volta das lagoas da região. (Conselho Comunitário de Turismo da Prainha do Canto Verde, 1998)



A proposta em curso tem tido relativo sucesso, e vem tendo reconhecimento nacional e internacional — como demonstra o relato feito pelo Instituto Terramar:

Em 2000, o projeto de turismo comunitário da Prainha do Canto Verde foi reconhecido com o Prêmio **TODO** (fazer) pela Organização Não Governamental “Studienkreis für Tourismus und Entwicklung” (Grupo de Estudo de Turismo e Desenvolvimento). Lideranças da comunidade viajaram para Berlim/Alemanha para receber o prêmio na Feira Internacional de Turismo. Depois de 4 anos de resultados positivos, a experiência da Prainha do Canto Verde serve como exemplo de **TURISMO PARTICIPATIVO**. (INSTITUTO TERRAMAR, 2002) (mimeo.)

Com uma proposta de *turismo comunitário* desenhada, a comunidade da Prainha do Canto Verde tem se constituído como uma referência para comunidades que estão iniciando a construção de um turismo alternativo — caso de Ponta Grossa (Icapuí), Tatajuba (Camocim), Balbino (Cascavel), que já possuem propostas elaboradas através de planejamentos participativos, e que estão, no momento, a se articularem em rede junto com a Prainha do Canto Verde, objetivando a troca de experiências na perspectiva de consolidar a proposta construída. Muitas outras comunidades têm demonstrado interesse e estão refletindo sobre a temática, dentre as quais Batoque (Aquiraz), Moitas e Caetanos (Amontada).

Um marco histórico desta discussão no Ceará aconteceu em maio/2003, com a realização do I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL - “Turismo Socialmente Responsável como Instrumento para o Desenvolvimento Sustentável e a Redução da Pobreza”, construído pelo Instituto Terramar em parceria com a universidade Estadual do Ceará e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET/CE. Este seminário proporcionou a troca de experiências entre as diversas comunidades do Brasil, Organizações Governamentais e Não Governamentais e estudiosos/as do turismo da Europa, América Latina, Brasil e Ceará, na perspectiva de promover o intercâmbio de conhecimentos, bem como na de estabelecer estratégias coletivas para o fortalecimento da proposta no Ceará e no Brasil.

Analisando o processo em curso, percebemos a potencialidade da proposta de turismo comunitário para as comunidades litorâneas. Para que esta se materialize, contudo, vários são os desafios a serem superados — tanto entre os membros da própria comunidade, no que se refere à gestão do processo de construção da proposta local, como a nível externo, no que toca à intervenção nas políticas públicas na perspectiva de influenciar a atual lógica de desenvolvimento do turismo, apontando para um outro modelo que tenha os seguintes princípios balizadores:

- Turismo como mais uma oportunidade — e não como *a única* oportunidade para a construção de desenvolvimento.
- A inclusão social como balizadora da intervenção na construção de projetos e programas para ao desenvolvimento do turismo
- Relação de sustentabilidade de longo prazo com o ambiente natural e a paisagem.
- Respeito à cultura local como balizadora da intervenção da atividade turística.
- A diversidade da oferta turística como critério para a sustentabilidade.
- Equação dos interesses dos diversos atores sociais da cadeia produtiva do turismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão que vimos de fazer caminha no sentido de tentar entrelaçar os vários elementos discutidos nos capítulos anteriores, na perspectiva de responder à pergunta que inicialmente fizemos: qual o sentido que se pode dar à noção de “extensão pesqueira” frente à complexidade em que hoje estão inseridas as comunidades litorâneas?

Desse modo, *relembraremos* alguns aspectos que discutimos ao longo deste trabalho e refletiremos sobre as perspectivas que, no nosso entendimento, deveriam nortear as políticas de “extensão pesqueira”.

Identificamos, no decorrer da pesquisa, que as comunidades litorâneas — cujo modo de vida esteve basicamente ligado à atividade de pesca e da pequena agricultura — passam a ser cada vez mais complexas e multifacetárias, uma vez que a atividade pesqueira divide espaço com outras atividades econômicas e não econômicas que trazem um profundo impacto para o modo e qualidade de vida das populações litorâneas.

Em se tratando da qualidade de vida destas populações, evidenciamos que as políticas públicas voltadas para o espaço costeiro — a exemplo da política de pesca, de gerenciamento costeiro e do turismo — não têm contribuído com o desenvolvimento das comunidades litorâneas, visto serem tais políticas permeadas pela ausência de integração entre elas, pela falta de participação efetiva e qualificada das populações e dos pescadores artesanais na definição das mesmas e de seus mecanismos de gestão — e pela pouca relevância dada às questões ambientais.

Assim, a degradação ambiental dos ecossistemas costeiros e estuarinos — provocada, sobretudo, pela ocupação desordenada dos espaços na zona costeira e pela exploração predatória dos recursos naturais — tem ampliado as dificuldades das comunidades litorâneas em construir sua sustentabilidade socioambiental. A disputa

pela posse e uso da terra constitui-se, também, num grande entrave para a construção desta sustentabilidade.

No que se refere à pesca — principal atividade socioeconômica das comunidades —, as políticas têm tido como características centrais a prioridade dada à industrialização e ao agronegócio, em detrimento da pesca artesanal — tendo como marca a reincidência do descompasso entre os vários elementos que compõem o estímulo e a regulamentação das cadeias produtivas. Dessa forma, o crédito, a assistência técnica/extensão pesqueira e os mecanismos de gestão são pensados separadamente — o que provoca fragmentação e ausência de sinergias para a construção do desenvolvimento da atividade, de forma a promover a sustentabilidade de longo prazo.

Depreende-se, então, que a construção das políticas de pesca é, historicamente, balizada pela noção de *desenvolvimento* atrelada à de modernização e à de industrialização. Voltadas, estas, no entanto, para satisfazer as demandas do mercado internacional em detrimento do desenvolvimento local das comunidades litorâneas.

Com relação aos movimentos sociais, podemos afirmar que, diante das demandas que estão sendo impostas pelo processo de *re-estruturação* e *resignificação* do espaço litorâneo, bem como da atividade pesqueira, as comunidades ficam com o desafio de aumentar sua capacidade crítica e propositiva, para influir nas políticas de gestão da zona costeira e construir formas mais eficientes de produzir e de se organizar coletivamente.

Nesta perspectiva, os pescadores artesanais — que em um passado recente, mais especificamente na década de 1980, tinham nas Colônias a sua única forma de organização — hoje se articulam com outros setores da comunidade, em diferentes formas de organização, construindo redes de comunicação e solidariedade na perspectiva de superação dos desafios para romper com o processo de dominação

ideológica originado pela relação de dependência e subserviência para com o Estado. Todavia, vertentes “empresariais do movimento social” — diante de seu poder econômico e sua *articulação* com setores do Estado — têm poder de definir as políticas de pesca para a zona costeira. Mudar este quadro constitui um desafio a ser enfrentado o quanto antes.

Outro elemento importante no âmbito dos movimentos sociais é a atuação das ONGs e pastorais sociais na zona costeira e nas comunidades litorâneas — o que tem criado sinergias para dinamizar iniciativas na busca da sustentabilidade dessas comunidades.

Percebemos que, frente à crise de produção em que está envolta a atividade pesqueira — decorrente de degradação ambiental dos ecossistemas costeiros e estuarinos e da falta de políticas de gestão socioambientais da atividade —, algumas atividades têm sido apontadas como alternativas de geração de trabalho e renda pelas comunidades litorâneas, a exemplo do turismo e da aqüicultura marinha, pensadas numa perspectiva comunitária e socioambientalmente sustentável.

É diante deste novo cenário — complexo, multifacetário e mutante — que acreditamos que o serviço público de “extensão” poderia cumprir um papel fundamental, qual seja: o de facilitar os processos de comunicação e articulação nos espaços de concertação dos interesses das comunidades, bem como refletir sobre as formas e estratégias de se organizar e produzir individual e coletivamente. Ressaltamos, no entanto, que tal afirmativa se constrói não somente em relação às “demandas” que se apresentam para as comunidades litorâneas mas, inclusive frente à constatação de que falar de ação e programas governamentais de extensão pesqueira no Brasil e no Ceará para as comunidades litorâneas é, na verdade, falar da ausência de extensão. Esta constatação resulta de nossa incursão na temática durante a pesquisa, cuja grande dificuldade residiu, sobretudo, na ausência de dados e registro sobre a extensão pesqueira.

Entendemos, assim, que até o presente momento, no que se refere ao estado do Ceará, as ações de “extensão pesqueira” nas comunidades litorâneas foram fruto de demandas pontuais dos pescadores artesanais, não se constituindo em uma ação resultante de um planejamento integrado, realizado por um sistema constituído para desenvolver este serviço — como é o caso da extensão rural, dirigida a agricultores e pecuaristas.

As concepções que nortearam as poucas experiências governamentais de extensão pesqueira brasileira e cearense pautaram seus referenciais teóricos e metodológicos pelo modelo clássico de extensão — modelo este no qual o extensionista é o *agente de transformação* que vem trazer a *novidade* e o *saber* para melhorar as condições de vida das comunidades litorâneas. Este modelo tem recebido duras críticas de estudiosos da extensão — e é apontado como o motivo do insucesso de ações e projetos extensionistas.

Ressaltamos, também, que nem todas as ações extensionistas foram realizadas pelo Estado. Algumas ONGs e pastorais sociais também promovem ações extensionistas, tendo como norte uma visão socioambiental da realidade, pautada na autonomia dos grupos locais na perspectiva do seu desenvolvimento.

Outro aspecto que destacamos é o papel da Universidade na formação dos profissionais que promovem ações extensionistas. É de fundamental importância que a formação universitária do extensionista — ainda norteadada pelo modelo clássico de extensão, concepção hegemônica na acadêmica — seja repensada para que se processe a elaboração de um *novo conceito de extensão* que balize *novas práticas* extensionistas. Neste contexto, destacamos algumas experiências que vêm sendo construídas de forma conjunta por Universidade e comunidade, apontando para um processo de interação entre estes sujeitos.

A escolha por *relembrar* aspectos que alimentaram nossa discussão se dá na perspectiva de, partindo da realidade que tais aspectos conformam, esboçarmos o

debate sobre o *novo modelo de extensão* a ser construído frente à velocidade e à complexidade das transformações no ambiente costeiro e dos desafios socioambientais que as comunidades enfrentam. Assim, uma primeira questão a ser colocada neste debate seria a da necessidade de um *serviço de extensão* pensado a partir deste contexto, qual seja: o de pensar o desenvolvimento socioambiental das comunidades litorâneas — e não apenas a questão da produção pesqueira.

Nesse sentido, o debate se amplia em direção a uma outra questão: que nome dar a este serviço? Se a extensão já não pode ser pensada somente a partir da atividade pesqueira, afirmamos que a expressão “extensão pesqueira” não dá mais conta de definir este serviço. Não é nossa intenção, no entanto, apontar um outro nome. Pensamos que este deve ser resultante de um processo de ajuste das ações e políticas de extensão ao *novo mundo litoral*, bem como das práticas estabelecidas entre o *extensionista-educador-facilitador-animador-assessor* e as comunidades litorâneas.

A concepção teórico-metodológica é, assim, uma outra questão a ser considerada. Superar o cunho tecnicista e difusionista — balizado na modernização conservadora e na mercantilização dos recursos naturais — da proposta vigente constitui condição fundamental para a construção deste *novo modelo*, que tenha como norte, como referencial, o desenvolvimento local e a sustentabilidade “socioespacial”.

Transformações nos paradigmas teórico-metodológicos levariam, no nosso entender, a mudanças nas estruturas institucionais, permitindo a participação plural dos sujeitos que oferecem o serviço de extensão, ou seja, ONGs, Universidades, institutos de pesquisas e instituições governamentais — conforme se verifica em outros países do mundo, como Espanha e Portugal, no que se refere à tendência da extensão rural, na perspectiva de se montar um sistema onde se crie condições de aprendizado, troca de saberes, socialização de informações e, fundamentalmente, de acesso gratuito para as populações das comunidades litorâneas. Desse modo, apontamos a necessidade de uma política específica que contemple, entre outras coisas, financiamentos governamentais para estimular e estruturar os vários serviços oferecidos.

O debate que apresentamos, longe de esgotar o tema, não é definitivo. Nele apontamos algumas questões que consideramos relevantes para se pensar a “extensão” para as comunidades litorâneas — ou, melhor, dizendo, uma *nova extensão*. Desta forma, constitui-se muito mais num esforço de sistematização de nosso aprendizado durante a realização deste trabalho do que na tentativa de dar respostas acabadas aos problemas.



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **1. Documentos Oficiais**

DEP. DE PESCA – FAO. **El estado Mundial de la Pesca y la Acuicultura**. Roma - Itália, 2000. (mimeo)

DPA-MA. **Programa de recuperação da sustentabilidade e competitividade da cadeia produtiva da lagosta**. Brasília – DF, 2000. (mimeo)

DPA-MA. **SÚMULA do Seminário sobre Pesca Artesanal - Conferência dos Ministros Responsáveis pelas Pescas dos países de Língua Portuguesa**. Salvador, 1998. (mimeo)

DPA-MA. **Programa de Ocupação da Zona Econômica Exclusiva Brasileira 1999-2002**. Brasília/DF, 1998. (mimeo)

GRUPO EXECUTIVO DO SETOR PESQUEIRO. **Plano Básico para o ordenamento da Pesca marítima Nacional**. Brasília, 1997.

IBAMA. **Diretrizes Ambientais Para o setor Pesqueiro: Diagnóstico e Diretrizes para a Pesca Marítima**. Brasília: MMA, 1997.

IBAMA. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do estado do Ceará**. Tamandaré, agosto de 2000. (mimeo)

INSTITUTO TERRAMAR. **Plano Trienal (1999-20001)**. Fortaleza, 1999. (mimeo)

FÓRUM DOS PESCADORES. **Projeto de Fortalecimento do Fórum dos Pescadores do Litoral Leste e Oeste do Ceará**. Fortaleza, 2001. (mimeo)

MOPECE. **Projeto de Formação junto a Pescadores Artesanais**. Aracati, 1992 (mimeo).

MOPECE. **Regimento Interno**. Fortaleza, 1993. (mimeo)

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA. **Projeto Político-Estrutural**. Brasília, 2003.

SUDEPE-MA. **Potencialidades do Setor Pesqueiro**. [s.n.]

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – **Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998**. Enid Rocha Andrade da Silva, Brasília, agosto de 1999.

## 2. Jornais

JORNAL	DATA	TÍTULO DA REPORTAGEM
Tribuna do Ceará – CE	02/03/89	Pescadores artesanais são beneficiados com empréstimo.
Estado de São Paulo – SP	09/01/90	Reflexões sobre o seguimento da pesca no Brasil.
Estado de São Paulo – SP	13/03/90	Brasil – Perfil do Setor Pesqueiro
O GLOBO – RJ	07/10/90	Pólo Pesqueiro continua sendo adiado
Diário do Nordeste – CE	26/11/90	Cepesca elabora plano operativo na área de pesca e de piscicultura.
Diário do Nordeste – CE	12/03/91	Ceará estuda a opção de pesca do atum para diversificar produção.
Tribuna do Ceará – CE	27/04/91	Inácio denuncia na AL a pesca predatória da lagosta.
Diário do Nordeste – CE	11/12/91	Bndes diz a Balhmann que vai financiar indústria da pesca.
Diário do Nordeste – CE	10/01/92	Ceará vai capturar atum em 93.
Diário do Nordeste – CE	30/03/93	Cedap garante até 430 toneladas.
Diário do Nordeste – CE	21/04/93	Arruda denuncia “fracasso” do Projeto Jangadeiro.
Diário do Nordeste – CE	23/05/93	O pescador raramente é dono da jangada que utiliza.
Diário do Nordeste – CE	26/05/93	SOS Sobrevivência discute hoje os problemas da pesca artesanal.
Tribuna do Ceará – CE	27/05/93	Estado reduz ICMS da lagosta.
O POVO – CE	27/05/93	Lagosta tem ICMS reduzido de 13% para 4,2%.
O POVO – CE	22/06/93	Gradvol diz que Ibama é repressivo e destruidor.
O POVO – CE	26/09/93	O que liga o setor lagosteiro ao fisco estadual.
Tribuna do Ceará – CE	12/10/93	Federação de pescadores vai à Justiça.
Diário do Nordeste – CE	06/02/98	Defeso da lagosta é violado.
O POVO – CE	07/02/98	Caravana da Lagosta percorrerá 14 praias do Ceará.
Diário do Nordeste – CE	10/02/98	Governo ignora apoio ao defeso.
Diário do Nordeste – CE	13/02/98	Período de defeso agrava situação dos pescadores.
Diário do Nordeste – CE	15/02/98	Falta política nacional para salvar o setor.
O GLOBO – RJ	15/02/98	Pescadores que fazem justiça com as próprias mãos.
Diário do Nordeste – CE	19/02/98	Consumidor paga 1.500% a mais pelo peixe.
Diário do Nordeste – CE	20/02/98	Pesca deve R\$ 25 milhões ao BN.

Diário do Nordeste – CE	22/02/98	Alto preço dos insumos dificulta o setor.
Diário do Nordeste – CE	31/03/98	Ibama encerra Caravana da Lagosta.
Diário do Nordeste – CE	04/04/98	Ibama legalizará todos os barcos.

### 3. Fontes bibliográficas

ALMEIDA, H. L. P. S. **Indicadores de Qualidade de Vida: Instrumentos para o monitoramento participativo da qualidade de vida das comunidades costeiras tradicionais, o caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE.** Dissertação de Mestrado, PRODEMA/UFC/CE, 2002. 229p.

ABDALLAH, P. R e BACHA, C. J. C. Evolução da Atividade Pesqueira no Brasil: 1960 - 1994. In: **Revista Teor. Evid. Econ.**, Passo Fundo, v.7, n.13, p. 9-24, 2002.

BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CALLOU, Â. B. F. A extensão pesqueira como disciplina recente na universidade brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA, 3., 1983, Manaus. **Anais...** Manaus. Associação dos Engenheiros de Pesca da Amazônia. p. 285-300.

\_\_\_\_\_. Considerações em torno da missão do cruzador "Jose, Bonifácio". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA 5., 1987, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Associação dos Engenheiros de Pesca do Estado do Ceará, 1987. P. 360-372.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco, 1920-1983.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1986. 238 p.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Comunicação e o novo espaço agrário.** São Paulo: INTERCON, 1999. 72p. (Coleção GT's INTERCOM; n.8).

\_\_\_\_\_ e SANTOS, M. S. T. Extensão Pesqueira e Gestão no Desenvolvimento Local. In: Seminário Brasileiro de Extensão Pesqueira, 1, 2001, Recife. **Anais...** Recife: PORENDA Rural/PE, UFRPE/CMARCR, 2001.

CAVALCANTI, A. P. B. et al. **Desenvolvimento sustentável e planejamento: bases teóricas e conceituais.** Fortaleza: UFC - Imprensa Universitária, 1997.

COSTA, A. L. **Extensão Rural e Meio Ambiente.** In: Revista eletrônica Mestrado Educação Ambiental, v.07, 2001. Acessado em maio de 2003.

CRISTOVÃO, A. **Onde para a extensão rural?** In: Revista A REDE para o desenvolvimento local, ed. especial, 1998.

DELGADO, N. G. Desenvolvimento Local e Extensão Rural e Pesqueira: Reflexões Metodológicas. In: Seminário Brasileiro de Extensão Pesqueira, 1, 2001, Recife. **Anais...** Recife: PORENDA Rural/PE, UFRPE/CMARCR, 2001.

\_\_\_\_\_. Extensão e Desenvolvimento Local: Em Busca da Construção de um Diálogo. In: Seminário Nacional sobre a Extensão e o Novo Espaço Rural no Nordeste Brasileiro, 2002, Recife. **Anais...** Recife: PORENDA Rural/PE, UFRPE/CMARCR, 2002.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983. 287p.

\_\_\_\_\_. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **Povos e Mares: Leitura em Sócio-Antropologia Marítima.** São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994. 269p.

FERREIRA, S. M. G. **Setor Pesqueiro.** São Paulo: Pastoral dos Pescadores – Regional Sul, 1998.

FONTELES-FILHO, A. A. Diagnóstico e Perspectivas do Setor Pesqueiro Artesanal do Estado do Ceará. In: WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE A PESCA ARTESANAL, 1997, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/LABOMAR, CIDA/Memorial University of Newfoundland, 1997, pp. 43-50. 170p.

\_\_\_\_\_. **Recursos Pesqueiros: biologia e dinâmica populacional.** Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1989. 296p.

FONSECA, M. T. L. da. **Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 96p.

CAVALCANTE, C. (org). **Desenvolvimento e Natureza - Estudos para uma Sociedade Sustentável.** São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. pp. 293-322

GOMES, H. C. M. **Para onde sopram os ventos? Escola, Vida e Cultura dos Povos do Mar.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação/UFC, Fortaleza, 2002.

GOMES, H. C. M. e NOGUEIRA, M. B. **Curso de formação para Lideranças do Litoral Cearense – Módulo de Associativismo.** Fortaleza: Instituto Terramar, 1999.

SILVA, J. G. da. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas SP: UNICAMP.IE, 1999.

HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

LIMA, M. do C. de e TUPINAMÁ, S. V. O papel da organização comunitária na gestão ambiental. In: WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE A PESCA ARTESANAL, 1997, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/LABOMAR, CIDA/Memorial University of Newfoundland, 1997, pp. 43-50. 170p.

LIMA, M. do C. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos**. Tese (Doutorado) – FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

LOPES, R. S. **Evolução conceitual da extensão rural no Brasil**. Belo Horizonte: Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais, 1970. 14 p.

\_\_\_\_\_. **O modelo brasileiro de extensão rural**. Revista de Economia Rural, v. 15, n. 3, p. 70-103, 1977.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MALDONADO, S. C. **Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: AnnaBlume, 1993. 193p.

MASSELLI, M. C. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998. 125p.

MELO, F. C. C. de. **Desenvolvimento Sustentável: Origens e noções conceituais**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/CEMAD-UERN, 2000.115p. (Coleção Mossoroense, Série C, v1163).

MORAIS, A. C. R. de. **Ideologias Geográficas Espaço, Cultura e Políticas no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

OLIVEIRA, F. de. **O que é formação para a cidadania?** (Entrevista com Chico de Oliveira, por Silvio Caccia Bava) Site da PÓLIS <http://www.polis.org.br>. Acessado em março de 2003.

PAIVA, M. P. **Recursos pesqueiros e estuarinos do Brasil**. Fortaleza: EUFC, 1997, pp. 46-57. 286p.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. 3ª edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do Cidadão**. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1998. (Coleção Espaços).

SANTOS, M. S. T. (org.). **Políticas de Comunicação Rural nos Anos 90**. Recife: UFRPE, Imprensa Universitária, 1997. 129p. (Pesquisa Acadêmica IV).

SANTOS, M. S. T. Comunicação Rural e Mercado de Trabalho na Era Tecnológica: O Desenvolvimento Local está na Pauta. In: Callou, Ângelo B. Fernandes, organizador. **Fractais**. Recife: UFRPE, Imprensa Universitária, 2000. 86p. (Fractais; 3).

SILVA, L. G. (org.). **Os Pescadores na História do Brasil. Comissão Pastoral dos Pescadores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SILVA, J. S. da et al. Experiências do Instituto Terramar junto à pesca artesanal. In: WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE A PESCA ARTESANAL, 1997, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/LABOMAR, CIDA/Memorial University of Newfoundland, 1997, pp.161-166. 170p.

TUPINAMBÁ, S. V. **Do tempo da captura à captura do tempo livre – terra e mar: caminhos da sustentabilidade**. Fortaleza: Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFC, Fortaleza, 1999.